



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 282.3.55.0

DATA: 28/09/17

TURNO: Matutino

TIPO DA SESSÃO: Deliberativa

Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 09h00min

TÉRMINO: 16h13min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
09:14	BC	DANIEL ALMEIDA

Obs.:

Ata da 282ª Sessão, em 28 de setembro de 2017

Presidência dos Srs.:

ÀS 09 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 127 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Padre Luiz Couto, primeiro inscrito, por 2 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria dizer que, a cada momento que nós lemos a denúncia que foi encaminhada pelo Ministério Público contra o Temer e outros, nós ficamos preocupados, porque, na realidade, ela mostra que uma organização criminosa se instalou e tomou de assalto este País.

O Presidente Temer nas suas falas tem dito: *“nosso objetivo é colocar o Brasil nos trilhos”*, só se for colocar o Brasil nos trilhos para ser morto, com a Maria Fumaça da corrupção, a Maria Fumaça que vai destruir o mercado, que quer destruir este nosso País, sendo o Governo o gerente deste mercado financeiro.



Então, nesse sentido, eu gostaria de dar como lido este pronunciamento que faço, para dizer que, hoje, o objetivo é não deixar que o Presidente e também os outros não sejam investigados e punidos.

Peço a devida publicidade nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Padre Luiz Couto, com certeza nossas equipes competentes da *Rádio Câmara* e da *TV Câmara* darão destaque ao pronunciamento de V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. O Presidente ilegítimo e golpista, Michel Temer, já disse, várias vezes, que seu objetivo é colocar o Brasil nos trilhos. Ocorre, nobres Deputados e Deputadas, que ele nunca disse em que direção os trilhos apontarão! Assim, o Brasil continua sem norte, permanece uma nau sem rumo! Infelizmente, não há bons ventos para quem não sabe aonde quer chegar.

Esse é mais um drama desse nosso Brasil! Temos um governo que não sabe o rumo que quer dar ao País, temos um grupo governante que se preocupa, antes e acima de tudo, em não ir para a cadeia. Afinal, da quadrilha apontada pelo Ministério Público, metade está na cadeia e a outra metade está no Planalto, governando o País! Essa é a triste realidade a que nosso País foi levado!

Nesse quadro, não podemos nos esquecer de que o Presidente Temer só não está afastado da presidência em razão de estar a reboque do mercado e de ter comprado o apoio de dezenas de deputados e deputadas, usando o dinheiro dolorosamente recolhido dos brasileiros como impostos.



Nesse ambiente tóxico, deputados e deputadas, senadores e senadoras, movidos por interesses que não conhecemos, apenas suspeitamos, aprovaram um novo limite para o déficit público.

Mais precisamente, aprovaram déficits para 2017, 2018, 2019 e 2020! Somados, os déficits previstos para esses anos alcançam o inacreditável montante de R\$ 522 bilhões de reais!

Essas projeções, senhoras e senhores deputados, mostram a direção em que apontarão os trilhos nos quais o Presidente Temer pretende colocar o Brasil: apontarão para o desastre, para o caos! Imaginem o tamanho da dívida pública, daqui a quatro anos, caso esses déficits se confirmem. Imaginem em quanto estará a taxa de juros, se a dívida pública for elevada em mais R\$ 522 bilhões, sem contar os juros incidentes sobre essa fortuna!

Estamos falando, nobres colegas, de R\$ 522 bilhões de reais! Isso equivale - pasmem! – a 10.200 Gedéis!!!

Enquanto isso, o governo golpista continua a comprar deputados, pois sua única prioridade, muito mais que colocar o Brasil nos trilhos, é evitar a cadeia!

Precisamos pensar no Brasil, caros colegas, e não só em nossos mandatos; precisamos definir um rumo para este País, um rumo que conte com o apoio da maioria da nossa população e que, por isso mesmo, por contar com esse apoio majoritário, mobilize e faça convergir as forças desta Nação para, cooperativamente, alcançarmos o objetivo comum!

Precisamos, também, saber como atravessar essa pinguela que se supunha ponte para o futuro e que, como vemos, é uma turbulenta marcha rumo ao passado e ao desastre.



Mais ainda: para evitar a cadeia, que é onde deveria estar boa parte dos que hoje nos governam, usam mais e mais dinheiro do povo para comprar deputados e senadores, de forma a evitar que se dê continuidade às investigações e à avaliação das denúncias existentes contra o Presidente Temer. Aliás, creio que ele merece uma alcunha: Temer, o temeroso! Pois que tudo o que faz tem por motivação o seu temor de acabar na cadeia.

Dizem que outros governos também compraram parlamentares, e sabemos que isso é verdade. Desde FHC, e mesmo muito antes, governos compram apoio neste parlamento. A sociedade brasileira entorpecida, descrente, sem ver saída possível para seus sofrimentos, parece que passou a achar que isso é normal, que as coisas sempre foram assim e sempre serão! Isso não é correto!

Não caros colegas, não podemos aceitar essa paralisia. É exatamente em razão dessa paralisia da população que avançam e assumem postos de comando esses Gedéis, que tanto mal fazem ao nosso Brasil!

Mas tenho fé e estou certo de que a população vai acordar e fazer acontecer aquilo que Temer, o temeroso, mais teme: colocar na cadeia esses impostores golpistas!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Convido agora para fazer uso da palavra o próximo orador inscrito, Deputado Carlos Henrique Gaguim, a quem vamos conceder, de princípio, 2 minutos.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PODE-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, volto aqui a cobrar a questão da energia elétrica no meu Estado do Tocantins. É um absurdo, é a energia mais cara deste País.



Como falei outras vezes aqui anteriormente, o Estado é altamente gerador de energia, então temos que chegar a um denominador comum.

Vamos convocar, na semana que vem, o Presidente da Empresa de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, juntamente com a parte do Governo do Estado e do Governo Federal.

O Tocantins, como é noticiado lá todos os dias, tem 40 graus na sombra — hoje mesmo, 40 graus, meu querido Deputado Mauro, na sombra.

Então, a energia, o ventilador, o ar-condicionado, não é produto de luxo, não, é de extrema necessidade. O dono do restaurante tem que ter o seu ventilador, o seu ar-condicionado, sem o qual não há como as pessoas almoçarem, tão alta está a temperatura no nosso Estado.

Eu conclamo aqui e vou pedir o apoio às Comissões dos Parlamentares que possam nos ajudar nessa convocação para ver, principalmente nesses 4 meses de seca do Tocantins e de calor. São muitos e muitos idosos que estão passando mal e vindo até a falecer, Sr. Presidente, pela alta temperatura.

Peço que nossas palavras, Sr. Presidente, fiquem registradas no programa *A Voz do Brasil*.

Outro assunto, Sr. Presidente, é a questão da SPO — Superintendência de Padrões Operacionais da ANAC. Falei aqui, o Deputado Stefano falou também. Hoje está sendo inviável o treinamento de pilotos para fazer recheques e possam estar no mercado de trabalho. Eles têm que fazer nos Estados Unidos. É tudo muito caro. São pessoas que cuidam de vidas. Essas pessoas têm que receber o mínimo de respeito, e há um Diretor do SPO que está inviabilizando a nossa aviação.



Vamos convocar o pessoal da ANAC para que venha à Comissão de Relações Exteriores explicar o que está acontecendo porque está impossível! São milhares e milhares de pais de família, pilotos do Brasil, pilotos particulares que estão sem a sua ferramenta de trabalho pelo alto custo e pelas dificuldades que a SPO está colocando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Carlos Henrique Gaguim. Parabéns pelo seu trabalho no Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Convido agora para fazer o uso da palavra o nosso colega Deputado Moses Rodrigues, do PMDB do Ceará, pelo tempo de 2 minutos.

O SR. MOSES RODRIGUES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho a esta Casa trazer um alerta sobre a grave situação em que vive a atividade pesqueira no Brasil, especialmente nos Estados do Nordeste.

Dentre as tantas dificuldades que os produtores enfrentam em uma terra pouco produtiva, marcada por um clima extremamente seco, com consequências sociais e econômicas, levando à dura realidade de um subdesenvolvimento e de poucas oportunidades, surgem certas oportunidades de alavancagem para o crescimento e a estabilidade social, embasados no uso de recursos naturais de maneira sustentáveis. Uma delas é a atividade de pesca, especificamente a pesca de atuns.

Os atuns são peixes altamente migratórios, representados por algumas famílias e dezenas de espécies, sendo que os indivíduos podem atingir de 7 a 400



quilos, dependendo da espécie. Por serem espécies oceânicas, eles circulam pelos oceanos em grandes volumes e concentrações, muito comumente em águas externas às águas de jurisdição nacional.

A gestão ou o manejo dessas pescarias desde a década de 60 é feita no Oceano Atlântico pela Comissão Internacional para Conservação do Atum no Atlântico. Esta Comissão nasceu na 13ª Sessão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, em 1965, e a Convenção foi assinada no ano de 1966 no Rio de Janeiro, sendo o Brasil o primeiro país a aderir à Comissão.

Esse negócio que engloba produções anuais de mais de 500 mil toneladas movimenta primariamente montantes na casa dos 10 bilhões de dólares na economia da região. Considerando os processos de beneficiamento, de enlatamento até o mercado consumidor, com destaque para o sashimi japonês, essa cadeia envolve mais de 250 mil empregos diretos e 1 milhão de indiretos e movimenta mais de 50 bilhões de dólares anuais.

Senhores e senhoras, o Brasil é banhado, em toda a costa de mais de 8 mil quilômetros, por águas deste oceano. Ou seja, nas águas adjacentes à nossa Zona Económica Exclusiva, a 200 milhas náuticas da costa circulam espécies de pescados chamados atuns.

Como membro fundador da ICCAT — The International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas, signatário de diversos tratados voltados à gestão pesqueira sustentável, o Brasil é detentor de direitos de pesca e também de deveres de prestar informações e dados que subsidiem estudos e conhecimentos capazes de garantir a plena exploração desses recursos naturais com base na sua sustentabilidade.



Assinamos compromissos internacionais e tratados. O Brasil tem direito a cotas, a parcelas de captura das populações de atuns do Atlântico, assim como diversos países africanos, europeus, asiáticos norte-americanos, os quais anualmente fornecem dados e informações biológicas e estatísticas que embasam a análise científica e garantem o pleno e seguro futuro dessa atividade socioeconômica.

Defendemos que as recentes mudanças administrativas propostas considerem pontos importantes da política do setor pesqueiro, como: coleta, sistematização, análise e envio de dados pesqueiros da pesca do atum, assim como de todas as pescarias nacionais. Entretanto, especificamente no caso dos atuns, que está sob a gestão multilateral da ICCAT, por sermos signatários em parte contratante, há consequências e implicações internacionais da falta desses dados e informações.

O setor tem enorme importância socioeconômica e se vê na iminência de enfrentar consequências diretas que podem comprometer a geração de emprego e renda do setor pesqueiro, assim como a geração de alimentos e de proteína de excelência.

Ressaltamos ainda que corremos o risco de perder cotas de captura e o direito de pescar essas espécies, o que foi conquistado por um árduo trabalho de produção, de participação, de argumentação técnico-científica e de diplomacia. E uma vez que isso for perdido, todo esse volume de pescado e suas cotas de captura serão disponibilizados aos demais países signatários. Ou seja, perderemos permanentemente o nosso direito adquirido.



As capturas de atum realizadas dentro da zona econômica exclusiva, autônomas ao Brasil, também sofrerão restrições comerciais, e seus produtos serão considerados provenientes de pesca ilegal. Perderemos o acesso ao mercado internacional e não poderemos vender nossa produção.

Faço esse alerta em nome do Nordeste, que já sofre com as intempéries econômicas devidas ao clima, e deste relevante setor para a geração de emprego e renda em toda a região, especialmente no Ceará. Este chamamento, este alerta é necessário e urge.

Peço a todos os Parlamentares que se identificam com o setor pesqueiro que trabalhem coordenadamente, junto ao Poder Executivo, pela sensibilização em relação ao atendimento do setor pesqueiro na política elaborada recentemente. Que esta seja construída sobre bases sólidas e estratégicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Durante o discurso do Sr. Moses Rodrigues, o Sr. Mauro Pereira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira, por 1 minuto.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, colegas Deputados, ontem, na Câmara de



Vereadores da cidade de Caxias do Sul, houve uma importante homenagem aos freis capuchinhos.

Foram comemorados os 50 anos da *Rádio São Francisco* e os 65 anos da Editora São Miguel. Quero parabenizar todos colaboradores, em especial, o Vereador Alberto Meneguzzi, pela iniciativa da homenagem. Ao mesmo tempo, parabeno o Frei Jaime Bettega, que é uma pessoa querida por todos e é uma referência quando se fala da *Rádio São Francisco*. Eu também gostaria de parabenizar o Sr. José Theodoro, um dos servidores que trabalha há mais tempo naquela rádio.

A *Rádio São Francisco* é uma parceira da sociedade caxiense e de toda a região; é uma emissora que trabalha com a verdade e que expõe os problemas e as coisas boas da nossa cidade, da nossa região. Eles, assim como políticos, são sim cobrados e, muitas vezes, quando necessário, criticados, mas esse é o trabalho da imprensa, é o trabalho das nossas emissoras de rádio.

Quero desejar muita sorte e vida longa à *Rádio São Francisco* e a toda a sua equipe, assim como à Editora São Miguel. E, na medida do possível, o que pudermos fazer, enquanto Governo Federal, nós faremos para apoiar essas entidades.

Nós lutamos aqui para manter a filantropia, porque essas entidades precisam do apoio, precisam da nossa consideração, para que continuem trabalhando e gerando aquilo que é o mais importante na vida das pessoas, além da saúde, além da fé em Deus, que é a informação.

A informação correta, a informação sem tendência para um lado ou para o outro, a informação transparente, esse é o verdadeiro trabalho da imprensa.



Mais uma vez, quero parabenizar todas as autoridades que lá estiveram, o nosso Prefeito Daniel Guerra, de Caxias do Sul, os ex-Prefeitos, os Vereadores, e, em especial, Alberto Meneguzzi, que leva no coração essa emissora na qual trabalhou por 7 anos.

Era isso, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de dizer aos Deputados o seguinte: nós ainda estamos no período de 1 minuto, e o Deputado Daniel Almeida não estava inscrito para falar 1 minuto.

V.Exa. está inscrito no período de Breves Comunicações, 3 minutos, mas foi ótimo ouvi-lo. É sempre um prazer e uma honra.

Então, eu vou acabar de conceder a palavra aos inscritos para falar 1 minuto e aí vamos voltar para 3 minutos.

Aqui temos o Deputado João Daniel que não falou.

O SR. ASSIS CARVALHO - Mas S.Exa. está inscrito, Sr. Presidente. É o número cinco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vejam se é Breves Comunicações ou 1 minuto.

O SR. ASSIS CARVALHO - Não, é 1 minuto antes do Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Então, está bom. Fechou V.Exa. está falando.



O SR. ASSIS CARVALHO - Fechou, mas está aqui na relação eu estou lendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Acabaram de inscrever aqui agora, porque. S.Exa. falou e colocou o nome. Não estava inscrito, não. Como . S.Exa. falou, tivemos de inscrevê-lo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha, que disporá de até 1 minuto.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é dia de festa. Eu quero aqui cumprimentar os habitantes da cidade de Cruzeiro do Sul, a segunda maior cidade do meu Estado, que completa hoje 113 anos de existência.

Cruzeiro do sul foi fundada em 1904, no dia 28 de setembro, e fica na fronteira com o Peru, localizada às margens esquerdas do Rio Juruá, é um dos polos de desenvolvimento do meu Estado.

Então, eu quero, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade e cumprimentar a população de Cruzeiro do Sul, dizer que nós estaremos aí nas festividades para comemorar esse aniversário, cumprimentar o Prefeito Ilderlei Cordeiro, que nos receberá em breve, e dizer que estamos aqui trabalhando por Cruzeiro do Sul. Temos um projeto que foi aprovado já em duas comissões que cria a Zona Franca de Cruzeiro do Sul, que, com a construção da ferrovia interoceânica, será o último ponto do território brasileiro antes da chegada ao Pacífico.

Portanto, Sr. Presidente, quero fazer o registro e pedir a divulgação em *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer à Deputada Carmen Zanotto de coração, porque pegarei um voo agora.

Só para registrar que no último final de semana visitamos vários Municípios do Estado do Piauí: Barras, Geminiano, Francisco Santos, Jaicós, Alagoinha do Piauí, São Julião, Parnaíba, Cocal, Caraúbas do Piauí.

Destaco aqui, dentre as cidades, a cidade de Barras, onde estive acompanhando o grande Prefeito Carlos Monte, no aniversário da cidade. Quero mais uma vez parabenizar essa belíssima cidade.

Visitamos também a cidade de Picos, onde abraço meu querido Prefeito Padre Walmir. Ali acompanhei também várias lideranças, como em Caraúbas, na Festa do Leite, abraçando esse grande amigo Prefeito Caboré; abraçando também o líder Zé Neci, grande companheiro na cidade de São Julião, e o meu grande Prefeito Jorismar, em Alagoinha.

Em nome dessas lideranças, quero externar o meu abraço a esse Estado tão querido e a essas cidades, que têm grandes lideranças contribuindo para o bem-estar do Estado do Piauí. Recebam o meu abraço, e que Deus continue abençoando essa cidade querida.

Peço divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.



O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria deixar divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa que hoje, 29 de setembro, é o dia mundial do petróleo.

O petróleo no mundo foi sempre a ganância das grandes potências, a exemplo da guerra do Iraque, a exemplo de várias outras guerras que o império impôs contra essas nações para o domínio do petróleo.

O nosso petróleo brasileiro está sendo atacado. O projeto de José Serra já vem sendo divulgado há muito tempo. Ele foi negociado, ainda na eleição, quando ele era presidenciável, para as empresas multinacionais. Vender e entregar o petróleo é desistir de ter uma Nação livre, soberana, que garanta aquilo que já estava aprovado na nossa Constituição, que garantia que o nosso petróleo fosse para a educação e a saúde.

Peço divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos dar este pronunciamento como lido e divulgá-lo no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nesse momento não há o que comemorar!

O dia 29 de setembro é destinado para a celebração do Dia Mundial do Petróleo, data que foi estabelecida tanto para destacar a importância e centralidade desse recurso natural para a sociedade global quanto para repensar e refletir acerca de suas formas de exploração e uso.

O petróleo tem papel fundamental na estratégia das superpotências interessadas em segurança energética e acesso às reservas fora de seus territórios,



bem como pode ser uma garantia para projetos de desenvolvimento em países produtores e exportadores. O Brasil possui amplas reservas, muitas delas disponíveis na camada do Pré-Sal, localizada em partes do Oceano Atlântico localizadas próximo ao litoral do país.

Infelizmente o Brasil passou por um golpe de estado, bancado por um projeto neoliberal, submisso aos interesses do mercado financeiro internacional que visa o total controle das riquezas do nosso país. O presidente golpista, Michel Temer, sancionou o Projeto de Lei 4567/2016 que tira da Petrobras a obrigação de participar de todos os consórcios de exploração dos campos do pré-sal.

O autor do projeto foi José Serra, flagrado na campanha presidencial (em 2009) se comprometendo a entregar o petróleo do pré-sal, segundo documentos divulgados pelo site WikiLeaks. Serra prometeu à petroleira Chevron, em 2009, que o marco de exploração do petróleo seria alterado, se ele ganhasse as eleições de 2010. Não precisou ganhar a presidência à época, pois o projeto entreguista de subserviência ao grande capital, se manteve, ativo e articulou o golpe que derrubou a presidenta eleita Dilma Rousseff.

O governo golpista tem realizado leilões de áreas de petróleo e gás localizadas. O projeto entreguista permite que as multinacionais explorem os campos sem o essencial controle da Petrobras. A condição de operadora garantia à Petrobras o conhecimento geológico do nosso subsolo marinho, a decisão sobre as tecnologias adotadas, a preferência para equipamentos produzidos no Brasil e o ritmo adequado de exploração. Estão entregando conhecimento tecnológico, a soberania nacional, o desenvolvimento nacional e nossa autonomia energética. Além disso, serve como instrumento para sucatear mais as tão atacadas educação e



saúde, uma vez que o pré-sal, destinaria 75% do Fundo Social para a educação e 25% para a saúde.

Senhoras e senhores, a entrega do nosso petróleo às petrolíferas estrangeiras é o maior crime de lesa-pátria da história. A onda de privatizações de nossas maiores riquezas colocará o Brasil de joelhos aos interesses internacionais, um verdadeiro ataque à nossa soberania nacional.

Só há uma solução contra essa barbaridade: um governo legitimamente eleito nas urnas, com um projeto nacionalista forte de defesa e proteção de nossas riquezas e da nossa soberania. Diretas já!

Que este discurso seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa, bem como na Voz do Brasil.

O SR. MOSES RODRIGUES - Peço apenas para divulgar o meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgá-lo, Deputado.

O SR. MOSES RODRIGUES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está presente nesta Casa o Sr. Carlos Kurtz, Diretor Jurídico da FIESC — Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, que vai participar da sessão plenária para discutir o projeto da reforma tributária, do nosso colega Luiz Carlos Hauly, para que possamos realmente implantar a reforma no Brasil, porque esse é um grande momento que o Brasil precisa viver.



Quero também registrar que, embora estejamos há 2 meses em luta, não conseguimos fazer esta semana com que a FUNAI emitisse uma portaria permitindo que os indígenas produtores plantem as suas lavouras. O Brasil tem quase 14% de terras indígenas, e não consegue plantar nelas. Os indígenas querem plantar, estão com as sementes e fertilizantes, mas não conseguem.

Há promessa da Liderança do Governo de que segunda-feira essa portaria sairá. Os indígenas do Brasil inteiro estão esperando essa oportunidade para poder plantar sua safra.

Imagine, Sr. Presidente, que a única fonte de renda desses indígenas é a terra. Eles querem se tornar agricultores, produzir e ter renda, e há uma dificuldade imensa de a direção da FUNAI e de áreas do Governo permitirem isso, porque não entendem esse processo. Precisamos fazer com que os indígenas se tornem cidadãos brasileiros, tenham cidadania, saúde e educação.

No entanto, ficam naquela cantilena ideológica dizendo que, se os agricultores plantarem nas terras dos indígenas, vão lhes tomar as terras. São terras já tituladas, da União, cujo usufruto é dos indígenas. Não há qualquer problema.

Esperamos que segunda-feira nós obtenhamos definitivamente essa autorização para atender aos indígenas que estão em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, querendo fechar as rodovias em protesto, porque não conseguem plantar para comer e produzir.

Espero que o Governo e a FUNAI, principalmente, assumam isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Vamos divulgar seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* se V.Exa. permitir.



O SR. VALDIR COLATTO - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço que sejam dados como lidos e divulgados nos meios de comunicação da Casa. Saúdo os empresários do nosso Estado, Santa Catarina.

Quero destacar, Sr. Presidente, que nesta semana tivemos várias datas comemorativas importantes, como o Dia do Trânsito. Precisamos reduzir a violência e os acidentes de trânsito, o Dia do Rádio — sem comunicação, não chegamos até as comunidades; o Dia do Turismo, que foi ontem, mas especialmente o Dia do Doador de Órgãos.

Santa Catarina é o Estado que tomou como política de Estado a questão da doação e da captação de órgãos. Para termos uma ideia, no ano passado, a média nacional foi de 13,1 doadores por milhão de habitantes. Em Santa Catarina, com o SC Transplantes, com todos os profissionais, toda a rede hospitalar, em especial a população conscientizada, nós chegamos a 30,5 doadores por milhão de habitantes. Isso significa menos pacientes nas máquinas de hemodiálise, menos pacientes aguardando um transplante de órgãos

Peço que meu pronunciamento seja dado como lido e divulgado, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA



A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, , celebramos neste mês, no dia 25 de setembro, o Dia Nacional do Trânsito. Digo celebramos, porque a data se solidificou muito além das formalidades: em todo o país, ações de conscientização ocorreram em escolas, universidades e outras organizações.

Tomo por exemplo uma dessas muitas ações. Na cidade de Morro da Fumaça, em Santa Catarina, a data foi marcada por conscientização aos motoristas e premiação aos alunos vencedores do primeiro concurso de frases *Minha escolha faz a diferença no trânsito*, que foi o tema da Semana Nacional do Trânsito.

Os primeiros colocados receberam medalhas e uma lembrança do concurso realizado pelo Governo Municipal, por meio da Secretaria do Sistema Educacional em parceria com o Conselho Estadual do Trânsito (Cetran SC) e a Polícia Militar. O concurso envolveu os alunos da rede municipal com o objetivo de educar sobre a responsabilidade de cada um e ressaltar os cuidados no trânsito.

De acordo com o Portal da Engeplus, que circulou notícia sobre o acontecimento, o aluno Tales Limas da Silva, da Escola Maurina de Souza Patrício, ficou em primeiro lugar com a frase “Que façamos sempre a melhor escolha: pela vida, pela prudência e pela responsabilidade no trânsito”. Ele e a professora Marice Recco receberam um tablet de premiação. As alunas Laura Cipriano Corrêa, da Escola Pietro Maccari, e Júlia Goulart, da Escola Zuleima Búrigo Guglielmi, ficaram com o segundo e terceiro lugar respectivamente e receberam medalhas de participação com os professores Marcos Silveira de Jesus e Magali Tezza.

Em Lages, na Serra Catarinense, as atividades deram atenção especial aos motociclistas. No Brasil, a cada dez acidentes, sete envolvem condutores de



motocicletas. Panfletos foram distribuídos nas ruas. A organização da Semana Nacional do Trânsito na cidade também providenciou com parceiros do evento, gratuitamente, inspeção mecânica de motocicletas e revisão de pneus, correntes, velas, escapamento, complemento de óleo e outros. Na capital do estado, Florianópolis, foram realizadas ações alusivas à data, como caminhadas, passeios ciclísticos, palestras, seminários e abordagens educativas.

De um lado, temos os números aterrorizantes do trânsito no Brasil. O nosso país está no quinto lugar entre os países com mais óbitos no trânsito, depois de Índia, China, Estados Unidos e Rússia. Segundo o Ministério da Saúde, em 2015, foram registrados 37.306 óbitos e 204 mil pessoas ficaram feridas. O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) pagou, em 2015, 42.500 indenizações por morte no país e 515.750 pessoas receberam amparo por invalidez. No mundo, o trânsito é a nona maior causa de mortes.

De outro lado, temos essa mobilização social. Cada vez mais cresce o uso dos dados para atuar em prevenção. É um exemplo perfeito de que as estatísticas servem para guiar nossos passos, e que a sociedade organizada tem o dever e o poder de lutar pelas melhorias que tanto anseia. Isso não exime os responsáveis pelas estradas e pelas vistorias de veículos de fazerem sua parte pela segurança e pela humanização do trânsito, claro, mas é animador e inspirador ver campanhas de conscientização tomando as ruas do país. É o primeiro passo, e um dos mais importantes, para resolver qualquer problema: conscientizar.

Conscientizar é dar de saber, é definir as responsabilidades, é envolver a todos na busca do bem comum. Este exemplo pode ser replicado em todas as



outras questões de violência, preconceito, saúde, educação. Em todas as áreas. Parabéns a todos que tomaram parte nesta Semana Nacional do Trânsito.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil comemorou o Dia do Rádio, 25 de setembro, data alusiva em homenagem ao aniversário do médico Edgar Roquette-Pinto, pai da radiodifusão no Brasil e criador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o intuito de difundir a educação por este meio.

No ano que comemorou o I Centenário da Independência do Brasil, ocorreu no Rio de Janeiro, por ser, na época, a capital federal, uma grande feira internacional, que recebeu visitas de empresários americanos trazendo a tecnologia de radiodifusão para demonstrar na feira, que nesta época era o assunto principal nos Estados Unidos. Para testar o novo meio de comunicação, os americanos instalaram uma antena no pico do morro do Corcovado (onde atualmente é o Cristo Redentor). A primeira transmissão radiofônica no Brasil foi um discurso do presidente Epitácio Pessoa, que foi captado em Niterói, Petrópolis, na serra fluminense e em São Paulo, onde foram instalados aparelhos receptores. A reação de Roquette-Pinto a essa tecnologia foi: "Eis uma máquina importante para educar nosso povo".

Depois da primeira transmissão no Brasil, em 1922, Roquette Pinto tentou convencer o Governo Federal a comprar os equipamentos apresentados na Feira Internacional. Para o bem da comunicação do Brasil, Roquette-Pinto não desistiu, e conseguiu convencer a Academia Brasileira de Ciências a comprar os



equipamentos. Foi criada a primeira rádio do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1922, e dirigida por Roquette-Pinto - atual Rádio MEC.

Em 1936, doou a rádio ao Governo Brasileiro, especificamente ao Ministério da Educação, transformando-a na Rádio MEC.

O rádio foi patenteado pelo cientista e inventor italiano Guglielmo (Guilherme) Marconi, no início do século 20. A criação do aparelho de rádio teve decisiva contribuição de um brasileiro, o padre Roberto Landell de Moura (1861-1928), cientista, ele também havia realizado experiências semelhantes às de Marconi - antes do italiano.

Entre 1901 e 1904, Landell de Moura esteve nos Estados Unidos, onde patenteou inventos, entre os quais um "transmissor de ondas" ou "transmissor fonético a distância" que seria exatamente o rádio. Sua patente, porém, era limitada e perdeu a validade. Marconi ficou com a fama. Trata-se de uma situação semelhante àquela que ocorreu com Santos Dumont e os irmãos Wright.

O rádio foi o primeiro grande veículo de comunicação de massas. Na verdade, dele vieram os primeiros profissionais e até os programas da TV. Antes das telenovelas, existiram as radionovelas. Os ouvintes escutavam os capítulos da mesma maneira que hoje, só que tinham que "ver" as cenas em sua imaginação. Os primeiros aparelhos de rádio eram grandes caixotes de madeira.

Usavam válvulas e precisavam ser ligados na tomada para funcionar. Com o tempo, eles foram diminuindo de tamanho e passaram a funcionar com pilhas. Hoje em dia, os rádios estão integrados a outros aparelhos de som.



Atualmente as emissoras de rádio podem ser captadas também através da internet. Pela web você pode ouvir emissoras do mundo inteiro, basta você pesquisar o que quer ouvir.

O sucesso do rádio se deve ao fato de que ele pode estar em qualquer lugar a qualquer hora e é acessível à maioria da população, tanto em zonas urbanas quanto rurais.

O registro da memória da radiodifusão em Santa Catarina tem um único e mesmo ponto de partida: a cidade de Blumenau. Lá surgiram as primeiras experiências que resultaram na constituição da PRC-4 Rádio Clube em 1936, e da TV Coligadas, Canal 3, em 1969. Depois vieram as rádios Difusora de Joinville, Clube de Itajaí e Guarujá de Florianópolis.

Aproveitando essa importante comemoração, faço registro que a Rádio Clube de Lages tornou-se a primeira emissora AM do Sul do país em realizar a migração para o FM, podendo agora ser ouvida na frequência 98,3 em toda a região serrana de Santa Catarina.

Tendo a comunicação como missão de vida, legado de seu fundador, Carlos Joffre Amaral, que utilizava os meios disponíveis para auxiliar aqueles que mais necessitavam, suas iniciativas foram imortalizadas na Fundação que hoje leva seu nome e continua promovendo e realizando ações culturais, educacionais e de responsabilidade social, beneficiando milhares de famílias na Serra Catarinense.

E em nome da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão, Acaert, quero parabenizar as emissoras de radiodifusão, com seus profissionais que levam a todas as partes do estado de Santa Catarina e do mundo, as ondas da Rádio, com notícias, entretenimento e música.



Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos anais desta Casa e divulgado no programa A Voz do Brasil.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 27 de setembro, comemoramos o Dia Mundial do Turismo, em referência a uma das mais importantes atividades econômicas da atualidade, pertencente ao setor terciário da economia. Essa data foi oficialmente estabelecida pela Organização Mundial do Turismo (OMT) no ano de 1980. E é no turismo que a minha região vem se destacando no cenário nacional e internacional, a Serra Catarinense, que é formada por 18 municípios espalhados pela região oferecem excelentes hospedagens e restaurantes em um cenário onde o turismo rural e de aventura predominam.

A Serra Catarinense tem picos que atingem 1.827 m de altura, uma das únicas regiões onde neva durante os invernos no Brasil. Nos meses de outono e inverno cidades como Urubici e São Joaquim, ganham um toque especial com geadas, nevoeiros, granizos e até mesmo cachoeiras congeladas que fazem a alegria dos turistas. A beleza natural da Serra Catarinense impressiona. A paisagem, formada por florestas de araucárias, rios, cachoeiras, vales, campos de altitude e grandes cânions, vai arrebatá-lo. Lugares como a Serra do Rio do Rastro, a Serra do Corvo Branco e o Morro da Igreja são visitas obrigatórias, com estradas sinuosas que cortam as montanhas até atingirem alguns dos pontos mais altos do país. A vista é espetacular. Nos dias de céu claro, é possível avistar o litoral a dezenas de quilômetros. A Serra também conta com ótimas vinícolas premiadas nacionalmente e internacionalmente. Apreciar um bom vinho degustando receitas



regionais a base de pinhão é uma ótima maneira de aproveitar o melhor que a região tem a oferecer.

A porta de entrada para a Serra Catarinense, Bom Jardim da Serra é famosa por abrigar a Serra do Rio do Rastro, uma estrada com cerca de 12 km de curvas sinuosas. A região abençoada impressiona os turistas com seus rios, cachoeiras e cânions.

Lages é a maior e mais conhecida das cidades da Serra Catarinense. Fundada em 1677 por bandeirantes que passavam pelas terras durante as expedições entre os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, o município conta com fazendas tradicionais da época que hospedam visitantes. A cidade também conta com a Festa Nacional do Pinhão, uma das principais festas regionais de Santa Catarina, que reúne milhares de visitantes do Brasil e do exterior.

Com um pouco mais de 25 mil habitantes, o município de São Joaquim contém três ingredientes que fazem com que a cidade seja um dos roteiros mais procurados de Santa Catarina: neve, maçã e vinho. Em quase todas as estações do inverno a cidade sempre se destaca por estar entre as cidades mais frias em solo brasileiro. Paisagens espetaculares cercam Urubici, uma dos principais destaques da Serra Catarinense. As atrações naturais do município fazem dele um dos pontos mais procurados no país pelos adeptos do ecoturismo. São tantas as opções que é difícil saber por onde começar: rapel em cachoeiras com até 100 m de altura, cavalgadas por vales e campos de altitude, canoagem, pesca esportiva, mountain bike, tirolesa, arvorismo e caminhadas guiadas em torno de cânions. Imperdível também é a vista da Pedra Furada, no Morro da Igreja, o segundo ponto mais alto



do Sul do Brasil (1.822 m de altitude), e a Serra do Corvo Branco, a cerca de 30 km do centro da cidade.

Muita diversão espera por você em Urupema, um pequeno município da Serra Catarinense. O turismo rural é a grande atração, uma oportunidade de vivenciar a autêntica vida no campo e a cultura local. Os hotéis-fazenda e pousadas oferecem várias atividades ao ar livre, como cavalgadas e pescarias (a truta é abundante na região). As cachoeiras e cascatas também atraem os turistas, especialmente no inverno, quando suas águas chegam a congelar nos dias mais frios.

Bom Retiro é a cidade mais próxima do litoral, durante a chegada na cidade os turistas vão se impressionando com as lindas grutas, cachoeiras e morros que cercam a região.

E todo esse potencial reuniu no mês passado em São Joaquim, por iniciativa da Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte, empresários, secretários municipais, vereadores, prefeitos e deputados, para a primeira edição do Meeting na Serra, uma capacitação voltada para o setor de turismo, tendo como foco a gestão e sustentabilidade.

Na oportunidade defendi o projeto “Rotas Cênicas”, que tem como objetivo principal melhorar a infraestrutura dos pontos turísticos da Serra Catarinense. “Nós temos uma riqueza ímpar e juntos podemos desenvolver as nossas potencialidades. Um dos próximos passos para avançarmos é a aprovação do traçado do Parque Nacional de São Joaquim e um plano de manejo discutido com os agentes de turismo”.

Outro ponto que destaquei foi a recuperação do acesso ao Morro da Igreja em Urubici. Conseguimos os recursos, por meio de uma emenda conjunta do Fórum



Parlamentar Catarinense e fui informada pelo Ministro da Defesa, Raul Jungmann, que um plano de trabalho foi montado para recuperação da estrada que leva ao Morro da Igreja, que fica a 29 km do centro da cidade. O processo para o início da recuperação da estrada ainda está em licitação, mas contará com a Força Aérea e o Exército Brasileiro. A previsão é que as obras iniciam ainda este ano e terminem em 21 meses. A fiscalização dos trabalhos será coordenada pelo batalhão do Exército de Lages.

Devemos utilizar o turismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável, atendendo, cada vez melhor, os nossos turistas e gerando riqueza às nossas cidades. Como forma de fomento, além dos R\$ 12 milhões para a revitalização do Morro da Igreja da emenda de bancada, indiquei R\$ 300 mil para o desenvolvimento do turismo na região.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos anais desta Casa e divulgado no programa A Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva, depois ao Deputado Evair Vieira de Melo.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda não havia falado sobre esse assunto porque estávamos aqui a discutir outras matérias e a reforma trabalhista. Mas eu quero prestar a minha solidariedade ao nosso companheiro de partido, José Dirceu, que foi condenado a 30 anos de cadeia e até agora nós não sabemos quais são as provas e em que se baseou o aumento de sua pena.

Nós estamos vendo pessoas que já estão condenadas e que já confessaram seus crimes e que estão soltas, Sr. Presidente. Então, não está havendo justiça.



Mas José Dirceu é uma pessoa íntegra, é um homem que está de peito aberto e que não abaixará sua cabeça. A história há de resgatar a sua dignidade para que ele possa prova a esta Nação que ele não merece os 30 anos que lhe foram dados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Evair Vieira de Melo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV.

O SR. O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 30, que é o próximo sábado, na cidade de Marilândia, nós vamos realizar o primeiro concurso de café de qualidade daquele Município. É um marco importante, histórico, tendo em vista que, na cidade de Marilândia, nós temos a Fazenda Experimental do Incaper.

Trata-se do maior centro tecnológico de pesquisa de café conilon do planeta. Em nenhuma unidade de pesquisa de café conilon do mundo, há um banco genético, material genético, que produziu tanto para o mundo do café como ocorreu a partir da Fazenda Experimental do Incaper, de Marilândia. Por isso, será uma data importante que nós vamos comemorar com os cafeicultores de Marilândia, que já é reconhecida como a capital mundial da pesquisa do café e agora faz um trabalho para melhorar a qualidade do seu produto. Isso vai ser importante para que o café conilon a cada dia mais dê um passo à frente, conquiste o seu espaço e abra uma janela de oportunidade para os produtores de Marilândia e de todo o Espírito Santo.

O café conilon é uma economia importante, é uma atividade importante, fez parte da reconstrução da história econômica do Espírito Santo, dada a crise do café arábica há alguns anos. E agora Marilândia presta mais esse grande serviço.



Parabéns ao povo de Marilândia, parabéns à Prefeitura, parabéns aos produtores rurais. Agora vamos fazer esse gesto importante na busca da qualidade. Vamos agregar valor ao seu produto e acima de tudo dar dignidade ao seu povo, a sua gente. Parabéns ao povo de Marilândia por mais essa ousadia. Que seja o primeiro de muitos outros concursos. Como eu disse, parabéns à Prefeitura, parabéns ao Incaper, que tem uma história bonita com o Município de Marilândia. A qualidade é sempre uma referência do povo capixaba e do povo trabalhador. Nós estaremos lá.

Também, Sr. Presidente, durante estes dias, nós estamos realizando no Espírito Santo a 8ª Expedição Tropeira da Rota Imperial. Essa expedição Tropeira saiu do Município de Santa Teresa, vai passar por Santa Maria de Jetibá, por Domingos Martins, por Venda Nova, por Conceição do Castelo, por Muniz Freire, até chegar nessa rota capixaba, no ciclo de luna.

A rota imperial, também conhecida como São Pedro de Alcântara, surgiu após a descoberta do ouro no interior do Brasil, na primeira metade do século XVII.

Então, quero parabenizar os tropeiros, as Secretarias Municipais de Turismo, que estão preservando as tradições e valores do nosso povo, da nossa gente. A rota imperial vai passar por essa região colonizada por europeus, portugueses, italianos, alemães, (*ininteligível*). Com certeza, vai acima de tudo também recuperar a autoestima e a história do nosso povo e da nossa gente. Parabéns aos pioneiros e àqueles que acreditam na Rota Imperial como uma oportunidade para os capixabas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR



O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pronuncia os seguintes discursos.) -

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pela primeira vez o Município de Marilândia irá realizar o concurso de qualidade de café conilon, neste sábado, dia 30, na Fazenda Experimental do Incaper em Marilândia.

O concurso vai premiar o melhor café do município, premiando aqueles que utilizam as melhores práticas na produção do café conilon.

O Município de Marilândia já possui longa tradição na pesquisa do café conilon, que data do ano de 1971, quando a Fazenda Experimental de Marilândia foi inaugurada pelo antigo Instituto Brasileiro do Café, e foi assumida pelo Incaper em 1985, quando ainda era a Emcapa, e esta dedicação do Município de Marilândia à pesquisa do café conilon ajudou a tirar o conilon da qualidade de subproduto de café para se tornar um produto de qualidade superior, e em reconhecimento a este trabalho, nós apresentamos o PL 8.506, que dá o título de Capital Nacional da Pesquisa do Café Conilon a Marilândia.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde sábado, dia 23 e até o dia 30, 25 aventureiros iniciaram a 8ª Expedição Tropeira na Rota Imperial.

O percurso cobre um total de 300 km, saindo da cidade de Santa Teresa, passando por Santa Leopoldina, Santa Teresa de Jetibá, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo e Muniz Freire, até chegar a Lúna, o final do trajeto.

A Rota Imperial, também conhecida como São Pedro de Alcântara, surgiu após a descoberta de ouro no interior do Brasil na primeira metade do Séc. XVII (17). Os desbravadores percorriam as terras do Espírito Santo para chegar à região



das Minas Gerais, em um período em que a Coroa Portuguesa proibiu a construção de estradas na Capitania do Espírito Santo para proteger o interior de contrabandistas.

A Rota imperial foi finalmente concluída em 1816, após autorização da Família Real para ligar Vitória a Ouro Preto e hoje proporciona 575 km de belas paisagens, entre vales e montanhas, cruzando 14 municípios no Espírito Santo e mais 17 em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de registrar a presença aqui em Brasília, nesta Casa, do Prefeito de Apiaçá, Fabricio Gomes Thebaldi; do Vereador Claudão, Presidente do Solidariedade; do Fábio Paulo Guesi e do Paulo Sérgio da Silva, também Vereadores. Vieram numa comitiva em busca de emendas no orçamento.

Parabéns, eu acho que é assim que tem que ser. Estiveram no meu gabinete agradecendo as emendas passadas e agradecendo também as próximas emendas que, pelo que nós conversamos, vai ser para um raio x, uma ambulância e recursos para reforma de quadra.

Muito obrigado pela presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito nas Breves Comunicações, Deputado Marcos Rogério. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, do PT de Sergipe, por 3 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar toda a militância do Movimento dos Trabalhadores



Rurais sem Terra do Brasil, em especial os assentamentos rurais que têm organizado em todo País espaços de agroecologia.

Em particular, gostaria de registrar que o MST ganhou o Prêmio Juliana Santilli Agrobiodiversidade, no Projeto Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger, no Município de Antonina, litoral norte do Paraná.

Este prêmio é o reconhecimento pela experiência prática vivida na defesa do meio ambiente e na proteção ambiental das áreas e da vida organizada por esse assentamento.

Em especial, quero parabenizar todos os membros do MST do Paraná, que têm contribuído com a defesa da reforma agrária, com a defesa da agroecologia e de um modelo novo de produção, que respeita o meio ambiente e que ajuda a fortalecer uma nova forma de viver, principalmente neste momento em que as grandes monoculturas e os agrotóxicos tomam conta de grande parte das produções agrícolas das grandes propriedades brasileiras.

Peço que este nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Eu gostaria, Presidente, que também fosse dado como lido e divulgado o nosso pronunciamento com relação à Medida Provisória 785. Essa medida provisória trata do FIES. Em todas as áreas, no orçamento, nós estamos percebendo a retirada de programas sociais, e esse mexe especialmente com a nossa juventude. O Governo, ao cortar gastos, trata a educação como um gasto. Educação nunca foi gasto; educação é investimento.

Então, fica aqui nosso pronunciamento, contrário a essa política do Governo contra nossa juventude.



Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Será divulgado. Obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que o MST ganhou o prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade, o Projeto de Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger, do MST, localizado no município de Antonina, litoral norte do Paraná, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba foi o premiado na categoria 1 do Prêmio Juliana Santilli – Agrobiodiversidade – Edição 2017, cujo resultado foi divulgado na semana passada.

O projeto concilia a produção de alimentos livres de agrotóxicos com a recuperação da Mata Atlântica da região, uma iniciativa de vida para as florestas e para as pessoas que nela vivem.

A categoria 1 contempla iniciativas que promovem a ampliação e a conservação da agrobiodiversidade. Nessa categoria, outras cinco iniciativas, receberam o selo de reconhecimento do Prêmio Juliana Santilli.

A premiação foi dividida em três categorias: as duas primeiras dedicadas a iniciativas ligadas à produção e ao uso da agrobiodiversidade; e uma terceira que premia um texto sobre o tema.

O prêmio homenageia Juliana Santilli, advogada socioambiental, pensadora e defensora incansável da agrobiodiversidade, falecida em 2015.

Outras categorias



Na categoria 2, que contempla iniciativas que promovem e estimulam a agrobiodiversidade em experiências de economia solidária e associativa, os premiados foram as lideranças do Território Tenonde Porã, com uma iniciativa desenvolvida na aldeia indígena Guarani Mbya, na Zona Sul de São Paulo. Trata-se da Tembú Porã – Alimento Sagrado, projeto que recupera sementes dos alimentos sagrados e distribui as variedades recuperadas para outras aldeias Guarani Mbya. Também, nessa categoria, outras cinco iniciativas receberam o selo de reconhecimento do Prêmio Juliana Santilli.

Na categoria 3, cujo prêmio é a publicação do texto submetido pela Editora IEB - Mil Folhas, o vencedor foi a coletânea intitulada “Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais” que reúne textos de Ana Gabriela Morim de Lima, Igor Scaramuzzi, Joana Cabral de Oliveira, Laura Santonieri, Marilena Arruda Campos e Thiago Cardoso. Nessa categoria, o texto de Joana Braun Basse, “Viver de mato só, não dá! Relações ecológicas entre pessoas, mato e paisagem de uma experiência etnográfica junto a habitantes do Confim da Águas”, foi agraciado com uma menção honrosa.

Para cada categoria, foram concedidos também selos de reconhecimento às iniciativas que fazem a diferença na agrobiodiversidade.

A entrega dos prêmios será em Brasília no final de outubro, em data ainda a ser confirmada. Veja aqui o resultado completo.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o governo baixou a Medida Provisória 785, que muda as regras pelas quais os estudantes universitários poderão pleitear financiamento do Fies. Esta MP propõe a divisão do Fies em três modalidades, a



primeira, destinada aos mais pobres, terá sua oferta reduzida drasticamente e se limitará a 100 mil estudantes por ano, antes do golpe, o número era de 300 mil por ano e estava em ritmo de crescimento. Para as outras duas modalidades, destinada a estudantes com renda familiar de até cinco salários mínimos, o governo transferirá para instituições financeiras a concessão do crédito e a análise de risco, ou seja, quer colocar a decisão sobre a concessão da bolsa nas mãos dos bancos. Isso significa que ocorrerá o que já ocorre na lógica dos banqueiros: o lucro! É evidente que serão prejudicados, mais uma vez, os estudantes mais pobres, que terão mais dificuldades com o excesso de burocracia, de comprovar renda compatível e captar financiadores.

Antes do golpe, o número de vagas ofertadas chegou a 325 mil, já neste governo golpista, sem compromisso com a Educação e com os mais vulneráveis, a redução chegou a apenas 150 mil vagas ofertadas.

O governo quer “justificar” esta MP com o argumento da inadimplência. Diversos países no mundo praticam este programa e análises internacionais mostram que uma das razões para o número de devedores é o fato de os alunos terem de começar a pagar pelo financiamento antes de terem colhido o benefício do investimento em educação em suas rendas, ou seja, antes de se inserirem no mercado de trabalho, já são cobrados pela dívida.

Senhoras e senhores, os países mais desenvolvidos, mais equilibrados e com o melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do mundo têm algo em comum, todos eles investiram em educação, não apenas isso, investiram no acesso à educação. Portanto, tratar a educação como mercadoria e restrita à parcela mais privilegiada da sociedade é uma monstruosidade indecorosa com a sociedade.



No ranking da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Brasil é o 60º colocado. A pesquisa usa critérios como a média de anos que os alunos passam na escola e a porcentagem da população que está cursando ensino superior. Entre os países que ocupam as primeiras posições, então a Finlândia, Japão, Suécia, Suíça, Noruega... Exatamente os países mais desenvolvidos do mundo. Não há coincidência nisso! Investimento em educação deveria ser prioridade nesse país. O que este governo ilegítimo está fazendo é a contramão da lógica desenvolvimentista e de redução das desigualdades. Burocratizar o FIES, dificultar seu acesso e prejudicar os estudantes mais carentes, só mostra a que projeto serve este governo, o dos senhores da Casa Grande que desejam a volta do trabalho escravo, do desemprego em alta para gerar profissionais subservientes e coagidos, além de elitizar o acesso à educação, para poucos, investindo em uma sociedade alienada, que tenha dificuldade de se reconhecer enquanto sujeito de direito e, portanto, critique e reivindique melhores condições.

Outro aspecto é que uma das fontes de financiamento proposta nesta MP são os recursos do FNE, ou seja, retira recursos do Nordeste que deveriam financiar setores agropecuário, industrial e agroindustrial, também financiar os setores de turismo, comércio, serviços, cultural e infraestrutura.

Ao invés de pensar em gasto, este governo deveria pensar em investimento, como diz o maior presidente da história desse país, Luís Inácio da Silva: “Educação não é gasto, é investimento!”. O termo “gasto” deveria ser erradicado no contexto dos investimentos em educação. Se for para afetar esse importante programa, histórico, de deu dignidade a milhares de estudantes brasileiros, o FIES, que seja



pelo acesso à educação 100% pública e de qualidade a todos, irrestritamente, sem seletividade. Que ninguém tenha que implorar para financiar seus estudos.

Que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna. Depois concederei a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu subo à tribuna mais uma vez para dizer que a equipe econômica do Presidente Michel Temer, em especial o nosso Ministro Henrique Meirelles, e os demais Ministros do Governo, nós pegamos o País quebrado.

O Brasil estava realmente quebrado, devendo para todos os Municípios e todos os fornecedores. Não se pagavam mais as contas. Graças a Deus, as contas foram pagas, as emendas Parlamentares dos Municípios estão sendo pagas. E o mais importante, a inflação caiu, os juros estão caindo e a economia começou a reagir.

Nos últimos 5 meses, a cada mês que passa, nós temos, sim, uma geração a mais de emprego. Com toda a tranquilidade, quero dizer que este é um dos momentos mais importantes do nosso País. Nós tivemos uma crise que foi a maior dos últimos 40 anos, e o mais importante é que estamos tendo a credibilidade dos investidores nacionais e internacionais.

Eu estive na China, onde eu vi o empenho do Presidente daquele país, Xi Jinping; do Presidente da Rússia, Putin; do Primeiro-Ministro da Índia, Narendra



Modi. Eles pronunciaram palavras sobre o Brasil que demonstram o respeito deles pelo nossa Nação e o desejo de investir mais em nosso País. Isso é muito importante para a geração de empregos.

Então, eu quero dizer a todos os meus colegas Deputados e Deputadas, àqueles que têm o compromisso com o Brasil, àqueles que querem ver o Brasil para frente, crescendo devagarinho, mas crescendo: nada de bolha, nada de ilusão, nada de tiro na lua. Trata-se de um crescimento sério, um crescimento dentro de uma coisa real. Eu acredito que nós temos que comemorar esses momentos.

Muitas vezes, nós somos criticados porque a economia está ruim. A economia estava horrível, ela melhorou, ela parou de descer e ela está crescendo. É com esse entusiasmo que quero dizer a todos os investidores que façam os seus negócios, acreditem no Brasil, porque, nesta Casa, há Deputados, Deputadas e Senadores de bem, sim, os quais procurarão dar, cada vez mais, sustentação ao Brasil para que ele continue nos trilhos e que as coisas continuem caminhando.

Eu tenho todo o respeito ao Presidente Michel Temer pela sua disponibilidade, pela sua relação com o Congresso, pelo respeito que ele tem com os Deputados. Michel Temer é um presidente com que, atravessando a rua, consegue-se falar. Isso é muito importante para um Deputado e para as relações. As instituições, o Poder Judiciário, a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, todos são respeitados pela maioria desta Casa.

Por isso, não tenho dúvida nenhuma de que o Supremo irá fazer com que as instituições sejam respeitadas e o Brasil, cada vez mais, conquista méritos com uma democracia forte.



Era isso, Deputado Carlos Manato, que preside a esta sessão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Magna Mofatto por 1 minuto.

A SRA. MAGDA MOFATTO (PR-GO. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero lembrar que ontem foi o Dia Internacional do Turismo.

O Estado de Goiás, por ações governamentais, teve um avanço e um crescimento muito grandes, não só pelas ações de Governo, mas pelas ações da Goiás Turismo também, em cuja agência o jovem Leandro Garcia vem fazendo muito pelo Estado inteiro. Com isso, enquanto outros Estados perdem, Goiás está ganhando.

Mas eu não poderia deixar de fazer um comentário também muito importante para a economia do País. Ainda há pouco, quando o Deputado Mauro Pereira falava das ações de Governo e da economia do País, eu escutei alguém o chamando de puxa-saco.

Não é puxa-saco, o País está economicamente estável, economicamente equilibrado por conta de ações do Governo que têm dado retorno onde o País tem se recuperado. Todos os jornais reconhecem isso.

Temos uma crise política, mas não uma crise econômica. O País está nos trilhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Luiz Couto, pelo PT da Paraíba, por 3 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se colocarem o Brasil nos trilhos, a maria-fumaça o destruirá, por causa dessa organização que está aí.

Nós queremos saber onde é que este País está progredindo e se desenvolvendo. Cada dia verificamos mais denúncias de corrupção. Agora vêm duas denúncias, e não apenas contra o Presidente, mas também contra outras pessoas.

Mas eu queria hoje falar que o Governo trata aqueles que são da Oposição como se não tivessem o direito de ter suas emendas liberadas.

Neste ano, das emendas que foram colocadas por este Parlamentar, nós não recebemos nenhuma, ou seja, ou é marcação ou é perseguição, porque nós temos uma posição crítica com relação a este Governo.

Há aquelas que eram prioritárias, colocamos o *kit* do conselho tutelar, estivemos com a Ministra, e ela disse que ia fazer a licitação, mas até agora os recursos não foram empenhados. São 13 Municípios da Paraíba que vão ser contemplados com o *kit* do conselho tutelar, e não estão sendo liberados esses recursos.

Eu espero que o Governo libere, sem aquela condição de quem vota com ele ou de quem é contrário, são emendas impositivas que devem ser liberadas para levarem benefícios para o povo que nós representamos.

Então, nesse sentido, peço novamente à Ministra que faça a licitação do *kit* do conselho tutelar, para que os Municípios da Paraíba possam receber o *kit* que vai



trazer muito benefício para o trabalho que é feito em defesa da criança e do adolescente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, peço que seja dada a devida publicidade nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Cuidado! O Brasil nos trilhos pode ser destruído pela Maria Fumaça da corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, os convidados estão ali fora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Isso é um crime. Eles podem entrar, sentar aqui e ficar à vontade.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Podem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Lógico! V.Exa. manda, eu só obedeço.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Muito obrigado. V.Exa. é um *gentleman*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concederei a palavra na sequência aos Deputados Daniel Almeida, Esperidião Amin, Carlos Henrique Gaguim, Moses Rodrigues, Rocha e Valdir Colatto.

O Deputado Adelson Barreto está subindo na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Josi Nunes.

A SRA. JOSI NUNES (PMDB-TO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero aqui reforçar uma notícia importante. No Estado do Tocantins, Município de



Palmas, nós tivemos uma paralisação dos professores por 22 dias. Felizmente, essa paralisação foi finalizada hoje.

É importante o diálogo entre a administração e os servidores do Estado, principalmente na área da educação, que tem um peso tão importante na formação de tantos jovens.

Ainda há alguns impasses para serem resolvidos, e eu desejo que o Prefeito Municipal, juntamente com o Sindicato dos Professores, possa encontrar a melhor alternativa, que as aulas possam ser repostas, e que todos os direitos dos professores possam ser garantidos, como a questão da data-base e a questão da progressão. Estas eram as reivindicações daqueles professores.

Então, nós estamos muito felizes. Vínhamos acompanhando com muita preocupação esta paralisação, mas hoje, então, ela se finaliza. Eu espero que, com mais diálogo, as novas pendências possam ser resolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira para que registre a presença dos seus amigos.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiramente, muito obrigado, Deputado Carlos Manato.

Eu estou recebendo aqui a visita da nossa amiga, Secretária Marta Zanella, da cidade de Santa Maria. Ela é a Secretária de Esportes e Lazer e está aqui há 3 dias, em visita aos Ministérios do Trabalho, da Cultura, do Turismo e da Justiça, fazendo o trabalho de representar a cidade de Santa Maria e buscar recursos.

Também estou recebendo aqui a visita do meu grande amigo e colega de trabalho na cidade de Caxias do Sul, Edson Néspolo, um dos melhores



trabalhadores e políticos que nós temos no Rio Grande do Sul. Hoje, ele é Secretário de Turismo da cidade de Gramado, uma das cidades que têm o turismo mais pujante do Brasil.

Ele vem fazendo um trabalho excelente junto com o Prefeito Fedoca e também está aqui em busca de recursos.

Sem dúvida nenhuma, Deputado Carlos Manato, o turismo é uma das maiores indústrias que gera emprego — e emprego limpo. Gramado é um exemplo na Serra Gaúcha, assim como Bento Gonçalves, Nova Petrópolis, Canela e outras.

Eu quero parabenizar o meu colega Edson Néspolo pela amizade, pelo carinho, pelo respeito à Serra Gaúcha. Eu tenho certeza de que o trabalho dele vai valorizar ainda mais a cidade de Gramado.

Parabéns à nossa colega Marta Zanella, Secretária de Santa Maria, essa pujante cidade, e a Edson Néspolo, de Gramado. Já aproveito para convidar todo mundo para ir à Serra Gaúcha. Lá há bons vinhos, boa comida e um povo hospitaleiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Rosinha da Adefal.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/AVANTE-AL. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente! Bom dia a todas as Deputadas e aos Deputados aqui presentes!

Sr. Presidente, se puder, gostaria de usar o tempo da minha Liderança, 5 minutinhos. Mas eu vou correr, vou terminar antes.



No dia 26 deste mês comemoramos o Dia Nacional do Surdo e, em alusão a esta data, realizei em Maceió um seminário para discutir a regulamentação da profissão de intérpretes, guia-intérpretes e tradutores de Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, bem como o fortalecimento da LIBRAS e a efetivação do acesso à comunicação dos surdos.

Minha querida Alagoas tem efetivado ações de inclusão das pessoas surdas. Para quem não sabe, fomos o primeiro Estado do Brasil a reconhecer a Língua Brasileira de Sinais, que chamamos de LIBRAS, como língua oficial.

Alagoas tem acolhido e trabalhado muito pela inclusão das pessoas com deficiência e promovido o reconhecimento da importância do trabalho dos intérpretes e do ensino de LIBRAS.

Da mesma forma como acontece com as línguas oral-auditivas, para se comunicar em LIBRAS, não basta conhecer os sinais, é necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases e estabelecer comunicações. Por esse motivo, é tão importante a adequada formação do profissional como intérprete.

Em Alagoas, um belo trabalho tem sido realizado pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais — CIL, que foi idealizada a partir de uma parceria entre a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Justiça, e a Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos, em 2015, quando eu ainda era Secretária.

A CIL tem como objetivo o atendimento de qualidade e o atendimento especializado para as pessoas surdas, com deficiência auditiva, pessoas surdocegas, por meio da tradução e interpretação de LIBRAS, para ajudá-las no



cotidiano, em coisas simples como acompanhar em consulta médica, pegar um documento em algum órgão público.

Foi com o apoio e o trabalho da CIL que Mary e Marcos, duas pessoas surdas, puderam celebrar o seu amor. Ambos alagoanos, eles se conheceram, se apaixonaram e encontraram inúmeras dificuldades, inclusive com a resistência da família. Mas, com o apoio dos intérpretes da Central de Interpretação de LIBRAS, o casal conseguiu realizar o seu sonho e realizar uma cerimônia religiosa, que ocorreu em 1º de abril deste ano, na sede da própria Secretaria.

Por isso, Alagoas tem se destacado na inclusão da pessoa surda. As pessoas surdas estão adquirindo condições de exercer a sua cidadania, de viver com mais independência e de ter vida mais digna.

Por isso, há necessidade de regulamentação da profissão de intérprete de LIBRAS.

Na Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, há uma Subcomissão onde eu relato um projeto exatamente sobre esse assunto. Faremos discussões nas cinco regiões do País. Ao final, traremos a esta Câmara, traremos a este Congresso sugestões de regulamentação e de ações concretas, que possam fortalecer a profissão de intérprete e consequentemente a cidadania dos surdos.

Tenho um orgulho imenso de ter participado ativamente e de estar participando ainda de todo esse trabalho pela inclusão das pessoas surdas. Temos que expandir essas ações tão importantes e tão bonitas em Alagoas, para que todo o Brasil possa fazer coisas semelhantes de inclusão e fortalecimento da cidadania para os surdos.



Feliz Dia dos Surdos! A luta continua, a batalha ainda é grande. Mas vamos à inclusão de todas as pessoas, para que elas sejam cidadãs verdadeiramente neste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Adelson Barreto.

O SR. ADELSON BARRETO (PR-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Carlos Manato, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos ocupando a tribuna hoje orgulhosamente para registrar que, no dia 1º de outubro, é comemorado o Dia Nacional e Internacional do Idoso, pessoa que possui idade igual ou superior a 60 anos.

Esta data marca o dia em que a Lei nº 10.741, conhecida como Estatuto do Idoso, entrara em vigor. Ela é fundamental para reforçar a importância da proteção a este público e para reavaliarmos a nossa atitude com relação aos idosos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE mostra que, em 33 anos, a população idosa vai triplicar no Brasil, passando de 19,6 milhões de pessoas, 10% da população brasileira em 2010, para 66,5 milhões de pessoas em 2050.

Ou seja, o aumento do número de idosos implicará mudanças profundas em políticas públicas de saúde, assistência social, previdência, dentre outras.

As estimativas são de que a virada no perfil da população acontecerá em 2030, quando o número absoluto e o percentual de brasileiros com 60 anos de idade ou mais vão ultrapassar o número e o percentual de crianças de até 14 anos. Daqui



a 13 anos, os idosos chegarão a 41,5 milhões de pessoas, ou seja, 18% da população, e as crianças serão 39,2 milhões, o correspondente a 17,6%, segundo estimativa do IBGE.

O processo de envelhecimento populacional no País vai exigir novas prioridades na área das políticas públicas. Como exemplo dessas prioridades, destaca-se, dentro de um plano, a formação urgente de recursos humanos para o atendimento geriátrico e gerontológico.

Queremos continuar, Sr. Presidente, dizendo que a redução do número de filhos por mulher acentuou-se de forma rápida nos anos 1980. A taxa de fecundidade passou de 6,16 filhos por mulher em 1940 para 4,31 em 1980, 2,39 em 2000 e 1,7 em 2014. O declínio foi bem mais rápido do que o verificado por países desenvolvidos, que demoraram mais de 1 século para atingir níveis similares. A atual taxa de fecundidade está desde 2010 abaixo do nível de reposição populacional neste País, de 2,1 filhos por mulher.

Outros estudos do IBGE apontam que se for mantido o ritmo de queda, o Brasil terá aumento de população até 2030, quando a tendência será de estabilização.

Por volta de 2040, o número absoluto de brasileiros poderá diminuir; o total de crianças será cada vez menor e o de idosos, cada vez mais crescente.

Portanto, diante desses dados, nós queremos demonstrar a nossa preocupação e queremos fazer, mais uma vez, a cobrança da implementação de políticas públicas junto ao Governo Federal.

Saudamos todos os idosos do Brasil e do mundo, em especial, os idosos do meu querido Estado Sergipe.



Por fim, peço, Sr. Presidente, que o nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós vamos ter que encerrar esta sessão, para iniciarmos a Comissão Geral nos próximos 6 minutos. Vou ter eu encerrar e não poderei mais conceder 3 minutos a cada orador, mas nada me impede de conceder 1 minuto a cada um, para que todos possam falar.

Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria que este meu pronunciamento fosse registrado pelos meios de comunicação.

Na cidade de Cônego Marinho, no norte de Minas Gerais, houve a festa de São Vicente de Paula, onde fui recebida pelo Prefeito Agidê, pelo Vice-Prefeito Marquinhos, pelo Presidente da Câmara Van Madureira, por Vereadores e Secretários. Lá, também participamos da festa da agricultura familiar.

Nós colocamos ali em Cônego Marinho mais de meio milhão de reais para investir na saúde, na agricultura familiar, no saneamento, na pavimentação.

Quero dizer para o Prefeito Agidê que estamos juntos na Câmara dos Deputados para ajudar, especialmente na área social. A nossa querida secretária Karla Emanuella, que também estava lá, fez uma festa linda para todos, não só de Cônego Marinho, mas do seu entorno também.

Mais uma vez, quero parabenizar o Prefeito Agidê pela bela gestão na cidade de Cônego Marinho que dá um exemplo para Minas Gerais e para o Brasil.

Viva Agidê! Viva Cônego Marinho!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Azi.

O SR. PAULO AZI (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui registrar que o Município de Camaçari, na Bahia, completa 259 anos de emancipação política.

Camaçari do polo petroquímico, da Ford, de praias belíssimas, e, principalmente, de um povo alegre e acolhedor, cuja história se confunde com a própria história econômica do Estado da Bahia, volta agora, sob a administração do Prefeito Antonio Elinaldo, a ser protagonista no cenário político e administrativo.

Quero aqui deixar o meu abraço a toda a população. É uma honra para mim representá-la nesta Câmara dos Deputados.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Parabéns! Camaçari está muito bem representada por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também quero estender a nossa homenagem à Camaçari, ao nosso ex-Prefeito, Deputado Federal Luiz Caetano, que, neste momento, está na cidade participando das festividades. Eu também, com muito orgulho, represento aquele Município.

Mas o meu comentário de hoje é sobre o que votamos ontem aqui, quando concluímos a reforma política na parte constitucional. Na semana que vem, vamos entrar na parte infraconstitucional da legislação ordinária.



Somos favoráveis a um financiamento público com teto para gastos de campanha. Somos favoráveis ao fim do financiamento empresarial. E, nesse sentido, queria colocar uma preocupação.

Ontem, vários *sites* divulgaram a notícia de que quatro grandes empresários brasileiros Abílio Diniz, Armínio Fraga, Nizan Guanaes e Luciano Huck estão preparando um fundo para eleger 100 Deputados.

Como é que isso pode acontecer, se o financiamento empresarial está proibido?

Então, é por essas e por outras que nós temos de fazer uma reforma política radical, que acabe com o financiamento privado, com financiamento público e teto para campanha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Já pensou se V.Exa. estiver nesse meio dos 100? Eu, heim!

O SR. NELSON PELLEGRINO - Impossível. Ninguém ia nos eleger.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - (*Risos.*) Nós não estamos, nem íamos querer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Sandro Alex, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Sem revisão do orador) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na última semana, entregamos, ao Hospital Bom Jesus, na cidade de Ponta Grossa, o valor de quase 1 milhão de reais em equipamentos que vão servir ao centro cirúrgico e às UTIS desse importante hospital da região dos Campos Gerais.



Somados aos 250 mil reais destinado ao hospital irmão, Sagrado Coração de Jesus, de Prudentópolis, são 1 milhão. Estamos aqui prestando contas.

Sr. Presidente, também quero agradecer ao Ministro da Agricultura Blairo Maggi e ao Secretário Executivo Eumar Novacki pela manutenção dos escritórios de Ponta Grossa e de Castro, importantes regionais do Ministério da Agricultura.

Agradeço ainda ao Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, pela recuperação da Gerência Regional de Ponta Grossa, importante para os profissionais e para os trabalhadores que vão até a gerência de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Heitor Schuch, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero aqui, com veemência, fazer um apelo em defesa da atividade leiteira.

Por causa da importação indiscriminada do Uruguai, preços reduzidos pagos aos produtores, há o risco de muitos agricultores deixarem essa atividade.

Quero socializar aqui um informe de um estudo que nós fizemos com base em notas fiscais recolhidas junto aos produtores do Rio Grande do Sul, documento que foi entregue ao MDIC, em que se verifica que produtor de leite, na minha terra natal, baixou o preço por litro entregue todo santo dia de 1 real e 40 centavos para 95 centavos. Isso é inaceitável.

Também produtores de outras regiões do Estado que, de junho para agosto, reduziram de 1 real e 15 centavos para 92 centavos e de 1 real e 24 centavos para 1 real e 2 centavos.

Isso é inaceitável, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a atividade leiteira está cada vez mais difícil para os pecuaristas do Rio Grande do Sul, o alto volume de leite em pó que já foi importado do Uruguai fez com que os produtores recebessem menos pelo litro, e agora eles correm o risco de deixarem a atividade.

A situação atinge diretamente os produtores brasileiros, em setembro de 2016 o preço médio do litro do leite ao produtor no Rio Grande do Sul era de R\$ 1,40 (segundo a secretaria Municipal de Agricultura de Santa Cruz do Sul), porém, o valor médio baixou para R\$0,95 neste mês (2017) diminuindo a receita.

O produtor do município de Cerro Alegre Alto - RS, o Sr. Davi de Moraes Gass, diz que apenas nos últimos três meses o preço caiu R\$ 0,27 por litro. Neste mesmo período de 2016 o mesmo recebia R\$1,70 por litro, em novembro do mesmo ano, baixou para R\$ 1,12. Este valor permaneceu até abril de 2017 quando aumentou para R\$ 1,47, depois começou a queda que já chega a R\$ 0,27.

Para ele o custo de produção é de R\$ 0,93 em média por litro, sem contar a depreciação de equipamentos e instalação.

Em exemplo, a diferença de valores dos meses de junho, julho e agosto de 2017 de dois produtores de leite, o Sr. Jorge Fernando Prediger do município de Imigrante – RS e o Sr. Ernani Lucio Schreiner de Victor Graef – RS.

Jorge	Fernando	Imigrante – RS
Prediger		



Data	Valor	Quantidade
	unitário R\$	e Kg
7 30/06/201	1,15	5.174
7 31/07/201	1,03	5.190
7 31/08/201	0,92	4.424

Ernani Lucio Schreiner Victor Graef - RS		
Data	Valor	Quantidade
	unitário R\$	e Kg
7 30/06/201	1,24	14.777
7 31/07/201	1,17	16.491
7 31/08/201	1,02	16.445

Por três meses seguidos, os preços médios do leite pago ao produtor recuaram no Brasil e isso é muito preocupante.



Senhor Presidente, peço que este discurso seja dado como lido e encaminhado à publicação nos órgãos de comunicação desta casa, em especial na Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo. Depois falarão os Deputados Severino e Gonzaga Patriota.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Nova Venécia, lá no nosso norte capixaba, que tem na agricultura e na pecuária uma importante fonte de renda também no setor de rochas, agora liderado pela Prefeitura Municipal, faz um grande esforço para que o turismo também vá se consolidando como uma fonte de oportunidade para o nosso povo, a nossa gente querida do Município de Nova Venécia.

No próximo dia 29, sexta-feira, na Gameleira, na Pedra do Elefante, nós vamos receber o ex-Prefeito de Gramado, Nestor Tissot, que falará para nós as oportunidades que o turismo pode proporcionar de riqueza, renda e dignidade para o nosso povo do interior.

Então, parabéns à Prefeitura de Nova Venécia, por esse Projeto Campo Vivo. Nós que fazemos parte da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados temos certeza que a cada dia mais o Espírito Santo vai se qualificando, e Nova Venécia, mais uma vez, mostra o seu pioneirismo e transforma o turismo num campo de oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vou conceder a palavra à Deputada Bruna Furlan, uma voz feminina para intercalar.



A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Sem revisão da oradora.) - Eu agradeço a gentileza do colega.

Eu apenas gostaria de agradecer o Vereador de Barueri, Allan Miranda, do PSDB, pela sua presença aqui conosco hoje.

Muito obrigada e parabéns pelo trabalho, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Severino Ninho.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com o histórico de quem renunciou aqui aos 14º e 15º salários em 2011, 2012 e 2013, e que depois contribuiu para acabar com aquele imoral privilégio que havia, eu quero me congratular com os 127 Deputados que ontem votaram contra o fundão que veio do Senado.

Nós não podemos admitir fundão que tire dinheiro de emenda Parlamentar de bancada, quando aqui — eu, aliás, não votei nisso — foi aprovado o congelamento, por 20 anos, dos gastos com a saúde e com a educação. Se não tem dinheiro para a saúde e a educação não pode ter também para fundo público de campanha, de modo que eu quero pedir aos mesmos 127 Deputados, que votaram contra o fundão do Senado, que na terça-feira, ou na segunda-feira, votem também contra o fundão aqui proposto pela Câmara, porque o povo não aceita esse tipo de conduta, o povo não aceita esse tipo de situação.

A violência está grassando no País, e temos que investir em educação, saúde e segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.



Será divulgado o discurso do Deputado Heitor Schuch no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

Depois, terá a palavra o último orador, meu amigo Rômulo.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Quero parabenizar o Tribunal de Justiça de Pernambuco, que instala mais três Varas Criminais lá no meu sertão, em Araripina, Cabrobó e na minha querida Salgueiro.

Isso é importante, quando a violência aumenta no mundo inteiro. No Brasil, em Pernambuco, lamentavelmente a violência ainda está grande, mas é exatamente, às vezes, por falta de justiça, por falta presídios, por falta de cumprimento das determinações judiciais.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao instalar essas três Varas Criminais lá no sertão, obviamente, em outras regiões do Estado está fazendo a sua parte.

Nós precisamos também através do Parlamento, das Assembleias e dos Governos fazer a nossa parte e meter na cadeia quem não anda direito.

Um grande abraço e muito obrigado.

Peço o favor de publicar este pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, moradores de três comarcas do Sertão pernambucano passarão a contar com novas unidades do Poder Judiciário estadual. Nesta segunda-feira (25/9), às 10h, ocorreu a instalação da Vara Criminal de



Araripina. No mesmo dia, às 16h, também aconteceu a instalação da Vara Criminal de Salgueiro. Já na terça (26/9), às 10h, foram realizadas a inauguração da nova estrutura do fórum de Cabrobó e a instalação da 2ª Vara Única da localidade. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo Raposo, acompanhando do desembargador Antônio Carlos Alves da Silva e de magistrados e servidores da região, estará presente.

A Vara Criminal de Araripina, primeira unidade a ser instalada durante a ação no Interior de Pernambuco, fica sob a responsabilidade da juíza Angélica Chamon. A magistrada acumula a 1ª Vara Cível, auxiliada pelo juiz Fernando Rapette. Já o diretor do Foro, o juiz Clécio Camêlo, fica responsável pela 2ª Cível. Cerca de 10,8 mil processos tramitam no Fórum Doutor Francisco Muniz Arraes, localizado na rua Ana Ramos Lacerda, s/n, no Centro da cidade.

No Fórum Cornélio de Barros Muniz e Sá, que fica na Rua Joaquim Sampaio, 321, bairro de Nossa Senhora das Graças, em Salgueiro, o juiz José Gonçalves passa a responder pela nova Vara Criminal. O magistrado acumula a função de diretor do foro e é responsável pela 1ª Vara Cível. Já a 2ª Cível é de responsabilidade do juiz Jander Pinheiro. Nas unidades, tramitam cerca de 10,8 mil processos.

Em Cabrobó, Senhor Presidente, ocorreu a inauguração das novas instalações do Fórum Doutor Antônio de Novaes Mello e Avelino e a instalação da 2ª Vara Única da Comarca, demandada ao juiz Patrick Gariolli. A 1ª fica sob a responsabilidade do juiz Neider Moreira. O prédio, onde tramitam cerca de 8,3 mil processos, está localizado na rua Vereador João Gonçalves dos Santos, s/n, no



Centro. A doação do terreno para ampliação da unidade foi feita pela Prefeitura da cidade.

Desde o início da gestão do desembargador-presidente Leopoldo Raposo, em fevereiro de 2016, 23 unidades do TJPE foram inauguradas, restauradas ou reformadas. Até fevereiro de 2018, a previsão é de entrega de mais 11 obras, incluindo os fóruns de Goiana, Tracunhaém, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Custódia, Tabira, Santa Maria da Boa Vista e Canhotinho, com alcance nas zonas da Mata, Agreste e Sertão de Pernambuco. Também nesse período, está previsto o início das construções dos fóruns de Pombos, Itamaracá, Toritama, Bonito, Bezerras e Limoeiro. Essas ações integram as políticas de priorização do primeiro grau e de humanização e melhoria das unidades.

Parabéns ao desembargador-presidente Leopoldo Raposo pelo brilhante mandato à frente do TJPE.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Enquanto o Deputado Luiz Carlos Haully se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, Sras. e Srs. Deputados, a crise hídrica no Nordeste continua, mesmo com a obra do Eixo Leste, pela qual lutamos, que chegou a Campina Grande e região.

O Sertão e a área a que chamamos de região do Pajeú, que abrange Pernambuco e Paraíba, dependem do Eixo Norte e continuam passando por crise hídrica, sem manancial, muitas vezes tendo que ser abastecidos por carro-pipa. Existe o projeto da adutora do Pajeú.



Estivemos reunidos com Prefeitos e Vereadores da Paraíba e de Pernambuco na última terça-feira na CNM — Confederação Nacional dos Municípios, quando decidimos solicitar uma audiência com o Ministro Helder Barbalho. As bancadas da Paraíba e de Pernambuco se uniram, o Senador Raimundo Lira, Líder do PMDB no Senado, prontamente agilizou a reunião, e avançamos numa pauta com o Ministro Helder Barbalho, que tem sido extremamente sensível à questão.

Os Municípios da Paraíba que participaram da reunião foram Juru, Campina Grande, do Prefeito Romero, Água Branca, Taperoá, Teixeira, Desterro, Matureia, Mae D'água, Imaculada, Barra de Santana. Os Vereadores de Campina Grande estavam representados pela Vereadora Ivonete Ludgerio, que participou desta e de várias outras audiências que tivemos no decorrer da semana, como na de ontem para a oficialização do título de patrimônio cultural à Feira de Campina Grande.

Então, Sr. Presidente, que uero aqui ao encerrar minhas palavras, renovar aqui a preocupação nossa com a questão hídrica dos ESTADO dos do Nordeste. Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, o próprio Ceará sofrem e a sensibilidade do Ministro Helder Barbalho e de sua equipe, a força da bancada da Paraíba, o Coordenador Wilson Filho, o Deputado Veneziano Vital do Rêgo, que participou, por Pernambuco também, João Fernandes, o próprio Deputado Gonzaga Patriota, o Senador Humberto Costa e o Senador Lira, que conduziu e que foi quem articulou esta reunião com o Ministro Helder Barbalho.

Na próxima semana, vários prefeitos da Paraíba, de Pernambuco vão estar aqui, e vamos inclusive ter uma audiência com o próprio Presidente da República, já agendada pelo senador Raimundo Lira para podermos tratar dessa questão.



Renovo aqui o meu compromisso e peço, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, no programa *Voz do Brasil* para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu que agradeço a todos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria no dia de hoje, fazer um breve registro sobre a reunião que tivemos na sede da CNM - Confederação Nacional dos Municípios e a audiência com o Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, no último dia 26 de setembro, para tratarmos das obras da Adutora de Pajeú, agendada pelo Senador Raimundo Lira, onde estivemos acompanhados dos Deputados Federais Wilson Filho, Veneziano Vital do Rêgo e Hugo Motta, além dos Prefeitos Romero Rodrigues (Campina Grande), Luiz Galvão (Juru), Tom (Água Branca), Jurandi Pileque (Taperoá), Nego de Guri (Teixeira), Senhor (vide-Prefeito em exercício de Desterro), Zé Pereira (Maturéia), Cirino (Mãe D'água) e Dada Lustosa (Imaculada), bem como de parlamentares e Prefeitos de Pernambuco; e membros da Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

Na ocasião o Ministro Helder deu total atenção à causa e nos assegurou que estão trabalhando para concluir as obras da 1ª etapa da adutora do Pajeú até o final deste ano e no máximo no início de 2018, conforme está no nosso cronograma para que não haja interrupções.

O projeto prevê levar água do Rio São Francisco para 22 Municípios do Estado de Pernambuco e 8 do Estado da Paraíba.



Ficou decidido que serão disponibilizados R\$185 milhões para garantir a finalização do projeto, que é de extrema importância para todo o Pajeú, pois levará água aos municípios e, conseqüentemente, mais desenvolvimento.

A expectativa é de que haja a liberação de R\$ 25 milhões em 2017 para a conclusão da primeira fase e posteriormente para conclusão da obra em 2018 a liberação de mais R\$ 160 milhões.

O principal objetivo é garantir a continuidade das obras para 2017 como forma de viabilizar essa obra que é de extrema importância para os Municípios paraibanos e pernambucanos.

A proposta da adutora é levar água do canal à população dessas localidades aguardam a conclusão da obra para, enfim, obter o tão sonhado, abastecimento de água.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Todos os convidados estão muito longe, nós gostamos das pessoas perto de nós. Vocês podem se levantar e vir para as fileiras da frente. São nossos convidados, do Deputado Haully. É uma honra e um prazer tê-los aqui conosco num debate sobre um tema da maior importância para o nosso País.

Neste momento, esta Presidência irá suspender a sessão extraordinária para dar início à comissão geral destinada a debater a reforma tributária proposta pelo nosso grande Líder, Deputado Luiz Carlos Haully.

Está suspensa a sessão.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa*



a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Carlos Hauly, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Neste momento, esta Presidência reabre a Sessão Extraordinária, após encerramento da Comissão Geral destinada a combater a reforma tributária proposta por este Deputado, Luiz Carlos Hauly.

Está reaberta a sessão.

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - A lista de presença registra o comparecimento de 400 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - A Presidência consulta o Plenário se podemos proceder à imediata votação da redação final, nos termos do art. 198, § 1º, do Regimento Interno.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSDB concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Há concordância do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 282, DE 2016

(DO SENADO FEDERAL)

Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as



coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição.

(Relatora: Deputada Shéridan)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Passa-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Aqueles e aquelas que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA A MATÉRIA.

A matéria retorna ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - A Presidência consulta o Plenário se há acordo para deliberação nos demais itens da pauta.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Só em relação ao PRC, Sr. Presidente. Nos demais itens, não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Em qual?

A SRA. ERIKA KOKAY - No PRC referente ao Prêmio Zilda Arns.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Ótimo!

E quanto a V.Exa., Deputada Shéridan?



A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Há acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - O.k., há acordo. Parabéns, Deputada.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero cumprimentar V.Exa. e agradecê-lo. Para mim é uma grande satisfação dar prosseguimento agora ao retorno desta matéria tão importante: a reforma política possível, que o Brasil vai assistir.

É uma reforma que veio do Senado, foi construída a muitas mãos e protagonizada pelo nosso partido PSDB, agora pela coordenação de V.Exa., Deputado também tucano, nosso mestre tributarista.

Concluimos essa etapa e validamos dentro da Câmara esta parte da pauta, que o Brasil espera, de responsabilidade pública deste Parlamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Nós agradecemos seu belíssimo trabalho de entendimento que fez com todos os partidos, de aprovação desta importante emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Próximo item.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 231,

DE 2017

(DA SRA. LEANDRE)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 231, de 2017, que institui o Prêmio Zilda Arns pela Defesa e Promoção dos Direitos da Pessoa



Idosa, a ser concedido anualmente, pela Câmara dos Deputados. Tendo o parecer da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados pela aprovação. Relator: Deputado Fábio Ramalho. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Para oferecer parecer ao projeto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo, do Espírito Santo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em relação ao Projeto de Resolução nº 231, de 2017, Prêmio Zilda Arns, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Quanto ao mérito, a instituição do Prêmio Zilda Arns é digna de apreço, iniciativa da Deputada Leandre, do Partido Verde do Estado do Paraná.

O prêmio tem como objetivo agraciar pessoas que atuam na defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa.

A Dra. Zilda Arns, em 2004, participou da criação da Pastoral da Pessoa Idosa. Hoje mais de 163 mil idosos são acompanhados todos os meses por aproximadamente 19 mil voluntários.

Pela aprovação, esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Muito obrigado, Deputado Evair de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Passa-se à discussão.

Com a palavra a eminente Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós fizemos acordo para votar esta proposição pela relevância que ela tem.

Primeiro, a vida de Zilda Arns nos fez acreditar mais na humanidade e fez valer aquilo que nos parece fundamental. Vejo muitas pessoas falarem de Cristo, mas muitas vezes, ao falarem de Cristo, utilizam-se desse discurso com expressões de ódio, de ódio LGBT fóbico, de ódio contra o direito das mulheres.

Eu penso que é o discurso que não fica ensimesmado. Os discursos de ódio, muitas vezes em nome de Cristo ou falando de Cristo, são discursos que se transformam em hematomas, que se transformam em estatísticas, estatísticas que apontam que o Brasil é um dos países que mais mata mulheres porque são mulheres ou que mata a população LGBT. Houve um crescimento de assassinatos em relação à população LGBT.

Mas Zilda Arns fez mais do que falar em Cristo, com a sua militância nas pastorais. Ela fez com que Cristo falasse através das suas ações, dos seus exemplos de humanidade, de solidariedade, de fraternidade e de amor.

Eu fico pensando como pode haver segmentos fundamentalistas que querem penalizar o amor ou impedir o amor e que acham que há doença no amor. Não há doença no amor. O amor cura e resgata a nossa própria humanidade.

Por isso, Zilda Arns fez com que esses exemplos de amor, de fraternidade, de solidariedade falassem através das suas ações. E a sua vida foi uma vida que fez com que nós pudéssemos acreditar mais na humanidade, uma humanidade que, muitas vezes, manifesta suas expressões de ódio, de intolerância e de falta de respeito com o outro, de negação do outro, como fazem os fundamentalistas, esses que agora querem reavivar também as fogueiras, que lembram a fogueira da



inquisição, que se estima que tenha matado mais de cem mil mulheres, em nome também de uma religião, esses, portanto, que querem reavivar as fogueiras persecutórias, as fogueiras que queimam obras de arte, as fogueiras que queimam desejos, que queimam direitos, que queimam corpos.

Por isso, nós concordamos em votar nesse Prêmio Zilda Arns, para que nós possamos também, esta Casa, olhar, dar visibilidade e reconhecer todas as pessoas que lutam pelos direitos humanos de idosos.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores vota “sim” e o Partido dos Trabalhadores é construtor, neste dia de hoje, na eleição e na aprovação desse prêmio, para que nós possamos dizer: os direitos humanos são universais.

E eram os direitos humanos defendidos por Zilda Arns quando defendia a saúde para todas e todos, quando defendia cada criança, quando defendia cada idoso, quando defendia cada pessoa, entendendo que nos fazemos humanos na diversidade, que nos fazemos humanos no contraponto, que nos fazemos humanos na luta, que nos fazemos humanos no amor, que nos fazemos humanos na solidariedade.

É assim que nos fazemos humanos.

Em nome de humanidade pulsante de Zilda Arns e da necessidade de estarmos dando visibilidade e premiando todos que lutam em defesa dos direitos dos idosos, nós votamos “sim” a esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Concedo a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados que se fazem presentes no plenário



da Câmara dos Deputados, Santa Catarina e o Espírito Santo são Estados irmãos devido a suas histórias, à colonização, à preservação dos valores e das tradições do seu povo e de sua gente e a seus modelos fundiários.

Por isso, como capixaba que sou, tenho que agradecer ao povo de Santa Catarina e o Estado de Santa Catarina por terem nos dado Zilda Arns.

Zilda é a mais pura expressão do coração do bem e da responsabilidade que um cidadão e uma cidadã possam ter com este País. O seu nome, a história de sua família, uma vez que é irmão de D. Paulo Evaristo, é referência neste País em filantropia, é referência neste País em voluntariado, em princípios e valores, que, às vezes, não se fazem presentes na vida pública brasileira.

Muitos brasileiros e brasileiras anônimas têm uma ação de voluntariado na sua cidade dedicada à APAE, à associação do seu Município, aos hospitais. Zilda Arns dá o presente de ser a mentora da Pastoral da Criança. Muitas crianças deste País tiveram a sua correção alimentar, a sua oportunidade de educação, de inserção social por essa Pastoral ligada à CNBB, que tão bem atende as crianças de todo o nosso País.

Zilda Arns pela Pastoral da Criança é uma relação muito próxima com as Pastorais da Saúde tão presentes e atuantes nas vidas das nossas comunidades, a partir da fitoterapia, da boa agricultura, dos chás e xaropes às tradições dos nossos pais e dos nossos avós que permitem que restauremos a nossa saúde e uma vida saudável.

Por isso, é uma alegria e oportunidade o Partido Verde ter a Deputada Leandre, Deputada combativa, que tem na assistência social e na saúde a sua bandeira parlamentar. E, mais do que isso, na sua história de vida.



O Partido Verde agradece também aos paranaenses por ter-nos dado a Deputada Leandre e aqui nesta Casa, somado a essa grande corrente de Parlamentares do bem, instituir esse Prêmio Zilda Arns, uma referência, uma essência da filantropia, do voluntariado, da Pastoral da Criança, da Pastoral da Saúde. Quiçá, esse Prêmio possa inspirar a outros brasileiros e brasileiras a se dedicar, num instante da sua vida, a construir o bem, o bem de verdade, o bem puro para que possamos edificar essa grande Nação, que é o Brasil, porque o Brasil não merece tantos desmandos, o Brasil merece o sentimento que vem do coração e o compromisso responsável com as pessoas.

Esse Prêmio vai homenagear os brasileiros do bem. Esse Prêmio vai ser uma referência aos brasileiros do bem, para que possamos ter na nossa história a certeza de que o bem precisa prevalecer.

O mal habita entre nós. O mal, às vezes, está no nosso meio. Mas é unindo as pessoas, nesse ato voluntário, menos Estado e mais as pessoas, mais a vida...

Parabéns ao Estado de Santa Catarina! Parabéns ao Estado do Paraná, da Deputada Leandre! E estamos muito agradecidos ao Estado do Espírito Santo, que têm nesses princípios defendidos na vida de Zilda Arns, da filantropia, do voluntariado, da Pastoral da Criança, da Pastoral da Saúde, a entrega e o gesto para o bem comum. O bem vai prevalecer.

Parabéns à Câmara dos Deputados, que faz essa entrega importante ao Brasil! Com certeza, é mais um marco importante para que possamos encontrar o caminho da oportunidade para todos.

Em nome do Partido Verde, um grande abraço. Parabéns a todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Muito obrigado, Deputado Evair.



Registro aqui a presença dos alunos e alunas do Colégio Monsenhor, da cidade de Inhumas, Goiás. Sejam muito bem-vindos, professores e professoras, todos que estão aí. (*Palmas.*)

Também, aqui do lado direito estão alunos do Colégio Anglo-Brasileiro, de ensino médio, de Salvador, Bahia. Sejam muito bem-vindos! (*Palmas.*)

É uma alegria ver os jovens do Brasil na nossa Casa.

Do Rio Grande do Sul, com a palavra este grande Líder, Deputado Afonso Motta, que honra o seu Estado no Parlamento brasileiro.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Haully. Quero dizer da minha satisfação de também poder compartilhar deste momento de aprovação de iniciativa tão importante.

Mas quero, pela pertinência do tema, valorizar a obra do meu amigo Jorge Luís Martins: *Meu Nome é Jorge*. Na contracapa diz: *Uma história de abandono, sofrimento e superação quando se ressuscita antes de morrer*.

Menino de rua, ele passou uma parte da sua trajetória de vida procurando a sua família, encontrou a sua família. Hoje, é um homem muito bem-sucedido, um homem realizado, meu amigo Jorge, *Meu nome é Jorge*, que dá uma contribuição importante para a sociedade brasileira, anda pelo Brasil afora fazendo a mobilização, contando a sua história e dizendo que acredita no Brasil, que acredita no futuro e que acredita na vida.

Parabéns, meu amigo Jorge. Seu nome é Jorge, seu nome também está ligado à trajetória de tantos meninos de rua do Brasil que conseguiram superar e vencer seus desafios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Parabéns ao Sr. Jorge, é um nome forte e um nome bonito, que eu tenho a honra de ter também no meu nome.

Parabéns ao autor e a este jovem que venceu os obstáculos.

Agora, para o Ceará, concedo a palavra ao Deputado Odorico Monteiro, de Norte a Sul do País.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer da minha satisfação de compartilhar aqui este momento em que esta Casa decide homenagear a Dra. Zilda Arns.

Eu tive o privilégio de conviver com a Dra. Zilda de forma muito próxima. Ainda na década de 90, ela estava dirigindo e organizando a Pastoral da Criança em todo o País, estava lá a Dra. Zilda presente, organizando as comunidades, treinando e capacitando-as e enfrentando a mortalidade infantil.

Foi com a Pastoral da Criança, organizada de Norte a Sul, de Leste a Oeste deste País, que se conseguiu reduzir a mortalidade infantil. Ela estava também capacitando os agentes da pastoral, no caso do Ceará, muitos depois se formaram em agentes de saúde.

Eu tive o privilégio de conviver com ela em vários momentos. Na organização do Conselho Nacional de Saúde, a Dra. Zilda estava também neste País capacitando os agentes da pastoral para participar do controle social do SUS.

Então, ela atuava em várias frentes, não só na organização da Pastoral da Criança, não só capacitando agentes da Pastoral para enfrentar a diarreia, a mortalidade infantil, ali com as colheres de soro caseiro que foi produzido pela Pastoral neste País inteiro, e eu ali estava com ela. Ela também atuou depois



organizando o controle social do SUS, capacitando os conselheiros municipais, organizando os Conselhos Municipais de Saúde, que hoje são 5.570. Não existe Município neste País que não tenha um Conselho Municipal de Saúde. Aproveito para saudar todos os conselheiros, saudar todos os agentes de saúde e agentes da Pastoral.

Quando ela viu que ali estava vencendo a mortalidade infantil, passou a vocacionar a questão para a saúde do idoso. Então, Dra. Zilda nunca perdeu, de certa forma, uma visão solidária e humanista. Por isso, esse prêmio chega em boa hora. Eu confesso que sofri de forma metafísica quando ela faleceu — eu estava fora do Brasil. Estava no Canadá nessa época, Presidente, fazendo um pós-doutorado —, dando o testemunho da sua solidariedade naquele momento, no Haiti. Então, sem dúvida nenhuma, esta Casa faz justiça.

Eu também estou entrando com um projeto, para o qual já estamos conseguindo urgência, para homenagear o Dr. Adib Jatene. Eu acho que esta Casa, quando pega emprestadas pessoas do Brasil que possam simbolizar, para as atuais gerações e para as futuras, a memória de pessoas que dedicaram sua vida à solidariedade, à construção de um mundo mais fraterno, mais justo, mais solidário, esta Câmara cresce, e coloca para as próximas gerações esse referencial de bibliografia.

É isso o que nós precisamos das pessoas: solidariedade, humanismo, dedicação. A Dra. Zilda foi tudo isso.

Ela era incansável no Conselho Nacional de Saúde. Fui com ela também no Conselho Nacional de Saúde defender um sistema único de saúde, um sistema



universal, o financiamento da saúde, defender uma prática. O próprio programa Saúde da Família cresceu muito com ela, apoiando a implantação dele no Brasil.

Então, quero parabenizar a Deputada Leandre, em nome do Partido Socialista Brasileiro, o PSB. Quero ser solidário à Deputada e parabenizá-la por essa iniciativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Muito obrigado, Deputado Odorico Monteiro, pelas suas palavras.

Eu também quero dar um testemunho antes da votação.

Conheci a Dra. Zilda Arns em 1983, com 32 anos. Eu era Prefeito da cidade de Cambé, quando, em Florestópolis, ela, Dra. Zilda Arns, e Dom Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de Londrina, através de uma diretriz da CNBB, criam a primeira Pastoral da Criança em Florestópolis.

Como Prefeito, imediatamente, eu falei: *“isso é coisa boa”*. E fiz com que ela fizesse a segunda Pastoral da Criança na minha querida cidade de Cambé em dois bairros muito pobres. Dali em diante, houve uma amizade que se estendeu até o seu falecimento inesperado naquela catástrofe no Haiti.

Seu filho Nelson hoje é o Coordenador da Pastoral em Curitiba, construindo o Museu da Vida.

A Dra. Zilda Arns para mim está inserida entre as grandes mulheres do século XX e XXI, ao lado de Irmã Dulce, da Bahia, ao lado de Madre Teresa de Calcutá, ao lado de Chiara Lubich, do Movimento Folclorino Mundial. Zilda Arns entrou para a história. É uma santa!

Esta mulher, médica, nascida em Santa Catarina e paranaense por toda a dedicação da sua vida — da família de Dom Paulo Evaristo Arns, que foi também



Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, e de Flávio Arns, seu sobrinho, que foi Senador e Deputado — eu tenho a honra de dizer que a conheci e tenho apreço e carinho por ela por muitos e muitos anos. Realmente ela está aqui olhando por nós.

Então, parabenizo a nossa querida Deputada Leandre, autora deste projeto, que é do Paraná, que mexe com saúde. Eu também tive o orgulho de fazer os primeiros SUS do Brasil, os 13 primeiros Municípios do Brasil a fazer ações integrais de saúde.

Com muita satisfação, ainda para discutir esta matéria, com a palavra o Deputado Angelim, que depois usará a palavra pela Liderança.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conheci Dona Zilda no Acre peregrinando em favor da Pastoral da Criança. Foi uma mulher que dedicou a vida aos mais vulneráveis, principalmente à saúde da mulher, da criança subnutrida nos lugares mais distantes do nosso País. Aonde poucos vão, ela estava lá com a sua ação humanitária, com a sua ação solidária de trabalhar com a subnutrição de crianças e de mães pobres.

Conheci também sua filha Sílvia, enfermeira, amiga da minha esposa, que também ajudava a mãe nesse trabalho. É como diz o nosso Presidente, é uma família abençoada. Dona Zilda era irmã do nosso querido Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns.

No Acre, Dona Zilda tinha uma amizade pessoal com Dom Moacyr Grechi, nosso Bispo da Diocese. Além de ministrar cursos para a comissão pastoral, ela visitava as comunidades nos lugares mais distantes, para falar da subnutrição, de como resgatar as crianças subnutridas para uma vida saudável, digna.



Essa mulher fantástica faleceu no *front* da luta humanitária no Haiti, levando a sua experiência para o povo sofrido daquele País em pleno processo de deterioração de sua autoestima.

Então, como disse o Presidente desta Casa, esta mulher dedicou a sua vida e morreu como uma mártir, uma das lideranças mundiais na área da humanidade e na área da solidariedade.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a falar sobre a nossa querida Zilda Arns.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Com grande emoção, nesta tarde, passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 231, de 2017, que cria o Prêmio Zilda Arns em homenagem a esta grande mulher.

Orientação das bancadas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Em votação o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai à promulgação.



SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Esta Presidência considera promulgada, nesta sessão, a presente resolução.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly) - Parabéns à Deputada Leandre, ao Relator Evair, a todos que relataram esta matéria, ao Fábio, e a todos que participaram dela.

Passo a Presidência para esse grande Parlamentar do Estado do Espírito Santo Deputado Evair Vieira de Melo.

Cumpri a minha missão hoje e a honrei ao ficar aqui e ajudar a presidir esta sessão. Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a Ordem do Dia.

Deputado Evair, assumo a Presidência.

O Sr. Luiz Carlos Hauly, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Evair Vieira de Melo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente Deputado Evair, primeiro quero cumprimentar V.Exa. e a Deputada Leandre pela iniciativa que permitiu à Câmara dos Deputados, nesta oportunidade, render a homenagem, justa, a essa grande mulher que tem uma história de solidariedade, uma história de apoio às causas humanitárias.

Mas, Sr. Presidente, eu quero registrar a presença aqui neste plenário do Prefeito de Poá, na região do alto Tietê, Giancarlo Lopes; do Vice-Prefeito, Marquinhos Indaiá, e do Prefeito emérito, por assim dizer, do Município, Dr. Miguel



Comitre, que foi Prefeito da cidade duas vezes, uma verdadeira lenda no Município de Poá. E o Dr. Lucas também nos acompanha.

Nós estamos vindo de uma audiência com o Presidente da República, Michel Temer. Levamos ao nosso Presidente as preocupações que, neste momento, estão afetando não apenas as autoridades e as lideranças do Município de Poá, mas a comunidade de uma forma geral.

Poá, com a nova lei do ISSQN, perde mais de 40% do seu orçamento. O orçamento anual que era da ordem de 430 milhões passa a ser menos de 60% do que era até então, perde aproximadamente 150 milhões de reais. Isso afeta os serviços essenciais, os serviços fundamentais. A conta não fecha. E um dos serviços que estão colocados sob risco, Sr. Presidente, é o prestado pelo Hospital Municipal de Poá. É um hospital que atende não apenas ao Município, mas atende a toda a região. Ele oferece o serviço de pediatria. Além de Poá, apenas Mogi das Cruzes, em toda região do Alto Tietê, oferece esse serviço. O Presidente Michel Temer mostrou-se sensibilizado.

Nós estamos também pedindo uma audiência com Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin. Estamos fazendo aqui uma sugestão à bancada de Deputados Federais do Estado de São Paulo, em número de 70, para que, nas suas emendas, possam contemplar o Município de Poá, permitindo que o Prefeito possa continuar com a sua equipe, com a sua boa gestão e com o bom trabalho que tem feito, para que os serviços essenciais não sejam prejudicados, não sejam afetados principalmente, Prefeito Gian Lopes, o serviço da saúde. O hospital municipal não pode parar, não pode ser fechado. Então, nós estamos juntos nesta luta.



Aqui, foi fundamental o apoio do Presidente da Associação Paulista de Municípios, do Dr. Carlos Cruz, que é uma lenda viva, um homem que tem o respeito do Presidente da República, do Governador do Estado de São Paulo, respeitado no meio das lideranças e de todos os Prefeitos do Estado de São Paulo. Ele colocou o peso da instituição, o peso da sua influência nesta audiência e na demanda que estamos fazendo junto à Presidência da República, para que o Município de Poá, pelo menos no período de transição, possa ter essas consequências minoradas, de forma que a população não seja tão drasticamente e tão duramente penalizada.

Quero agradecer, portanto, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer este registro e cumprimentar as lideranças de Poá aqui presentes, pela sua luta em favor do povo de Poá. Quero, também, saudar a Câmara Municipal, em nome do Vereador Maçã do Amor.

Peço, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja não apenas registrado nos órgãos de comunicação desta Casa, mas também amplamente divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer. Que Deus abençoe Poá e que Deus abençoe o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Parabéns, Deputado Roberto de Lucena, do nosso Partido Verde do Estado de São Paulo.

Quero registrar, para os convidados que estão nos visitando, o empenho e a dedicação do Deputado Roberto de Lucena, da nossa bancada do Partido Verde, e o carinho que S.Exa. tem para com os Municípios, para com a saúde, sempre nessa elegância do seu mandato, mais uma expressão do sentimento de compromisso. O



povo de Poá tem um Parlamentar à altura, que leva os pleitos do Município de Poá, da região do Estado de São Paulo, com muita dignidade: o Deputado Roberto de Lucena.

Com certeza, essa angústia de Poá é possivelmente a angústia de outros Municípios brasileiros. Eles têm, no Deputado Roberto de Lucena, um defensor incondicional, para que os Municípios tenham condições de proporcionar aos seus cidadãos políticas públicas de utilidade e solução para os seus problemas.

Parabéns! Obrigado pela visita. Que estejam bem aqui, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, concedo a palavra ao Sr. Deputado Angelim.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem neste momento pelos canais de comunicação da Câmara dos Deputados.

Por mais de uma década nosso País viu os resultados altamente positivos de um conjunto de políticas sociais de desenvolvimento humano implantado pelo Governo Federal em parceria com os Municípios, enfrentando a desigualdade social e outras violações de direitos que atingem os mais vulneráveis.

Tenho sistematicamente denunciado desta tribuna que a redução, promovida pelo Governo Temer, das políticas sociais distributivas e protetivas representam uma ameaça real às conquistas sociais em nosso País e configuram um retrocesso em todos os sentidos.

É preciso lembrar que o Sistema Único de Assistência Social — SUAS, foi construído desde 2004, fruto de um compromisso que envolveu toda a Nação e que resultou numa das maiores redes de proteção social que se tem notícias no planeta.



Tiramos o Brasil do mapa da fome da ONU, combatemos o trabalho infantil, diminuimos a desigualdade e aumentamos a proteção aos mais vulneráveis.

Mesmo os Municípios com baixa capacidade de arrecadação aderiram ao SUAS, implantaram os Centros de Referência de Assistência Social — CRAS, os Centros de Referência Especializados — CREAS e os Centros de Referência para População em Situação de Rua — Centro POP. Com uma estrutura mais adequada, melhorou a gestão e a qualidade dos serviços prestados, houve a universalização do acesso a políticas públicas, como o Programa Bolsa Família e os benefícios socioassistenciais

Esta imensa rede de proteção que atende pessoas em situação de violência, em situação de rua, adolescentes em cumprimento de ato infracional, tudo isto está seriamente ameaçado.

São mais de 30 milhões de famílias referenciadas nos mais de 8 mil CRAS e CREAS, mais de 160 mil pessoas protegidas nos acolhimentos —crianças, adolescentes e jovens; pessoas adultas com deficiência; adultos e suas famílias; mulheres em situação de violência; pessoas idosas — que, de uma hora para outra, estão novamente sujeitas ao abandono.

O congelamento de recursos para investimentos pelos próximos 20 anos, fruto da PEC do Teto de Gastos, aprovada nesta Casa, somado com os cortes orçamentários de 2017, colocam em risco a parcela mais vulnerável da população.

Diante deste quadro, causa perplexidade que a proposta orçamentária encaminhada à Câmara, para 2018, Deputada Erika, prevê um valor simbólico de 78 milhões de reais, além do corte de 11% anunciado para o Programa Bolsa Família, segundo dados apresentados pelo Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da



Assistência Social — FONSEAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social — CONGEMAS.

São valores irrisórios diante dos desafios da assistência social no nosso País, principalmente se comparados com outros gastos que o Governo vem fazendo.

Quero aqui manifestar minha inconformidade com esta proposta orçamentária para a área da assistência social e solicitar aos nobres Deputados uma ação imediata para recompormos o Orçamento federal para o custeio do SUAS em um nível compatível com a sua importância.

No meu Estado do Acre os prejuízos serão sentidos em curto prazo. O Programa Bolsa Família atende em todo o Estado a 83.430 famílias. São repassados mensalmente em torno de 21 milhões de reais para o sustento dessas famílias. São recursos que circulam na economia local, gerando riqueza e postos de trabalho nos pequenos estabelecimentos comerciais.

A falta desses recursos afetará, não só as famílias beneficiárias, mas também os pequenos comerciantes locais, o dono daquela pequena mercearia, da pequena panificadora, os trabalhadores e a sociedade, em geral, que verá sua economia definhando, e os índices de pobreza e de violência aumentarem.

Segundo, Sr. Presidente, informa o FONSEAS e o CONGEMAS seriam necessários 59 bilhões de reais no orçamento, valor aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, órgão superior, deliberativo e fiscalizador da política de assistência nacional.

Concluo minha fala, me solidarizando com os gestores do CONGEMAS e do FONSEAS e, com eles, reafirmando a necessidade de se restabelecer o modelo descentralizado e participativo do SUAS, a prática republicana e a garantia dos



recursos necessários para a manutenção da rede de serviços estatais públicos em todo o Brasil, assim como dos benefícios mais essenciais para a população mais vulnerável e em risco.

Peço, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) -

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Agora quero passar a palavra ao excelente Deputado nesta Casa, um amigo e alguém que tem em mim um admirador, Deputado Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria hoje fazer uma homenagem a uma pessoa especial. Hoje eu quero fazer um voto de louvor a Maria Helena Mauad, que, durante 27 anos presidiu a Associação Paulista do Projeto Ampliar.

Desde a sua fundação, em 1990, a Ampliar já capacitou 54 mil adolescentes e jovens de baixa renda e expediu 74 mil certificados. É ligado ao SECOVI/SP.

A abnegação de seus dirigentes, em especial, da sua presidente Maria Helena Mauad, foram determinantes para uma trajetória exitosa. O perfil profissional da Sra. Maria Helena é incrível. Desde cedo, teve paixão por projetos sociais e tudo que estivesse relacionado à solidariedade. Presidiu com muita competência, de 2001 a 2014, o Fórum de Ação Social e Cidadania da Câmara Brasileira da Indústria da Construção — CBIC. Além disso, ministra palestras e eventos sobre responsabilidade social, recebeu prêmios e foi indicada pela Revista *Veja* ao prêmio *Paulistano Nota 10*.



Implantou o *Dia Nacional da Construção Social*, evento anual da CBIC, onde são realizadas ações de lazer, saúde e cidadania para funcionários de obras da construção civil. Até agora, foram feitos 500 mil atendimentos, uma marca bastante expressiva.

Portanto, Sr. Presidente, o SECOVI São Paulo merece todo o nosso reconhecimento e apoio por ter criado uma entidade tão grandiosa como a Ampliar, capaz de contribuir para o aprimoramento profissional de tantos jovens e adolescentes em situação de risco.

Graças às negociações com o poder público e os empresários, foi possível levantar recursos para a construção da unidade destinada à realização dos primeiros cursos profissionalizantes, como tricô, datilografia e panificação, bem como os equipamentos necessários ao seu bom funcionamento. Atualmente, há muitos outros cursos, num total de 18, nas áreas administrativas, de informática, gastronomia, jardinagem, beleza e cursos preparatórios para o ENEM.

Parabenizo assim o SECOVI São Paulo na pessoa do seu presidente Flavio Amary, por continuar apoiando fortemente a Ampliar, e a Sra. Maria Helena, pelo brilhante trabalho em prol da igualdade de oportunidades e da justiça social.

Sua coragem e seu entusiasmo são combustíveis que nos levam a acreditar que ainda existem instituições sérias neste País, a exemplo da conceituada Associação Paulista Ampliar.

Antes de terminar, eu queria dizer que para mim que sou sobrinho da D. Maria Helena é um orgulho muito grande ter na nossa família uma pessoa que contribuiu para melhorar a vida de centenas e milhares de pessoas.



Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*. Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Assim será feito, Deputado Ricardo Izar.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero fazer um voto de louvor a Maria Helena Mauad, que durante 27 anos presidiu a Associação Paulista Ampliar.

Desde a sua fundação, em 1990, a Ampliar já capacitou 54 mil adolescentes e jovens de baixa renda e expediu 74 mil certificados. É ligada ao Sindicato das Empresas de Compra e Venda de Imóveis residenciais e Comerciais do Estado de São Paulo - SECOVI-SP.

A abnegação dos seus dirigentes, em especial a da sua presidente, Maria Helena Mauad, foram determinantes para uma trajetória exitosa.

O perfil profissional da Sra. Maria Helena é incrível! Desde cedo teve paixão por projetos sociais e tudo que estivesse relacionado à solidariedade. Presidiu com muita competência, de 2001 a 2014, o Fórum de Ação Social e Cidadania da Câmara Brasileira da Indústria da Construção — CBIC.

Além disso, ministra palestras e eventos sobre responsabilidade social; recebeu prêmios e foi indicada pela revista *Veja* ao Prêmio Paulistano Nota 10. Implantou o Dia Nacional da Construção Social, evento anual da CBIC, onde são realizadas ações de lazer, saúde e cidadania para funcionários de obras da



Construção Civil. Até agora foram feitos 500 mil atendimentos, uma marca bastante expressiva.

Portanto, Senhor Presidente, o SECOVI-SP merece todo o nosso reconhecimento e apoio por ter criado uma entidade com a grandiosidade da Ampliar, capaz de contribuir para o aprimoramento profissional de tantos jovens e adolescentes em situação de risco.

Graças às negociações com o poder público e os empresários foi possível levantar recursos para a construção da unidade destinada à realização dos primeiros cursos profissionalizantes, como tricô, datilografia e panificação, bem como os equipamentos necessários ao seu bom funcionamento.

Atualmente, há muitos outros cursos, num total de 18, nas áreas administrativas, de informática, gastronomia, jardinagem, de beleza, e preparatório para o Enem.

Parabenizo, assim, o SECOVI-SP, na pessoa de seu presidente, Sr. Flávio Amary, por continuar apoiando fortemente a Ampliar; e a Sra. Maria Helena, pelo brilhante trabalho em prol da igualdade de oportunidades e da justiça social. Sua coragem e seu entusiasmo são combustíveis que nos levam a acreditar que ainda existem instituições sérias neste País, a exemplo da conceituada Ampliar.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. Solicito a Vossa Excelência que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa, sobretudo no programa Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo agora a palavra à Deputada Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal, que depois



de tanto tempo recebeu uma chuva maravilhosa. Depois de 4 meses, a chuva tornou o clima de Brasília mais ameno.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Enquanto Michel Temer estiver no Palácio do Planalto o clima de Brasília não ficará ameno, penso eu.

E vejam: ontem nós tivemos um dia extremamente trágico. Nós tivemos a venda de quatro usinas da Companhia Energética de Minas Gerais — CEMIG. Cinquenta por cento da geração de energia foi vendida. E foi vendida para quem? Foi vendida para os chineses, para os belgas, para países em que não se vende energia porque se considera que energia faz parte da soberania de uma Nação. Energia é insumo absolutamente básico para a qualidade de vida, para que nós tenhamos desenvolvimento industrial, desenvolvimento agrícola. Pensem no que representou o Programa Luz para Todos, do Governo Lula, Luz para Todos que tinha um fundo que era responsável pela universalização da energia.

Isso significa o Programa Luz para Todos, dentre outras ações. Esse fundo era gerido pela ELETROBRAS. Mas a ELETROBRAS saiu dele, ela foi retirada dele, e foi entregue para a iniciativa privada.

O País está à venda. Se alguém achou que isso era apenas uma frase de efeito, está vendo que as nossas riquezas foram colocadas à venda, como se elas pertencessem a Michel Temer e não ao povo brasileiro.

Este é um Governo que deixa muitas marcas, muitas feridas abertas, na concepção de soberania.

Nós tivemos a venda das usinas da CEMIG. E a venda dessas usinas aconteceram porque quem estava no Governo, à época, o PSDB, não quis aderir ao



que foi colocado por uma medida provisória, em que se renovavam as concessões em até 30 anos. Desde que houvesse a cotização e houvesse um compromisso de uma energia ser vendida mais barata.

Os Governos do PSDB, à época, tanto de São Paulo quanto o de Minas Gerais, dentre outros, se negaram a fazer isso. E levaram a CEMIG a perder 50% da sua capacidade de geração de energia, e a privatizaram para países que não vendem a sua energia.

Vejam, por exemplo, os Estados Unidos. Este país tem hidrelétricas que são protegidas pelos seus militares, pelas suas forças armadas, porque é um bem nacional, é soberania nacional.

Este Governo vende. Vende! E obviamente, quanto a esse preço de 12 bilhões, ou por volta disso, este Governo diz: "*Não, isso é necessário para conter o rombo fiscal*". De que rombo fiscal se está falando? Nós estamos falando de 180 bilhões, e o valor de 12 bilhões não é 10% do rombo fiscal.

Aliás, as metas fiscais foram ampliadas no seu déficit para 159 bilhões no Governo Temer, e o País sem saúde, o País sem educação, o País teve contingenciadas as verbas para as universidades, para o desenvolvimento nacional. É o mesmo Governo que quer acabar com a INFRAERO. É o mesmo Governo que está liquidando a PETROBRAS aos pedaços e que também fez um leilão para vender o pré-sal. O pré-sal é o passaporte para o futuro do Brasil, inclusive a PETROBRAS detém a maior tecnologia do mundo em prospecção de petróleo em águas profundas, e, portanto, produziria esse petróleo ou exploraria o pré-sal de forma muito mais barata. Mas isso não importa para este Governo. O que importa é continuar aclamando o rentismo, é continuar favorecendo o sistema financeiro.



Ontem — aliás, quero dizer que foi um dia muito trágico — nós discutimos também o REFIS — um REFIS em que eles dizem que as empresas que estão endividadas. Não é verdade: 85,2% empresas ativas não têm nenhum déficit com a União. Quando falamos do FGTS, 99,4% das empresas ativas e praticamente a totalidade das pessoas físicas não possuem débitos do FGTS. Agora, na mão de quem está essa dívida? Ou quem vai ser favorecido? Bom, está na mão do Relator.

O Relator tem empresas que devem 51 milhões para o Governo, o Relator do Refis e da renegociação. Mas se somarmos os débitos de empresas que são de propriedade de Senadores e Deputados chega-se a bilhões. Bilhões!

Vejam, 34% da dívida estão concentrados em 0,1% das devedoras. São as grandes que devem. São as grandes que devem! Nós temos, por exemplo, só 14,8% das empresas com débito com a União. Nós estamos falando de uma dívida, cujos 62% estão concentrados em 0,5% das empresas. Quem são essas empresas? Bancos em grande parte, bancos responsáveis por 140 bilhões aproximadamente de débitos com a União.

Portanto, este é o Governo dos banqueiros, o Governo contra o povo e que está destruindo o Brasil. O Governo aliado a tudo isso colocou este Parlamento em temporada de venda, ou temporada de compra, temporada de compra! Salvou Moreira Franco, aliás, por uma maioria, ou por uma diferença, de cinco votos, cinco votos! Colocou-o na condição de Ministro, porque o seu crime é conexo — é organização de quadrilha, organização criminosa — com o do Presidente da República, Presidente sem nenhum voto, cuja investigação tem que ser autorizada por esta Casa.



Os Parlamentares estão em gôndolas, estabelecendo seus preços, para serem comprados. Essa é a destruição e o caráter trágico de um Governo que mostra todos os dias que há um golpe em curso no País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelim) - Muito obrigada, Deputada Erika Kokay.

Durante o discurso da Sra. Erika Kokay, o Sr. Evair Vieira de Melo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Angelim, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Angelim) - Tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo, do PMDB do Espírito Santo, que disporá de 5 minutos para o pronunciamento.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna para continuar a nossa saga, a nossa narrativa sobre os desafios da agricultura brasileira. A agricultura é um negócio a céu aberto e o agricultor não tem contracheque. Ele está exposto todos os dias ao sol, ao calor, à irradiação, ao excesso de chuvas, à seca.

Também temos as novas pragas da agricultura brasileira. O que eu chamo de novas pragas, Sras. e Srs. Deputados, é a falta de infraestrutura, não temos estradas, normalmente, a agricultura está em uma região que não tem cobertura de telefone celular, Internet menos ainda. A falta de infraestrutura é uma praga.

Outra praga importante é a falta de planejamento, principalmente, do Governo. Há quantos anos nós estamos na agricultura? Mesmo assim, lançamos o Plano Safra Anual. Isso é uma aberração. Temos tantas culturas perenes, tantas



atividades perenes, mas a nossa angústia continua, porque a cada ano temos um Plano Safra e novas bases de juros.

Não sabemos os limites dos nossos financiamentos, as condições de compra e venda. Isto é uma praga — mais uma.

Imaginem os senhores como estão a pesquisa agropecuária neste País, a assistência técnica e a extensão rural neste País. Falo com conhecimento de causa, pois presidi o INCAPER — Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, no Estado do Espírito Santo. Nós estamos abandonados.

Está faltando dinheiro para a manutenção dos projetos de pesquisa, dos campos experimentais. Estamos trabalhando para ver se conseguimos um dinheirinho para a assistência técnica e a extensão rural que, nesse momento, estão carentes. Nosso INCAPER, as EMATERs — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, dos Estados, estão com dificuldades de custeio para visitarem os agricultores. O recenseador está com limite de gasolina, com limite de telefone, está impedido de ir a uma propriedade e levar informação, levar conhecimento, para que o agricultor possa, a partir da informação, construir a sua dignidade.

São pragas de um lado. E ainda há os sanguessugas, que são outras pragas. Gente que se esconde por trás do agronegócio, para ter lucro fácil. O exemplo mais típico, que está posto para todo o País, é o caso da JBS, que, por muitos anos foi invejada em capas de revistas, em jornais; cujos proprietários foram paparicados por gente do poder. Eles desfilavam pelo Brasil afora como homens geniais.

Ora, senhores, eles são especialistas em falcatruas. São uma praga que se escondeu atrás dos benefícios da vida pública brasileira. E o Estado foi conivente. Este é um modelo de praga.



Outra praga: a falta de proteção nas nossas fronteiras.

Gente da economia quer ajustar a balança comercial à custa da agricultura, à custa do agricultor brasileiro. Vou dar um aviso, no sentido literal da palavra: daqui a uns dias, a balança comercial vai ser negativa, porque não teremos nada, não teremos produto agrícola para colocar nas nossas balanças.

Olhem, senhores, que vergonha: o Brasil está importando cebola em plena safra. O Brasil está importando alho. O Brasil está importando camarão. Aqui é o seguinte: deu problema, tem que ajustar a balança comercial, vamos importar. Santa ignorância de homens que não têm responsabilidade com as famílias brasileiras!

Olhem o caso do leite. Instaurou-se uma quadrilha neste País. Ou o Governo realmente não sabe, ou não quer abrir os seus livros para mostrar quem está se beneficiando com essa importação inescrupulosa de leite. O leite sai de 1,20, 1,30, 1,40 para 80 centavos, 90 centavos. Olhem que aberração! Estão tirando o sonho das famílias brasileiras para gerar lucro fácil para importadores inescrupulosos! Isso é uma praga que tem que ser combatida por todos nós.

Já começaram os ruídos e as fofquinhas sobre o café. A indústria, com seu *lobby*, com o seu poder de pressionar a imprensa, porque tem dinheiro e lucro às nossas custas para pagar propaganda de revista, televisão e jornal, já está falando que estão querendo importar café.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE acaba de autorizar a concentração da indústria de fertilizantes no País. A maior misturadora de fertilizantes acaba de ser autorizada pelo Sr. CADE, que não dá proteção nenhuma, é uma reunião de compadres. A maior misturadora de fertilizantes do País agora está autorizada a ser detentora da maior fonte de matéria-prima adquirida da Vale.



Imaginem, o maior misturador agora também é o detentor da maior fonte de matéria-prima, concentração que vai aumentar o custo do agronegócio.

Nós queríamos fazer um pedido. O Brasil quer importar, nós vamos autorizá-lo a importar: importe gasolina barata. Sim, importe gasolina, porque é um absurdo o preço da gasolina para nossos agricultores; importe óleo diesel, porque é um absurdo o preço que eu pago em óleo diesel para produzir alimentos; importe energia elétrica, que tem uma carga tributária assustadora, que aumenta o nosso custo.

Então, nós queremos também importar o modelo de concessão rodoviária que funcione. Isso, sim, é Justiça é dignidade que a agricultura brasileira precisa e merece.

O SR. PRESIDENTE (Angelim) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o Deputado Carlos Andrade, do PHS de Roraima, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS ANDRADE (PHS-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Angelim, muito obrigado.

Quero cumprimentar todos os Sras. e Srs. Deputados, desta Casa.

O que me traz à tribuna nesta tarde de hoje, quinta-feira, é para falar um pouco sobre a gestão e as diretrizes que estão sendo seguidas pelo Governo brasileiro.

Sr. Presidente, no último dia 31 de agosto de 2017, foi publicado pelo Ministério de Minas e Energia uma portaria.

Essa portaria traz no seu conjunto uma situação em que os consumidores em geral de energia elétrica terão que pagar pelos maus pagadores e maus



consumidores. Essa portaria quer afetar os bons pagadores e os bons consumidores. Nós não podemos aceitar isso. Não podemos aceitar isso porque os Governos brasileiros, não é de agora, desde sempre... O exemplo mais claro que nós temos disso é a Medida Provisória nº 579, editada e publicada pelo Governo anterior sem ter consultado a sociedade brasileira. Deixou um rombo de aproximadamente 62 bilhões de reais e que os consumidores de energia elétrica já estão pagando.

O Ministério de Minas e Energia, no último dia 31 de agosto, publicou essa portaria em que as pessoas que fazem desvio de energia elétrica, conhecido como gato, terão que pagar essas contas. Não achamos legítimo, não concordamos e, diante disso, Sr. Presidente, protocolamos, nesta Casa, um PDC em que pedimos que seja sustada essa portaria. Amanhã vamos protocolar, junto ao Ministério Público, uma ação para que seja tomado conhecimento e acionado de modo que venha sustar essa portaria e os consumidores de energia elétrica não venham atrair justamente porque o Governo quer interferir no mercado e atribuir a responsabilidade aos bons consumidores e aos bons pagadores. Não aceitamos essa diretriz! Entendemos que o Governo está fazendo algo diferente e prejudicando a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Angelim, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Evair Vieira de Melo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Agora vamos ao Estado que recebeu muitos capixabas, o Estado do Acre, com o Deputado Angelim, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentre as várias mobilizações mundiais em torno de alguns agravos à saúde veiculadas no mês de setembro, como a Depressão, Prevenção ao Suicídio e outras, também acontece a mobilização mundial para conscientização e prevenção da Síndrome Alcoólica Fetal - SAF, uma síndrome provocada pelo consumo de álcool durante a gravidez e a principal causa de retardo mental e de anomalias congênitas não hereditárias.

No Brasil, cerca de 50 mil bebês por ano são vítimas da Síndrome Alcoólica Fetal. Essa doença é a primeira causa da deficiência mental e pode ser evitada com a simples abstinência de álcool durante a gestação.

Várias e graves são as consequências dessa Síndrome. O álcool atravessa a barreira da placenta e penetra no feto diretamente pelo cordão umbilical e age como substância tóxica no organismo ainda em formação. A SAF resulta em um vasto quadro de complicações, chamado de Transtorno do Espectro Alcoólico Fetal, que implicam na má formação do feto, resultando em alterações do desenvolvimento neurológico e mental como deficiência mental, redução do desempenho intelectual, sintomas emocionais, psiquiátricos e outros problemas de comportamento; e alterações físicas, como problemas no crescimento e alterações orgânicas como microcefalia.

Muitos países enfrentam, Srs. Deputados, as consequências da síndrome, especialmente as nações onde as populações são expostas a um alto consumo de



álcool, como é o caso da Rússia, da África do Sul e da França. O consumo de álcool durante a gravidez é um problema de saúde na França, que atinge mais de 8 mil recém-nascidos por ano no país. No Brasil, pasmem os senhores, cerca de 50 mil bebês por ano são vítimas da Síndrome Alcólica Fetal. No mundo, anualmente, este número chega a um milhão. A doença é, como dito, a primeira causa da deficiência mental e pode ser evitada com a simples abstinência de álcool durante a gestação.

No Brasil, um dos fatores que aumentam a incidência da SAF é o fato de sermos o maior produtor de bebida destilada do mundo, a cachaça. Além disso, nas publicidades brasileiras de bebidas, o consumidor é sempre associado à figura do personagem popular e bem-sucedido. Os comerciais de cerveja são estrelados por célebres ícones, estrelas de telenovelas ou modelos.

A Associação Brasileira de Psiquiatria aponta que há um aumento de consumo de álcool pelas mulheres brasileiras, independentemente da classe social, seguindo uma tendência observada em todo o mundo. Estatisticamente, a quantidade de mulheres consumidoras está aumentando de maneira avassaladora, especialmente na juventude.

A Organização Mundial da Saúde é inflexível: a recomendação é de nenhuma ingestão de álcool durante a gravidez.

Queria, para concluir, Sr. Presidente, dizer que, uma pesquisa na Universidade de Bristol, na Inglaterra, diz que 70 anos de pesquisa não forneceram recomendações consistentes para as mulheres grávidas sobre a quantidade de álcool responsável que pode ser ingerida. Esse estudo sugere que mesmo uma



quantidade mínima de ingestão de álcool pode resultar em um pequeno aumento nas chances de ter um bebê pequeno ou um parto prematuro.

Esse estudo sugere que mesmo uma quantidade mínima de ingestão de álcool pode resultar em um pequeno aumento nas chances de ter um bebê pequeno ou um parto prematuro. Portanto, a recomendação dessa pesquisa é que a mulher se abstenha do álcool durante a gravidez.

A Síndrome Alcólica Fetal não tem cura, mas é 100% evitável. Como são vários os fatores que influenciam na predisposição da criança aos efeitos do álcool, a abstinência é a única forma de prevenção.

Sr. Presidente, eu queria que esse meu pronunciamento, esse alerta fosse divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Parabéns, Deputado Angelim pelo seu pronunciamento, que mostra a dedicação que V.Exa. tem com esta causa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. ANGELIM (PT-AC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentre as várias mobilizações mundiais em torno de alguns agravos à saúde veiculadas no mês de setembro, como a Depressão, Prevenção ao Suicídio e outras, também acontece a mobilização mundial para conscientização e prevenção da Síndrome Alcólica Fetal - SAF, uma síndrome provocada pelo consumo de álcool na gravidez e a principal causa de retardo mental e de anomalias congênitas não hereditárias.



No Brasil, cerca de 50 mil bebês por ano são vítimas da Síndrome Alcoólica Fetal (SAF). Essa doença é a primeira causa da deficiência mental e pode ser evitada com a simples abstinência de álcool durante a gestação.

Várias e graves são as consequências da Síndrome Alcoólica Fetal. O álcool atravessa a barreira da placenta e penetra no feto diretamente pelo cordão umbilical, e age como substância tóxica no organismo ainda em formação. A SAF resulta em um vasto quadro de complicações, chamado de Transtorno do Espectro Alcoólico Fetal, que implicam na má formação do feto, resultando em alterações do desenvolvimento neurológico e mental - como deficiência mental, redução do desempenho intelectual, sintomas emocionais, psiquiátricos e outros problemas de comportamento; e alterações físicas - como problemas no crescimento e alterações orgânicas como microcefalia.

Muitos países enfrentam as consequências da síndrome, especialmente as nações onde as populações são expostas a um alto consumo de álcool, como a Rússia, a África do Sul e a França. O consumo de álcool durante a gravidez é um problema de saúde na França, que atinge mais de 8 mil recém-nascidos por ano no país. No Brasil, cerca de 50 mil bebês por ano são vítimas da Síndrome Alcoólica Fetal. No mundo, anualmente, este número chega a um milhão. A doença é, como dito, a primeira causa da deficiência mental e pode ser evitada com a simples abstinência de álcool durante a gestação.

No Brasil, um dos fatores que aumentam a incidência da SAF é fato de sermos o maior produtor de bebida destilada do mundo, a cachaça. Além disso, nas publicidades brasileiras de bebidas, o consumidor é sempre associado à figura do



personagem popular e bem-sucedido. Os comerciais de cerveja são estrelados por célebres ícones, estrelas de telenovelas ou modelos.

A Associação Brasileira de Psiquiatria aponta que há um aumento de consumo de álcool pelas mulheres brasileiras, independentemente da classe social, seguindo uma tendência observada em todo o mundo. Estatisticamente, a quantidade de mulheres consumidoras está aumentando de maneira avassaladora, especialmente na juventude.

Segundo o assessor especial da Associação Brasileira de Psiquiatria, Dr. Jorge Jaber, especialista em dependência química, apenas 5% das mulheres brasileiras abandonam o consumo do álcool quando descobrem a gravidez. Dr. Jaber ressalta que 25% das mulheres no Brasil reconhecem consumir álcool durante toda a gestação, ainda que em pequenas quantidades. "Há um consumo muito grande de bebidas alcólicas pelas grávidas e há poucas ações esclarecedoras. De forma geral, a Síndrome Alcoólica Fetal não é combatida no Brasil", diz.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é inflexível: a recomendação é de nenhuma ingestão de álcool durante a gravidez.

Nova pesquisa da Universidade de Bristol, na Inglaterra, diz que 70 anos de pesquisa não forneceram recomendações consistentes para as mulheres grávidas sobre quantidade de álcool responsável que pode ser ingerida. Esse estudo sugere que mesmo uma quantidade mínima de ingestão de álcool pode resultar em um pequeno aumento nas chances de ter um bebê pequeno ou um parto prematuro. Portanto a recomendação dessa pesquisa é que a mulher se abstenha do álcool durante a gravidez.



A SAF não tem cura, mas é 100% evitável. Como são vários os fatores que influenciam na predisposição da criança aos efeitos do álcool, a abstinência é a única forma de prevenção.

Vamos falar sobre isso com nossas amigas, irmãs, filhas, colegas de trabalho, enfim, com todas as mulheres que pensam em engravidar ou que já estejam grávidas. Vamos prevenir esse problema e garantir a saúde e o bem estar de nossas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Agora pelo PSB, do Estado de São Paulo, com a palavra o grande Deputado Flavinho.

O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna para publicizar um ofício que acabei de receber da Subprocuradora Federal dos Direitos do Cidadão, a Sra. Deborah Duprat.

Eu a oficieei com relação àquele lixo chamado Queermuseu, aquele lixo de exposição criminosa, que nós já denunciemos desta tribuna. Inclusive, o próprio Ministério Público viu ali indícios de crime e incitação à pedofilia, de crime de vilipêndio contra o sentimento religioso, entre outros.

Eu oficieei o Ministério Público, especialmente a Procuradoria-Geral da República com relação a esses crimes e recebi este ofício. E passo essa informação a todos os brasileiros que se sentiram profundamente ofendidos — repito — com aquele lixo cultural derramado, inclusive, sobre as nossas crianças.

E crianças foram levadas a essa exposição, ou seja, foram expostas a peças, a obras de arte, assim chamadas por eles, inclusive pelo curador da exposição, em que havia hóstias escritas com palavras de baixo calão. Eu procurarei saber se essas hóstias foram compradas ou roubadas de alguma igreja, porque muitas igrejas



são roubadas, e hóstias consagradas são levadas. Eu vou querer saber se essas hóstias foram compradas e qual a procedência delas.

Esse suposto artista ali escreveu palavras que não dá para eu dizer aqui, e não mostrarei essas imagens, não darei visibilidade a esse lixo cultural. Mas palavras de baixíssimo calão foram escritas em hóstias que estavam ali num altar. Tudo isso foi chamado de arte.

Enfim, protocolei esse ofício, e agora recebi a resposta da Subprocuradora Deborah Duprat, dizendo que ela já o encaminhou, ou seja, o Ministério Público Federal viu, sim, indícios e pediu ao Ministério Público de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que faça as devidas investigações. O ofício foi destinado ao Procurador-Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Fabiano de Moraes.

A Subprocuradora Deborah Duprat diz o seguinte:

Encaminho a V.Exa., para ciência e adoção de eventuais providências, o ofício — ela cita o número —, Deputado Federal Flavinho, com denúncia sobre a exposição Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, evento cultural público, com suposta promoção à pedofilia, discriminação religiosa e acesso de crianças a material adulto, promovido pela empresa Santander Cultural.

E por que eu também trago isso para cá neste momento? Porque eu tenho visto matérias em várias agências de comunicação com falas do Ministro da Cultura — inclusive há um requerimento meu protocolado na Comissão de Cultura para que



esse senhor venha aqui dar explicações — dizendo que não aconteceu nada — viu, Deputada Rosângela? —, dizendo que está tudo bem.

Imaginem, não houve nenhum problema! Inclusive captaram mesmo dinheiro, ele está dizendo que captaram mesmo o dinheiro. O Santander Cultural captou os 800 mil reais pela Lei Rouanet, e não aconteceu nada, gente!

O que é isso? *“Esses obscurantistas”* — palavra que nós escutamos bastante aqui dentro também —; *esses fundamentalistas estão dizendo que ali houve crime*. *“Não, no máximo, eu acho que as crianças não poderiam ter entrado.”* *“Puxa, isso aí nós vemos depois.”*

Irresponsável esse Ministro, irresponsável! E, se comprovados esses crimes, eu também moverei uma ação contra o Ministro por improbidade, por prevaricação. É um irresponsável que eu estou convocando aqui na Comissão de Cultura para dar explicações, porque um Ministro não pode se dar a esse luxo de achar que o que aconteceu ali dentro daquela exposição foi algo tão simples assim — e crianças foram expostas a esse material.

Então, estou aqui publicizando esta resposta da Subprocuradora. Agradeço à Subprocuradora por levar à frente essa investigação, porque, sim, há crime, e, se há crime, tem que ser investigado.

Nós não vamos mais tolerar esses intolerantes — intolerantes dentro deste plenário, intolerantes pelo Brasil afora, intolerantes com a fé e com a religião no nosso País. Chamam-nos de intolerantes, de fundamentalistas, mas fundamentalistas, esquerdistas, marxistas são eles, eles são os intolerantes, e, com este Deputado, não haverá mais essa intolerância.



Com relação a esses intolerantes, eu serei intolerante. Tolerância zero com todos esses intolerantes!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Deputado Flavinho, parabéns pelo seu posicionamento e trabalho aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro. Na sequência, tem a palavra o Deputado Irajá Abreu, pela Liderança do PSD.

A SRA. ROSANGELA GOMES (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que nos assistem agora pela *TV Câmara*, nesta tarde eu gostaria de fazer mais uma prestação de contas do nosso trabalho no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo na Baixa Fluminense com relação ao Hospital da Posse, o único hospital de alta complexidade do Governo Federal localizado na cidade de Nova Iguaçu, onde temos 13 cidades da Baixa Fluminense, que compreendem uma população de aproximadamente 5 milhões de pessoas.

Esse hospital foi conveniado com a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu em 2003 e de lá para cá não tem suportado o custeio, porque a Prefeitura não tem condições de manter um hospital de grande porte, para atender toda a região mais os acidentes que acontecem na Via Dutra e no Sul Fluminense.

Presidente Evair, nós estamos desde o início do ano em agenda com o Ministro Ricardo Barros, com a direção do hospital e com o Prefeito de Nova Iguaçu, Rogério Lisboa, que hoje esteve aqui. Nós acabamos de realizar uma reunião com



os Prefeitos da Baixada Fluminense, dirigida e apoiada por mim e pelo Presidente desta Casa, Rodrigo Maia.

Já tivemos mais de 10 reuniões no Ministério da Saúde. Já estivemos mais de 3 vezes com o Presidente da República, falando da urgência desse hospital, que atende mais de 400 leitos por mês, fora os atendimentos diários de acidentes.

E qual é a nossa luta, Presidente? Lutamos para que o Ministério da Saúde aumente o repasse de recursos para o hospital, que hoje totalizam 8 milhões. Nós precisamos dobrar esse repasse, precisamos de 16 milhões, ou que o Governo Federal assumira a folha de pagamento dos funcionários do Hospital da Posse.

Estiveram presentes nessa reunião o Prefeito de Japeri, Carlos Moraes; o Prefeito de Mesquita, Jorge Miranda; a Diretora do CISBAF — Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense, Dra. Rosangela Bello; o Prefeito de Nova Iguaçu, Rogerio Lisboa; o Presidente do CISBAF, Dr. João Ferreira Neto; o Prefeito de Seropédica, Anabal Barbosa de Souza; o Presidente Rodrigo Maia e eu.

Nós falamos da necessidade de apoiarmos o Prefeito Rogerio Lisboa, porque ele deixa de tirar dinheiro da atenção básica da saúde de Nova Iguaçu para colocar no Hospital da Posse, o que não é ruim, mas, por outro lado, é inviável. Isso tem desequilibrado a gestão da nossa cidade.

E tentaremos, nos próximos dias, uma agenda com o nosso Ministro da Saúde e com o Presidente da República, para que possamos efetivamente resolver o problema do Hospital da Posse.

O Governo Federal já tem nos ajudado muito. Seria injusto não falar aqui da ajuda que o Governo tem nos dado. Aumentou a nossa atenção básica este ano, recentemente, há 2 meses. Recebemos mais 12 milhões de reais para a atenção



básica. O próprio Presidente nos cedeu, deu ordem para comprar um aparelho de ressonância magnética para o Hospital da Posse. Da minha emenda pessoal, Sr. Presidente, eu aloquei 6 milhões de reais, então construiremos o centro de imagem mais moderno e mais eficiente da Baixada Fluminense. Também conseguimos dois aparelhos arco em C e conseguimos liberar uma portaria para leitos de CTI de 2 milhões para a nossa região, mas ainda sim é muito pouco para aquilo que nós desejamos e almejamos, que é o aumento do repasse do Hospital da Posse.

Eu quero registrar que acabamos de realizar esta reunião e saímos da lá comprometidos — o Presidente Rodrigo Maia, eu e os Prefeitos. Nos próximos dias, faremos uma reunião com o Ministro Ricardo Barros e com o Presidente da República, para que, se não for possível aumentar o repasse do Hospital da Posse, então que o Governo Federal absorva de volta o hospital, porque é um hospital federal, e a cidade de Nova Iguaçu não consegue mais, não tem mais condições de mensalmente aportar 8 milhões de reais para equilibrar as finanças.

Vejo aqui também, Sr. Presidente, nas galerias jovens estudantes — não sei de que escola. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis, que, sobretudo, procura trabalhar para o nosso povo e para a nossa gente da melhor possível. Que Deus abençoe vocês! Sejam bem-vindos a esta Casa! Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Parabéns, Deputada Rosangela Gomes, uma batalhadora nesta Casa, principalmente nas questões de saúde, nas questões sociais do nosso Estado, da Baixada Fluminense e do nosso Rio de Janeiro.

Como a senhora muito bem registrou, quero registrar e agradecer a presença nesta Casa dos estudantes do 3º ano do Colégio da Polícia Militar de Anápolis.



Obrigado pela presença. Vocês estão acompanhando uma sessão de debates no plenário da Câmara dos Deputados. Sejam bem-vindos. Espero que aproveitem bastante a estada nesta Casa, para conhecer um pouco dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Vocês vão ter a oportunidade agora de ouvir, pela Liderança do PSD, o Deputado Irajá Abreu, de um Estado vizinho ao de vocês, o Estado de Tocantins.

O SR. IRAJÁ ABREU (PSD-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e especialmente os amigos que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara* no Estado do Tocantins, é público que, no ano passado, no processo de cassação da então Presidente Dilma Rousseff, eu me mantive firme até o fim, por uma questão de coerência, contrário ao processo do *impeachment* da então Presidente Dilma.

Quanto, naquele momento, foi alçado à Presidência da República o então Vice-Presidente Michel Temer, mesmo contrário às minhas convicções e, inclusive, à minha posição — desfavorável ao processo do *impeachment* —, eu confesso que eu torcia para que o novo Presidente Michel Temer pudesse ir até o fim do seu mandato e pudesse fazer, principalmente, um bom Governo.

Tanto é prova disso que o meu comportamento aqui, na Câmara dos Deputados, principalmente nas votações mais importantes que tivemos, em boa parte delas, fui amplamente favorável, e votei favorável a esses projetos, como a PEC do Teto dos Gastos, como a Lei da Terceirização, como a modernização e a reforma trabalhista, entre outras propostas que foram apresentadas nesta Casa e que apoiei incondicionalmente por compreender a importância e a grandeza que elas representam ao nosso País.



No entanto, quando então se formou o novo Governo, sob a condução e a liderança do Presidente Michel Temer, o que nós todos brasileiros começamos a presenciar é que se formava aqui não um grupo político, não um grupo para fazer aquela gestão pública a que se propunha fazer quando foi alçada a Presidência da República, mas o que presenciei, junto à maioria dos brasileiros, foi que se formou aqui, sim, uma quadrilha que estava iniciando a liderança de um país, que é o nosso País, o Brasil.

Essa turma conhecida por todos os brasileiros amplamente divulgada na imprensa nacional, a turma ou que foi presa, ou a turma que usa tornozeleira. O ex-Ministro Geddel Vieira Lima, o ex-Ministro Henrique Eduardo Alves, o ex-Deputado Rodrigo Rocha Loures e também o operador principal do esquema do PMDB, o doleiro Lúcio Funaro.

Quando isso aconteceu e toda opinião pública tomou conhecimento desse grande esquema de corrupção que se formava em torno do Governo Michel Temer, a Procuradoria-Geral da República, amparada pela Polícia Federal, apresentou provas consistentes, provas cabais, de corrupção passiva contra o então Presidente em exercício Michel Temer.

A Polícia Federal apresentou gravações, provas testemunhais, áudios, vídeos. Conhecida a gravação do empresário Wesley Batista, em que o Presidente da República, se não foi conivente pelo menos foi omisso, há o fato de o empresário Wesley Batista querer silenciar o então preso e ex-Deputado Eduardo Cunha.

Esse é o mesmo Presidente que nesse áudio também foi favorável ao apontamento do seu representante, do seu preposto, para então receber aquela



mala, que foi filmada e gravada pela Polícia Federal, com 50 mil reais. Assim, muitas provas fartas vieram ao conhecimento público do País e do nosso Parlamento.

Iniciou-se naquele momento uma segunda fase do Governo Michel Temer, a fase do improviso, a fase da gestão da sobrevivência, ou, como estamos acostumados aqui, a fase do “toma lá, dá cá”, da troca de emendas por votos, por apoio parlamentar, da troca de cargos para que a base do Governo possa estar solidificada.

Eu confesso, Presidente, que não tenho absolutamente nada contra as emendas parlamentares. Elas são extremamente importantes e necessárias aos Municípios de todo o Brasil. Mas nós não podemos admitir e aceitar que seja uma prática comum o uso do instrumento de emenda como moeda de troca para encobrir ilícitos, desvio de dinheiro público.

Tivemos a votação da primeira denúncia no Congresso Nacional, uma votação histórica. Naquela ocasião, eu ouvi de centenas de Parlamentares: *“Mas o povo não veio às ruas para criticar o Governo Temer e as provas tão contundentes e tão consistentes que a Polícia Federal apresentou”*.

Mas as pessoas não iam às ruas, Sr. Presidente, porque estavam indignadas, estarecidas. Não tinham motivação para ir às ruas protestar contra Fulano ou a favor de Sicrano, como se todos estivessem numa mesma vala, ou sendo medidos pela mesma régua da corrupção, pois muitos querem criminalizar a política brasileira.

Outros alegavam que o Presidente Temer teria um mandato curto, que seria um Governo transitório com pouco tempo de mandato, como se isso fosse



justificativa para encobrir crimes. E nós sabemos que não podemos, por menor que seja o prazo do mandato de um Presidente da República...

Tivemos um resultado histórico: 263 Deputados Federais, naquela ocasião, reprovaram a continuidade das investigações contra o Presidente Michel Temer, tirando a oportunidade de o Supremo Tribunal Federal avaliar a licitude dessas provas, e condená-lo ou inocentá-lo com base nas fartas provas apresentadas pela Polícia Federal e pelo Procurador-Geral da República.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, eu votei “sim” pelo prosseguimento das investigações, porque entendo que nem mesmo o Presidente da República está acima da lei, muito menos nós, Parlamentares, assim como nenhum cidadão brasileiro comum.

Por que o Presidente não pode ser investigado? Quer dizer que eu, os Deputados e Senadores, qualquer cidadão comum pode ser investigado, mas o Presidente da República não, mesmo diante de tantas e tão consistentes provas apresentadas pela Procuradoria-Geral da República nessa primeira denúncia? Naquela primeira denúncia, nós tiramos a oportunidade de o Supremo Tribunal Federal analisar essas provas e fazer apurações.

Sr. Presidente, a população ficou impaciente e estarrecida diante do placar que nós tivemos aqui no Congresso Nacional. Em que pese o respeito que eu tenho pela opinião dos meus colegas Deputados Federais, a maior parte deles foi implacavelmente criticada nas redes sociais, na mídia, na opinião pública. E eu tenho certeza de que todos vão refletir sobre as suas posições daqui para a frente, depois dessa primeira denúncia que nós tivemos oferecida pela PGR.



Sr. Presidente, agora nós temos a segunda denúncia apresentada pela PGR que indicia oito pessoas, entre elas, novamente, o Presidente Michel Temer, como também dois Ministros do seu Governo, o Ministro Eliseu Padilha e também o Ministro Moreira Franco, por dois crimes, obstrução à justiça, porque há provas de que o Presidenta da República, junto com a sua quadrilha, tentou silenciar o então doleiro e operador do PMDB, Lúcio Funaro, como também tentou silenciar Eduardo Cunha, já preso, numa possível delação que pudesse colocar em cheque, em dúvida, a inocência do Presidenta da República.

Existe também a condenação por organização criminosa, e nós tivemos, mais recentemente, trazida à tona por toda a imprensa nacional, dentro de um apartamento que foi emprestado ao então Ministro Geddel, a quantia de mais de 51 milhões de reais em espécie, que foram presos pela Polícia Federal e que consolidam ainda mais essa segunda denúncia e o objeto de organização criminosa pela qual está sendo denunciado o então Presidente Michel Temer.

Sr. Presidente, para concluir as minhas palavras, nós vamos ter agora outra oportunidade de poder autorizar o Supremo Tribunal Federal, para que ele possa avaliar se essas provas são consistentes.

Nós, Deputados Federais, temos a responsabilidade de avaliar essa segunda denúncia e nos comportarmos como Parlamentares, não como juízes, porque nós não somos juízes para poder julgar se essas provas são ou não verídicas, se o Presidente é inocente ou culpado. Nós temos o dever de autorizar o Supremo Tribunal Federal, para que ele possa cumprir o seu papel. Não devemos deixar, Sr. Presidente, que as vozes ensurdecedoras que pairam, que ecoam sobre os corredores do Congresso Nacional possam se sobressair às vozes silenciosas do



povo brasileiro, do interior dos Estados brasileiros, de todo o Brasil de Norte a Sul do País. Nem que nós precisemos fazer com que dez Presidentes da República caiam, mas nós vamos precisar imputar esse fardo ao Brasil, para virar essa página e fazermos uma faxina na política brasileira. É um mal necessário, mas nós vamos precisar passar por esse momento, Sr. Presidente.

Gostaria que este pronunciamento fosse vinculado ao programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Assim será feito, a pedido, Deputado Irajá, a divulgação do seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo a palavra agora à Deputada Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, especialmente porque é Presidente da República que Michel Temer tem que ser investigado, porque nós temos denúncias — e essa já é a segunda denúncia, e é o primeiro Presidente denunciado por crime comum — que indicam que há uma quadrilha instalada dentro do Palácio do Planalto, uma organização criminosa, que tem saqueado a Nação para enriquecer e para encher malas de recursos que deveriam estar na saúde, na educação, nas políticas públicas, aliás, políticas públicas que estão congeladas pelos próximos 20 anos.

Em um Brasil onde os seis mais ricos deste País têm uma riqueza e uma renda semelhante a 100 milhões de brasileiros e brasileiras. Neste Brasil, o que tem feito o Michel Temer? Tem priorizado a sua própria salvação, nem que isso implique em vender o País. O País está sendo vendido.



Parte das usinas da CEMIG foi vendida para os chineses, para os italianos, para os belgas, países onde a energia é considerada soberania. As hidrelétricas estadunidenses têm a guarda das suas forças armadas. Isso é soberania nacional que está sendo transformada em mercadoria, como ele está transformando os Parlamentares em mercadoria. Os Parlamentares estão coisificados, transformados em coisas, em gôndolas, com preços para serem comprados, para Michel Temer se manter no poder.

Mas não é só isso. A PETROBRAS está sendo fatiada e vendida a preço vil. Nós temos a INFRAERO sendo precarizada. Já foi dito que o Banco do Brasil está pronto para ser privatizado, ou seja, estão vendendo o Brasil, vendendo o Brasil para sobreviver, vendendo o Brasil para anistiar ruralistas em 10 bilhões, anistiar o Banco Itaú em 25 bilhões. E é bom lembrar que o Ministro da Fazenda é o segundo maior acionista, como pessoa física, do Banco Itaú. Esse banco que foi anistiado em 25 bilhões.

E aí vendem as usinas da CEMIG por 12 milhões, e aí querem vender a ELETROBRAS, que tem ativos de quase 400 bilhões, por 20 ou 30 bilhões.

É preciso que Michel Temer saia do Palácio do Planalto, porque o seu envolvimento com o crime virou prioridade! Virou prioridade para que houvesse impedimento para se prosseguir com a denúncia. A prioridade do Governo é esta: que se dane o País! Que se danem nossas empresas e o nosso patrimônio! Que se dane o povo brasileiro!

O Brasil está cada dia mais desigual. A desigualdade aumentou em mais de 1%, e dizem: *“Nós estamos diminuindo a taxa de juros”*. Vejam as taxas dos cartões.



Para renegociar, você está pagando taxa de 400%. Cresceu e tem crescido uma série de taxas para o consumidor.

Então, nós estamos vivenciando isto: o Brasil está sendo fatiado e vendido para salvar Michel Temer, que não tem votos e que é conhecido como Presidente margem de erro, porque tem 3% de aprovação, que é a margem de erro de qualquer pesquisa.

Mas não é só isso. Essa postura de desprezo com as empresas de Michel Temer nós também estamos vendo aqui no Distrito Federal. No Distrito Federal, com mil dias de Governo Rollemberg, ele diz: *“Vou deixar um legado para Brasília”*. Ele vai deixar um legado de incompetência. Vai deixar o legado de ter descumprido todos os acordos com servidores. Vai deixar o legado de ter construído uma proposta para a previdência de servidores que vai implodir a possibilidade de aposentadoria dos servidores daqui a cinco ou seis anos.

Este é o legado que Rollemberg vai deixar. O legado de ter matado 60 pessoas no Hospital do Gama. Pessoas que poderiam estar vivas se a Saúde tivesse o respeito que o povo brasileiro exige e que o povo de Brasília exige.

É um Governo que tem uma cisma com a verdade, ou seja, que está em antipatia com a verdade porque diz: *“não, eu estou executando todos os editais da Cultura”*. É certo, mas não está ofertando em edital aquilo que o Fundo de Apoio à Cultura estabelece na nossa Lei Orgânica. Ele só coloca em editais uma quantidade que é muito menor do que deveria colocar para a cultura.

É este Governo que vai fazendo com que nós tenhamos as lágrimas dos profissionais de enfermagem. Vi o depoimento da Frente Única de Enfermagem aqui que dizia: *“nós não aguentamos mais ver pessoas morrerem, ver bebês morrerem,*



ver crianças morrerem, pela inoperância e desprezo desse Governo, que seguramente é o pior Governo que o Distrito Federal já teve". O pior Governo, o Governo que apoiou Michel Temer, que apoia Michel Temer, e que tem as mesmas características de desprezo com o povo.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Visitam-nos os alunos da 3ª série do Ensino Médio do Colégio da Polícia Militar Dr. César Toledo, do Município de Anápolis, Goiás. Faço o registro e parabenizo os estudantes, que são o segundo melhor no IDEB do País, o primeiro de Goiás e o primeiro lugar no ENEM do Estado de Goiás.

Parabéns! Continuem assim: um exemplo. Parabéns à escola, aos professores, aos colaboradores, aos pais e a todos aqueles que têm um envolvimento com esse colégio que, pelos dados, é uma referência na educação do Goiás e na educação de todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Agora, vamos ao Rio Grande do Sul ouvir o nosso colorado, todo feliz pela vitória de ontem.

Com a palavra o nosso grande Deputado do PMDB, Jones Martins.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente e Deputado Evair Vieira de Melo.

Quero dizer da minha satisfação e honra de ser presidido por V.Exa. nesta tarde de quinta-feira. Cumprimento os alunos que nos prestigiam com sua visita. E quero dizer que estou feliz, porque ontem o meu Colorado venceu uma partida e assumiu a liderança da Série B, é bem verdade, mas estamos no caminho para retomar o lugar de protagonismo no campeonato nacional.



Sr. Presidente, eu gostaria de pautar aqui hoje uma análise rápida sobre a situação do Brasil e objetivamente aquilo que mais preocupa o cidadão brasileiro: a questão da segurança.

Quero dizer que, em um ano e pouco de Governo do Presidente Michel Temer, conquistas importantes têm sido colocadas; o País tem retomado lentamente, mas, consolidadamente, a questão econômica. Veja que nós votamos aqui na Câmara dos Deputados um debate que há muito tempo se prorrogava. E a Câmara dos Deputados votou com coragem, enfrentando muitos segmentos contrários. Mas nós aprovamos a modernização da legislação trabalhista.

Nós votamos aqui também uma proposta de emenda à Constituição que estabelece o teto de gastos. Não congela o teto de gastos, como alguns gostam de dizer, mas estabelece um teto que vai crescer de acordo e proporcionalmente ao crescimento da economia. Isso significa que, a economia crescendo, nós teremos mais recursos para investir em políticas sociais. O que este Governo não vai fazer, e era feito nos outros Governos, mas este não vai fazer, é gastar sem previsão, gastar mais do que arrecada.

Essas medidas somadas a outras têm nos trazido um bom ambiente para a nossa economia, Deputado Hildo Rocha. Nós temos uma inflação controlada. Nós temos o desemprego caindo. Nós temos o juro mais baixo dos últimos 15 anos.

Ontem, por exemplo, nós tivemos um leilão absolutamente exitoso que permitiu que empresas estrangeiras injetassem recursos na economia brasileira para explorar o pré-sal. Mais de 13 bilhões foram injetados na economia a partir do leilão de ontem.



Então nós estamos construindo, sob a liderança do Presidente Michel Temer, um ambiente saudável para a economia, e a nossa economia começa a reagir. Todos os números começam a sinalizar dias melhores.

Do ponto de vista da política, o Presidente Michel Temer foi vítima de uma denúncia que foi considerada inepta por este Plenário. Agora se desenha outra denúncia. E aí a bancada do PT e seus puxadinhos, aqueles que atrasaram o País nos últimos 15 anos, se apropriam disso, se pegam a isso para tentar inviabilizar o Brasil.

Aliás, é o PT que vive de segmentos. É o PT que tem corrente daqui, corrente de lá. No PT é muito comum a negociação. Quando eles governam, fatiam o Governo nessas negociações. Eles agora querem transferir isso para o nosso Governo. Não é verdade, Deputado aqui não tem preço. Eu não sei quanto valem os Deputados do PT. Eu não sei quanto os Deputados do PT ganhavam para sustentar os Governos medíocres e ridículos que eles representavam. Eu não sei como é que era a negociação do Palocci e do José Dirceu com alguns Deputados e segmentos do PT. Mas nós aqui não temos preço. Nós aqui estamos defendendo um Brasil, a retomada do crescimento. Nós estamos criando condições para que os empregos sejam gerados e para que o País possa sair desta crise em que entramos graças ao desgoverno do PT.

É muito indignante, é muito revoltante ver esses que governaram, esses cujos companheiros estão presos. Agora um denuncia daqui, outro denuncia de lá, é carta daqui, é carta de lá, recibos falsificados com dados que não existem.

Que moral, Presidente Evair Vieira de Melo, eles têm para apontar o dedo para qualquer um dos Deputados? Não têm moral nenhuma nem a humildade de se



recolherem. Mais do que isso, eles não têm compromisso com o Brasil, são a favor do quanto pior melhor. Querem trocar um Presidente como se isso fosse simples, como se fosse trocar um síndico de um condomínio, como se isso não tivesse repercussão na economia, não tivesse repercussão na vida das pessoas, com base numa delação cujo delator já está preso, porque está provado que mentiu.

O que é isso? Nós precisamos levar o País um pouco mais a sério! Essas vozes levianas que mamaram nas tetas do governo petista, essas vozes levianas que negociavam cargos e vantagens, essas vozes levianas cujos muitos companheiros estão presos e têm muito a dar explicação, essas vozes levianas que foram lideradas por um sujeito que já foi condenado e muito provavelmente será condenado em 2ª instância — peço mais 1 minuto, Sr. Presidente, para concluir —, essas vozes levianas têm que ter mais responsabilidade com o Brasil. Muita responsabilidade com o Brasil.

Em resumo, Sr. Presidente, quero dizer e pedir que se inclua nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil* que, superada essa crise, temos que aproveitar o momento positivo da nossa economia.

O Brasil começa a andar. Superada essa crise, nós precisamos, nesta Câmara dos Deputados, fazer um debate sério, objetivo e rápido sobre segurança.

A segurança está calando os nossos brasileiros. Aquilo que nós vimos na televisão, que era só no Rio de Janeiro, nós temos visto no dia a dia das nossas cidades pelo interior do Brasil.

Lá no Rio Grande do Sul, na minha cidade de Gravataí, nós vemos gente morrendo, briga de facções, de tráfico, coisas que eram muito distantes da nossa



realidade, nós estamos vendo no dia a dia. De cinco a seis pessoas morrendo por final de semana na guerra do tráfico.

Então, essa triste realidade está muito presente nos nossos Municípios e está acontecendo algo que nós temos que evitar, Deputado Hildo Rocha, que é a responsabilização dos prefeitos.

Os nossos Prefeitos assumiram a saúde, já assumiram uma série de serviços e agora a população, com medo legítimo, acha que a responsabilidade para a segurança também é dos Municípios — e não é, Deputado Alfredo Kaefer, não é.

Os nossos Prefeitos estão pressionados. A guerra do tráfico, a violência, o assalto, os homicídios estão pressionando cada vez mais os nossos Prefeitos, que já fazem das tripas coração para o básico. Muitos até se esforçam e conseguem ampliar as guardas municipais, conseguem estruturar com veículos, etc., mas não vão conseguir fazer milagre.

O Ministério da Justiça tem que chamar para si essa responsabilidade, tem que liderar um grande debate nacional. Temos que ter uma estratégia nacional para isso. Na minha opinião, esse é o tema mais importante.

Vamos superar essa crise política, o Presidente Michel Temer vai continuar liderando as transformações que o País precisa, o País está no eixo, está no trilho, começa a crescer economicamente e precisamos, neste momento, ter uma agenda sobre segurança. Há leis que precisam ser aprovadas, medidas que precisam ser tomadas e principalmente é preciso deixar claro para a nossa população que nós temos saída, que a segurança é uma preocupação desta Câmara dos Deputados e que nós, em conjunto com o Ministério da Justiça, os Governos de Estado e as Prefeituras, possamos mostrar uma saída para a nossa cidadania.



Muito obrigado, Presidente Evair Vieira de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) – Parabéns, Deputado Jones Martins, pelo seu pronunciamento, parabéns pelo seu mandato. Tenho certeza de que os gaúchos e os colorados estão muito bem representados aqui nesta Casa pela paixão e compromisso pelo seu Estado.

O SR. ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente, pode me dar 1 minutinho, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Enquanto o próximo orador, Deputado Felipe Maia, se dirige à tribuna, com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer, por 1 minuto.

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente que comanda esta sessão, Deputado Evair Vieira de Melo, nós estamos discutindo, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a reforma política. Ontem com o meu voto contrário, rechaçamos nesta Casa a urgência da aprovação do tal Fundão do Senado Federal.

Sr. Presidente, eu sou contra o financiamento público de campanha. Trata-se de algo que nós devemos nos preocupar, porque parece um filme que nós vimos nas últimas eleições municipais. Não houve nenhuma campanha de prefeito que não tivesse tido algum tipo de caixa dois, seja ele grande, seja pequeno ou médio. E eu pergunto: será que nós estamos dispostos a ir por este caminho em 2018, sem ter um instrumento adequado, que, de fato, a volta do financiamento privado?

Deputado Evair, faço um apelo aos Senadores: nós aprovamos em 2015, nesta Casa, uma PEC que autorizava a volta do financiamento privado. Nós somos um país capitalista e não há outra forma de se financiar campanhas



regulamentadas, que não sejam através da iniciativa privada. Não são todas Lava-Jato. Há muitas empresas, muitos segmentos dispostos a financiar as campanhas dos políticos que têm bons projetos e boas iniciativas. Falta o Senado Federal votar a PEC que aprovamos, que trata do financiamento privado, se não, todos vamos estar tremendamente expostos em 2018.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Parabéns, Deputado Alfredo Kaefer, pelo seu trabalho. V.Exa. é um defensor do empreendedorismo das empresas privadas, da decência tributária. Parabéns pelo seu mandato!

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia, do Democratas do Rio Grande do Norte.

Peço a V.Exa. que leve o meu abraço ao povo do Baixo Seridó. Quando eu fui Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária, pelo PAC/EMBRAPA, nós levamos investimentos para a construção da chamada barragem seca na região do Seridó. Aquele é um povo com o qual construí uma amizade e pelo qual tenho muito carinho.

Peço a V.Exa., que faz um grande mandato e é um dos Deputados que tenho como referência, que leve o meu abraço àquele povo querido do Rio Grande do Norte.

V.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Não tenha dúvida de que o povo do Baixo Seridó é grato a V.Exa., assim como reconhece todo o seu esforço, não só naquele período, mas também como representante do seu Estado, como uma das referências desta Casa,



que tem lutado pelo Brasil, pelo Rio Grande do Norte e por todos os entes desta Federação. Muito obrigado, em nome do povo do meu Estado.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa, nesta tarde de quinta-feira, para dar conhecimento a este Plenário que, na tarde de ontem, estivemos no Palácio do Planalto, em companhia do Governador do Estado, de diversos Deputados Federais da nossa bancada, de Deputados estaduais, de Vereadores e de Prefeitos de cidades produtoras de sal, para conversar com o Presidente Michel Temer.

O Presidente, de forma bastante democrática, como é sua marca registrada, atendeu os produtores de sal do Rio Grande do Norte.

O Rio Grande do Norte, que representa 97% de todo o sal produzido no Brasil.

Eles estavam preocupados, assim como estão preocupados com a insegurança jurídica e com as dificuldades que enfrentam para manter aquela atividade comercial tão importante de pé. E lá levaram os seus pleitos, entre outros, a alteração de algumas legislações para dar garantia jurídica e o reconhecimento do interesse social da atividade da salinocultura.

A salinocultura é uma atividade que gera divisas da ordem de quase 1 bilhão de reais por ano, gera algo em torno de 70 mil empregos — diretos e indiretos — no Rio Grande do Norte; 30 empresas atuam neste setor no meu Estado. É uma atividade de fundamental importância.

E lá nós estivemos para fazer pleitos ao Presidente da República, não só em relação ao reconhecimento, através de um decreto, do interesse social da atividade da salinocultura como também, Sr. Presidente, em relação aos recursos para



produzir e concluir a obra do Terminal Salineiro de Areia Branca, fundamental para o escoamento do sal do Rio Grande do Norte.

O Terminal Salineiro de Areia Branca é um terminal que hoje exporta algo em torno de 70% do sal produzido no Rio Grande do Norte, ou seja, 97% de todo o sal produzido no Brasil vêm do Rio Grande do Norte, e o Terminal Salineiro da Ilha de Areia Branca retira algo em torno de 70% de todo esse sal. E lá nós precisamos executar uma obra emergencial para reestruturar, para refazer, para adequar as estruturas físicas do terminal.

Fomos pedir ao Presidente Michel Temer que veja com bons olhos uma emenda que o Senador José Agripino apresentou ao Orçamento do ano passado. Trata-se de uma emenda de bancada da ordem de 10 milhões de reais para complementar e adequar esta obra de grande importância.

Sr. Presidente, eu não podia deixar de reconhecer a importância e os méritos deste Governo. Hoje de manhã, eu vim dar presença aqui no plenário, e uma Deputada que usava a tribuna dizia *“Este Governo talvez tenha uma crise política, mas neste Governo não existe crise econômica.”* O Presidente Michel Temer está sabendo, com muita competência, coordenar as atividades para que a nossa economia possa voltar a girar.

Há pouco tempo, um Deputado do Rio Grande do Sul falava aqui *“A inflação está entrando no controle. Nós estamos baixando a inflação. A balança comercial tem aumentado as suas divisas. A taxa de juros tem diminuído. O número de desempregados tem diminuído.”*

São atividades e índices que não apareceram por acaso. Apareceram pela coragem do Presidente da República de ter tomado algumas decisões importante ao



longo desse (*ininteligível*) mandato à frente da Presidência da República, como a aprovação da reforma trabalhista; a aprovação do teto de gastos, que dá uma segurança ao mercado consumidor, produtor, àqueles que têm coragem e precisam de um gesto do Governo de investir neste País; a aprovação da terceirização; e a liberação dos recursos do FGTS de tantos trabalhadores do Brasil, para que eles pudessem consumir e aquecer a economia nacional.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar aqui o meu reconhecimento aos méritos do Presidente Michel Temer na área econômica. Se nós temos uma crise política, vamos discuti-la em outro ambiente. Agora, este Plenário não pode ficar aqui criticando um governo que tem acertado na esfera econômica, que tem tido coragem de enfrentar matérias que nenhum outro Presidente no passado teve coragem de enfrentar, como as reformas edificantes. Aqui, nós temos ainda outras reformas, seja a política, a tributária, a previdenciária.

O fato é que este Plenário deveria, de uma vez por todas, entender: se aqueles que ocuparam o Governo por tantos anos, quase 13 anos, não tiveram competência de tirar este País da letargia econômica, então batam palmas para o Governo que aí está e acabem com esse discurso vazio de que o Presidente Michel Temer não teve voto, de que o Presidente Michel Temer só erra.

Vamos dar o braço a torcer. A Presidente Dilma largou o Governo e largou o Brasil com 14 milhões de desempregados, com uma inflação descontrolada, com uma balança comercial deficitária, com uma taxa de juros lá em cima.

Nós estamos conseguindo, com muita luta, com muito sacrifício, controlar a economia deste País. Portanto, deixo o meu reconhecimento, aqui desta tribuna da Câmara, ao Michel Temer pelos seus acertos, pela sua flexibilidade e receptividade.



Como aqui disse, ele recebeu ontem os produtores de sal do Rio Grande do Norte, o Governador, a bancada federal, a bancada estadual.

Esse é o retrato do Governo Michel Temer, um Governo de portas abertas para o Brasil, de portas abertas para os setores produtivos do nosso País. E é desta forma, neste modelo, que nós iremos conseguir avançar, avançar para um Brasil melhor, um Brasil em que tenhamos garantido o emprego e a renda para o povo mais carente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Felipe Maia, do DEM do Rio Grande do Norte. Quero parabenizar V.Exa. pelo excelente trabalho.

E solicito à nossa equipe da *Rádio Câmara* e *TV Câmara*, que faz um trabalho essencial, que dê voz ao discurso de V.Exa.

Durante o discurso do Sr. Felipe Maia, o Sr. Evair Vieira de Melo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Pereira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão, grande Deputado que representa muito bem aquele Estado. S.Exa. falará em nome da Liderança do seu partido.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Mauro Pereira, que preside a presente sessão.

Sras. e Srs. Deputados, os que nos acompanham através da *TV Câmara*, que lá no Maranhão tem grande audiência pública, também através da *Rádio Câmara*,



que tem uma audiência muito boa lá na nossa capital, e também pelo sistema *web*, nesta oportunidade em que disponho de mais tempo na tribuna, gostaria de apresentar à Casa e ao Brasil o resumo do exercício do meu mandato parlamentar. Lamentavelmente, a classe política tem sido vilipendiada em grande parte porque a sociedade não consegue enxergar todo o trabalho de debate e de elaboração legislativa desempenhado nos três níveis de Governo que sustentam a República Federativa do Brasil.

Tal desconhecimento poderia ser explicado pelo fato de que o necessário longo processo legislativo acaba ficando em segundo plano depois que a norma entra em vigor. Passa-se, então, a observar e a julgar os casos e ocorrências de acordo com a nova lei, e o processo de legislar recomeçará sobre outros temas, outras preocupações, sujeitos e objetos.

Nesse contexto, e sem o menor intuito de fazer um autoelogio, apenas desejo sintetizar algumas de minhas ações como Deputado em primeiro mandato, função que desempenho com grande orgulho e muito comprometimento.

Início com informações sobre a minha presença em plenário, sempre pronto ao debate, aberto ao contraditório, cioso das melhores decisões em prol da sociedade brasileira.

Nesses 2 anos e 9 meses, nós tivemos aqui, no Plenário Ulysses Guimarães, plenário da Câmara, 299 sessões. Nós participamos de 285. Compareci, portanto, a 285 sessões, o que significa que nós tivemos uma presença de 96%. Nas demais sessões, não estive presente em função de missão autorizada pela Câmara.

Ou seja: em todos os dias de sessão neste plenário, nós estivemos participando. Naquelas em que não estávamos presentes, estávamos em missão



desta própria Casa, fora do nosso País, no Parlamento Latino-Americano, do qual eu sou membro.

No que diz respeito às reuniões de Comissões, Permanentes e Temporárias, e de Subcomissões, os dados de minha presença são os que eu vou passar aos senhores. Das 889 reuniões nas diversas Comissões, nós participamos de 875: Nós comparecemos, portanto, a 98,5%. E quanto às reuniões às quais não comparecemos, das quais não participamos, nós estávamos em missão pela Câmara Federal, fora do nosso País.

As proposições de minha autoria abordam questões diversas que dizem respeito a várias áreas de interesse público. Na área econômica, procurei tratar dos juros excessivos cobrados no nosso País, do Imposto de Renda, da auditoria da dívida pública, dos débitos previdenciários dos Municípios e do Fundo de Participação dos Municípios, entre outros.

Considero muito importante o que propus na PEC 325, que estabelece limite para pagamento de juros e demais encargos da dívida pública. Essa é uma questão crucial para o desenvolvimento social. Mais cedo ou mais tarde a sociedade e este Parlamento terão que tomar providências para corrigir a enorme disfunção criada pelos juros abusivos praticados em nosso País.

Vejam Sras. e Srs. Deputados, mesmo com a queda da taxa Selic nos últimos meses praticados por este Governo, a diferença entre juros e inflação, a parte recebida pelos bancos, não diminui, continuamos sendo o paraíso dos rentistas do mundo inteiro em detrimento da renda, do trabalho e da produção.

As medidas propostas nessa PEC estão sendo complementadas pelo PL nº 6.817, que também é da nossa lavra, que determina a realização de auditoria da



dívida pública federal. Para que os juros caiam efetivamente é preciso abrir essa caixa preta da dívida. E o TCU já está fazendo isso, mas não da forma como gostaríamos que fosse feito. Por isso o nosso projeto de lei, porque vamos identificar as verdadeiras razões da sangria financeira que massacra o povo brasileiro.

Na esfera política ofereci contribuições, no que se refere à maior transparência das contas de campanha, à propaganda de pré-candidatos a cargos eletivos e à ampliação dos casos de cargos que devem ser privativos de brasileiros natos.

Procurei ainda contribuir para a discussão de licitações públicas, seguro obrigatório de danos pessoais, rádios comunitárias, bloqueio de celulares em penitenciárias, subsídio aos mototaxistas da mesma forma como os motoristas de táxi têm, eficiência na utilização de água potável com a permissão da água do mar para uso de descarga sanitária.

Nesse contexto, quero aproveitar a oportunidade para destacar três projetos de lei, de minha autoria, que já foram aprovados na Câmara Federal e aguardam a aprovação pelo Senado Federal. Tenho certeza de que em breve, talvez neste ano, sejam aprovados.

Quando iniciei o meu mandato, produzi o PL 2.043, de 2015, que inclui na área considerada Semiárido brasileiro os seis Municípios do Baixo Parnaíba. Por que fiz esse projeto de lei? Porque entendo que como o Piauí é vizinho do Maranhão e do Baixo Parnaíba, há o Baixo Parnaíba do Piauí e o Baixo Paranaíba do Maranhão.

Todos os Municípios do Baixo Parnaíba do Piauí estão incluídos no Semiárido, que tem a realidade econômica, geográfica, idêntica a do Maranhão, a do



Semiárido maranhense. Por que não participar também dos benefícios que são dados, através da SUDENE, para os Municípios que compõem a região do Semiárido?

Nós apresentamos esse projeto de lei para que sejam incluídos Municípios, como Água Doce, Magalhães de Almeida, São Bernardo e outros.

O PL 4.707, de 2016, procurar ampliar — também já foi aprovado na Câmara — e interligar a malha rodoviária do Estado do Maranhão, acrescentando a ligação com a BR-222.

Porque a BR 222 começa em Fortaleza, no Ceará, e vai até a cidade de Marabá, no Pará, corta o Maranhão inteiro. Mas há um pedaço dela é estrada estadual, uma rodovia maranhense, e esse trecho, de 204 quilômetros, que vai de Pirangi, em Parnaíba, até a cidade de Chapadinha, é que nós estamos querendo federalizar.

A Câmara já aprovou a matéria, aqui já está aprovado, todas as Comissões já a aprovaram, foi aprovada por unanimidade, sem nenhum problema, já está lá no Senado, para ser relatada, e deve ser aprovada. Depois, vamos levá-la à sanção do Presidente Michel Temer, e tenho certeza que ele irá também sancionar essa lei, tornando federal a estrada que liga aquele pedaço de Chapadinha até ali o Pirangi.

Estamos aguardando também que o Senado aprove outra matéria que já foi aprovada aqui, que trata da identificação do prazo de validade dos produtos na embalagem. O que ocorre é que não há um padrão de colocação da data de validade nos produtos. Para cada produto é diferente o local onde se coloca a sua data de validade e, muitas vezes, na pressa de levar o produto, fica difícil para o consumidor ver onde está essa data. O consumidor acaba levando o produto, sem



saber que ele está com a data de validade vencida, o consome e acaba tendo problemas de saúde. Então, esse projeto de lei, de nossa autoria também, já foi aprovado aqui na Câmara dos Deputados, e está lá no Senado para ser apreciado. Espero que ele também seja aprovado.

Eu sou autor de proposições de outras naturezas, como emendas de Comissão, emendas de Plenário, requerimentos, bem como sou Relator de propostas de fiscalização e controle e de projetos de lei complementar. Na verdade, são 600 propostas de minha autoria. E eu já relatei mais de 200 outras matérias, nas Comissões, de outros Parlamentares que hoje se encontram no Parlamento, ou no Senado ou na Câmara, ou que já estiveram aqui e deixaram esse seu legado.

Participo intensamente da produção legislativa em Comissões Permanentes, atuando como titular na Comissão de Constituição e Justiça, na CFT, na CDU, na Comissão de Fiscalização Financeira. Quanto às Comissões Especiais, já participei de dezenas delas. Presido duas Comissões Especiais hoje, já presidi outras.

E eu destaco a Comissão Especial que trata da reforma tributária. Nós temos que realmente fazer a tão sonhada reforma tributária, que está sendo relatada hoje pelo nosso colega Luiz Carlos Hauly. Tivemos uma sessão hoje aqui para debater esse assunto, uma Comissão Geral. Tivemos mais de 30 convidados, especialistas na área, debatendo esse assunto.

Já tivemos mais de 100 reuniões na Comissão, tanto interna como Externa. o Deputado Luiz Carlos Hauly tem feito um grande trabalho. Todos os membros da Comissão têm contribuído. Quero destacar aqui que o trabalho, o resultado que o Luiz Carlos Hauly vai produzir não é apenas dele, mas de toda a Comissão, são



Deputados e Deputadas que têm se esforçado, para que a gente possa diminuir a injustiça que existe no nosso sistema tributário.

Algumas pessoas dizem que o nosso sistema tributário é o que tem a maior carga tributária. Ele tem uma grande carga tributária de fato, mas não é a maior carga tributária. Mas é o sistema tributário mais injusto do mundo, porque os pobres pagam muito mais do que os mais ricos, e isso é uma injustiça muito grande, é um sistema regressivo, não progressivo. E é isso o que nós estamos mudando no nosso sistema tributário. Então, não adiante fazer uma reforma pequena, como muitos pretendem. Nós temos que fazer uma reengenharia, como foi feito lá em 1967, pelo Otávio Bulhões, que fez, naquela ocasião, o melhor sistema que existia na América Latina, tanto é que esse sistema foi copiado por vários países do mundo.

E hoje, ao longo dos anos, nesses 50 anos, ele foi sendo emendado, emendado, e hoje está nisso aí, nesse sistema caótico, que faz com que o povo brasileiro pague muito tributo, principalmente os mais pobres do nosso País.

Com relação a tributos, também nós podemos contribuir para o aperfeiçoamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS, que é um imposto, um tributo de competência municipal. Quando veio para cá a reforma do ISS, eu e a Deputada Soraya Santos fomos os autores de uma mudança na lei do ISS. Nós tiramos a repartição do ISS de cartão de crédito, débito, plano de saúde, *leasing*, cujo recurso, apurado, recolhido ficava apenas para os Municípios onde estavam situadas, sediadas as sedes dos cartões de crédito, débito, plano de saúde e *leasing*, as operadoras, as administradoras e, nessa nova mudança que houve, nessa reforma que aconteceu no ISS, colocamos para todos os Municípios do Brasil,



ou seja, onde ocorreu o fato gerador, de fato, onde está o tomador do serviço, lá vai ficar o ISS.

Então, com isso, a minha cidade lá do Maranhão, que é a nossa Capital, São Luís, por exemplo, poderá passar a receber, por ano, só de cartão de crédito e de débito, 60 milhões de reais, que não recebe hoje.

Isso é uma CPMF municipal para que os Prefeitos possam receber mais recursos, sem aumentar a carga tributária. Aqui nós estamos apenas fazendo uma distribuição mais justa, porque o brasileiro já pagava esse tributo, o ludovicense já pagava, o maranhense já pagava. Agora vai ficar nos Municípios onde a população reside, para que esse tributo volte imediatamente em benefício da população.

Por exemplo, São José de Ribamar — uma cidade que fica na Ilha de São Luís, uma cidade onde eu fui muito bem votado —, vai poder arrecadar, só de ISS, 6 milhões de reais por ano, com cartão de crédito e de débito.

Imperatriz, que é a segunda maior cidade do Estado, vai poder recolher 8 milhões de reais.

Isso aqui é um recurso suficiente para o Prefeito, ao longo do seu mandato, poder pavimentar as ruas, pelo menos em 70% a 80% daquilo que ainda não foi pavimentado.

Sr. Presidente, participei, também, de diversas audiências públicas e seminários, realizados lá no Estado do Maranhão, com o objetivo de discutir e equacionar problemas de repercussão da vida cotidiana de cada cidadão.

Gostaria de destacar, desta tribuna, o sucesso de uma emenda que nós fizemos, aqui neste plenário, durante uma sessão do Congresso Nacional. Nesta reunião do Congresso Nacional em que apreciávamos, então, o Orçamento Geral da



União, de 2016, colocamos uma emenda, de nossa autoria, de 80 milhões de reais a mais para a média e alta complexidade do Estado do Maranhão.

Foram vários Municípios beneficiados, como Presidente Dutra, que aumentou sua MAC — Média e Alta Complexidade —, Buriticupu, São José de Ribamar, Pinheiro, entre outros.

O Estado também pegou parte desse dinheiro para fazer funcionar os hospitais macrorregionais, como o Hospital Macrorregional de Pinheiro, o Macrorregional de Imperatriz, o Macrorregional de Caxias, entre outros, que estão funcionando graças a essa emenda que nós fizemos no plenário. Nós aumentamos o recurso da Média e Alta Complexidade da saúde do Maranhão através de um trabalho nosso. Aliás, agradeço aos demais Deputados da Comissão à época. Hoje, nós estamos novamente na CMO e estamos fazendo um trabalho em favor do nosso Estado.

No concernente ao Governo Federal, em relação ao Maranhão, o Governo Michel Temer tem sido muito bom para o Maranhão. Posso citar aqui, de forma resumida, alguns benefícios que ele está levando para o nosso Estado. Por exemplo, a BR-130 estava parada. É uma obra que começou e parou, começou e parou... Parou porque não tinha dinheiro. A construtora parou a obra porque não pagavam a ela. Depois que o Presidente Michel Temer assumiu, toda a bancada de Deputados e de Senadores do Maranhão esteve fazendo um trabalho de união dos Deputados e de Senadores de todos os partidos, para buscar no Governo do Presidente Michel Temer a conclusão da duplicação do trecho de São Luís até Bacabeira.



Conseguimos os recursos graças a uma emenda de bancada, graças ao Presidente Michel Temer, que deu toda atenção para essa nossa demanda. No trecho seguinte, que vai até o entroncamento de Itapecuru, e do entroncamento de Itapecuru até Miranda do Norte — uma duplicação enorme na BR 135 —, o Presidente Michel Temer nos deu apoio total.

É uma obra que deve estar pronta, toda ela, até o final de 2018, até a cidade de Miranda do Norte.

Esta é a nossa vontade. Este é o desejo eu tenho certeza também do Presidente Michel Temer. Ele concluiu a ampliação do aeroporto de São Luís. O Presidente Michel pagou o que estava devendo. A construtora não concluiu o serviço. O Presidente pagou, e a construtora responsável pelo serviço do aeroporto de São Luís concluiu a obra. Hoje, nós temos um aeroporto não o ideal, mas muito melhor do que nós tínhamos antes.

Nós conseguimos também recursos do Governo Federal para fazer um trecho da BR-226, que nunca foi feito. São cem quilômetros que estão lá para serem feitos do trecho de Presidente Dutra até Baú. Foi liberado o orçamento graças também a um trabalho da bancada, um trabalho de todos os Deputados Federais e Senadores do Maranhão junto ao Governo Federal, uma emenda inclusive nossa. Infelizmente, a construtora que ganhou vai tocando a obra a passo de tartaruga. Mas, ontem, reunimos a bancada para tomar providências junto ao DNIT, para que ele chame já a segunda colocada para concluir a obra.

A duplicação da BR-010 no trecho urbano de Imperatriz também está sendo tocada. O Presidente conseguiu 10 milhões de reais. Está sendo tocada a obra. Fez a recuperação de um grande trecho da BR-226. Conseguiu recursos para concluir o



Italuís, uma adutora que busca água do Rio Itapecuru, acima de Rosário. Não é água salobra, é água boa. É uma segunda etapa que está sendo feita com recursos do Governo Federal. Vai acabar o racionamento de água em São Luís. Isto é um trabalho que o Presidente Michel Temer está nos ajudando. É o Estado do Maranhão que está fazendo.

É uma obra que começou com a Roseana Sarney, mas deu uma parada. Agora, será concluída até o final do ano. O dinheiro não falta. O Presidente Michel Temer tem ajudado muito o Maranhão. A água agora é para todos. O Maranhão não recebia dinheiro. As construtoras participavam da licitação, mas não tinham sequer Orçamento.

Estive com o Presidente, que me mandou falar com o Padilha. Falei com o Padilha, que determinou ao Ministro Élder Barbalho que resolvesse o problema. O Ministro Élder Barbalho, de forma bastante competente e carinhosa está atendendo o Maranhão.

Ontem mesmo, ele determinou que 6 milhões fossem repassados para levar água a todo o Maranhão. O Presidente Michel Temer tem sido muito bom para o Estado do Maranhão.

Como já afirmei antes, precisamos repensar a repartição tripartite de recursos entre União, Estados e Municípios. É uma questão estratégica para garantir uma qualidade mínima de saúde, educação e segurança dos brasileiros.

Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputadas, esses são algumas informações do que venho desenvolvendo em meu mandato Parlamentar. Sempre tive o respaldo dos meus eleitores e da Casa, na medida em que os debates e votações aqui realizados fortalecem a democracia brasileira.



Se tudo que eu conseguir aprovar na Casa, foi graças aos meus colegas Parlamentares, que relataram matérias. Aos membros das Comissões Técnicas que aprovaram a nossa proposta. Agradeço aos consultores da Câmara e aos seus servidores que têm nos ajudado no meu gabinete, tanto aqui quanto no meu escritório em São Luís, para que eu possa desempenhar o meu primeiro mandato Parlamentar. Já fui Prefeito, Secretário de Estado e Vereador. Mas este é o meu primeiro mandato de Deputado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão.

Parabéns pelo trabalho. V.Exa. é um grande amigo e um dos mais assíduos Parlamentares da Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade, em que disponho de mais tempo na tribuna, gostaria de apresentar à Casa e ao Brasil o resumo do exercício de meu mandato parlamentar.

Lamentavelmente, a classe política tem sido vilipendiada, em grande parte, porque a sociedade não consegue enxergar todo o trabalho de debate e elaboração legislativa desempenhado nos três níveis de governo que sustentam a República Federativa do Brasil.

Tal desconhecimento poderia ser explicado pelo fato de que o necessariamente longo processo legislativo acaba ficando em segundo plano depois que a norma entra em vigor. Passa-se então a observar e julgar os casos e



ocorrências de acordo com a nova lei, e o processo de legislar recomeçará sobre outros temas, preocupações, sujeitos e objetos.

Nesse contexto, e sem o menor intuito de fazer um autoelogio, apenas desejo sintetizar algumas de minhas ações como Deputado em primeiro mandato, função que desempenho com grande orgulho e muito comprometimento.

Início com informações sobre minha presença em Plenário, sempre pronto ao debate, aberto ao contraditório, cioso das melhores decisões em prol da sociedade.

No primeiro ano desta legislatura – 2015 –, das 125 sessões deliberativas realizadas, estive presente em 121 (96,8%), e as quatro ausências se justificaram porque estive em missão autorizada.

Em 2016, houve 94 sessões, das quais estive presente a 84 (89,4%), sendo que dos dez dias de ausência, três se fizeram registrar em razão de licença para tratamento de saúde e sete, em razão de missão autorizada.

Neste 2017, até o presente, houve 80 sessões e minha presença foi registrada em 75 (93,8%), e as ausências justificadas.

No que diz respeito às reuniões de Comissões, Permanentes e Temporárias, e de Subcomissões, os dados de minha presença são: em 2015, de 393 reuniões, compareci a 387 (98,5%); em 2016, foram 233 reuniões com 229 presenças (98,3%); e, em 2017, até o momento, são 263 reuniões com 259 presenças (98,5%); em relação às de que não participei, contrapuz justificativa de ausência.

As proposições de minha autoria abordam questões diversas, que dizem respeito a várias áreas de interesse público. Na área econômica, procurei tratar dos juros excessivos cobrados no País, do Imposto de Renda, auditoria da dívida



pública, débitos previdenciários dos Municípios e Fundo de Participação dos Municípios, entre outros.

Considero muito importante o que propus na PEC nº 325, de 2017, que estabelece limite para pagamento de juros e demais encargos da dívida pública. Essa é uma questão crucial para o desenvolvimento nacional. Mais cedo ou mais tarde, a sociedade e este Parlamento terão que tomar medidas para corrigir a enorme disfunção criada pelos juros abusivos praticados no País.

Vejam, senhoras e senhores Deputados, que mesmo com a queda da taxa Selic nos últimos meses, a diferença entre juros e inflação, a parte recebida pelos bancos, não diminuiu. Continuamos sendo o paraíso dos rentistas do mundo, em detrimento das rendas do trabalho e da produção.

As medidas propostas nessa PEC serão complementadas pelo PL nº 6.817, de 2017, que determina a realização de auditoria na dívida pública federal. Para que os juros caiam efetivamente é preciso abrir a caixa preta da dívida, identificando as verdadeiras razões da sangria financeira que massacra o País.

A PEC nº 215, de 2016, também trata de assunto importantíssimo ao determinar o aumento de 1% na participação do Fundo de Participação dos Municípios e no Fundo de Participação dos Estados. Como todos sabemos, os Municípios brasileiros vivem grave impasse financeiro, que só será solucionado efetivamente com a mudança na participação dos tributos arrecadados no País.

Na mesma direção caminha o PL nº 6.610, de 2016, que trata do parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios, medida excepcional destinada a garantir a solvência das nossas cidades.



Na esfera política, ofereci contribuições no que se refere à maior transparência das contas de campanha, à propaganda de pré-candidatos a cargos eletivos e ampliação dos casos de cargos que devem ser privativos de brasileiros natos.

Procurei ainda contribuir para a discussão de licitações públicas, Seguro Obrigatório de Danos Pessoais, requerimento para funcionários de CPI, rádios comunitárias, e bloqueio de celulares em penitenciárias.

Nesse contexto, quero aproveitar a oportunidade para destacar três Projetos de Lei, de minha autoria, que foram aprovados pela Câmara dos Deputados e aguardam aprovação pelo Senado Federal.

O PL 2043, de 2015, inclui na área considerada como semiárido os Municípios maranhenses localizados no Baixo Parnaíba. Essa região de cerrado, onde antes predominava a agricultura familiar, está ameaçada de desertificação por causa do avanço da agricultura comercial, que alterou sobremaneira o ecossistema local, uma vez que o desmatamento impactou os rios, riachos e lagoas, alterando, inclusive, o clima, cada vez mais seco.

O Projeto de Lei busca atender às necessidades da população local, que em grande parte vive abaixo da linha de pobreza.

O PL 4707, de 2016, procura ampliar e interligar a malha rodoviária do Estado do Maranhão, acrescentando ligação com a BR 222 de trecho de 204 Km que se estende de Fortaleza à cidade de Marabá, no Pará. Procuramos nesse Projeto atender às necessidades da população maranhense, estimulando a região servida pelo trecho rodoviário Chapadinha / Anapurus até o trecho final da MA 345, na divisa com o Piauí.



Também está aguardando apreciação do Senado o PL 2415, de 2015, que estabelece regras para a divulgação mais clara, para os consumidores, dos prazos de validade dos produtos, que em muitos casos são de difícil visualização.

A divulgação e o respeito aos prazos de validade são medidas importantíssimas para disciplinar a relação entre empresas e consumidores em nosso País. Não se trata apenas de uma questão de saúde pública, mas de amadurecimento cultural da sociedade, de forma que todos sejam corresponsáveis pela produção, consumo e descarte de produtos, sobretudo alimentos.

Apresentei também Projetos de Resolução relacionados à prerrogativa de líderes partidários, tramitação de Medidas Provisórias para abertura de créditos extraordinários e verificação de quórum para abertura de sessão ordinária.

Apresentei ainda uma série de Indicações para tratar dos seguintes temas: ferrovia São Luís – Araióses, Polícia Rodoviária do Maranhão, conselhos regionais de odontologia, coordenação da Funai no Maranhão, agentes indígenas de saúde, medicamentos oncológicos no SUS, energia nos terminais dos aeroportos, Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e aplicação do Reintegra para produtores de ferro.

Entre as matérias que foram por mim relatadas destaco as seguintes: acesso universal à Internet, transparência nas contas dos Municípios, convenção sobre tributação entre Brasil e Coreia, acordo de serviços aéreos entre Brasil e Índia, estacionamentos seguros para motocicletas, livre escolha de oficina para quem utiliza seguro de automóveis, utilização de créditos inscritos em precatório para pagamentos de financiamento imobiliário, preços abusivos no setor de turismo.



Sou autor de proposições de outras naturezas, como emendas de Comissão, emendas de Plenário, requerimentos, bem como relator de Propostas de Fiscalização e Controle e de Projetos de Lei Complementar. Na verdade, são quase seiscentas as de minha autoria e quase duzentas as sob minha relatoria.

Participo intensamente da produção legislativa em nível de Comissão Permanente, atuando ora como titular, ora como suplente, em especial nas Comissões: de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Comissão de Finanças e Tributação (CFT), de Desenvolvimento Urbano (CDU), bem como suplente de diversas Comissões Especiais.

Registro também minha atuação como membro titular de Comissões Especiais, como a destinada a propor medidas para a modernização e reestruturação do Sistema Penitenciário (CEPENITE); a destinada a analisar e apresentar propostas com relação à partilha de recursos públicos e respectivas obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Pacto Federativo) (CEPACTO); a encarregada da análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Tributária (CETRIBUT).

A Comissão que analisa a Reforma Tributária, criada em julho de 2015 e por mim presidida, merece uma atenção especial, pois trata de tema da maior relevância para o futuro do País. A simplificação da estrutura tributária é um anseio de toda a população brasileira e tem despertado intensos debates no Congresso Nacional, desde a Constituição de 88. Não tenho dúvidas de que, se obtivermos sucesso nessa empreitada, poderemos criar condições para que o País efetivamente volte a crescer com estabilidade e de forma sustentável.



Eu e os membros da Comissão temos trabalhado intensamente para que possamos entregar ao País uma legislação tributária moderna, condizente com as exigências de nosso tempo.

No contexto das discussões sobre a estrutura tributária nacional, quero destacar a Emenda de Plenário nº 6 ao Projeto de Lei Complementar nº 366, de 2013, com a qual obtive sucesso em relação à cobrança do ISS, Imposto sobre Serviços.

Aquela Emenda estabeleceu mudança muito importante na arrecadação daquele tributo, ao alterar o local de cobrança do ISS do Município dos prestadores de serviços (sede de administradora de cartões, arrendamento mercantil ou administradora de planos de saúde) para o dos tomadores desses serviços.

Além de injusta, a sistemática que cobrava do Município dos prestadores era altamente ineficiente. No caso das operações de cartões de crédito ou débito, os Municípios deixavam de arrecadar, em média, R\$ 2 bilhões ao ano.

Participei, também, de audiências públicas e seminários, realizados no Estado do Maranhão, com o objetivo de discutir e equacionar problemas de repercussão na vida cotidiana de cada cidadão.

Aqui, gostaria de destacar o sucesso de uma Emenda de Plenário que apresentei ao Orçamento Geral da União de 2016, por meio da qual consegui aumentar em mais de R\$ 80 milhões a destinação de recursos para atendimentos de alta e média complexidade da saúde do Maranhão.

Essa minha iniciativa visa a minorar as dificuldades vividas pelos Municípios, sobrecarregados com despesas em vários setores fundamentais da vida dos cidadãos, como é o caso da saúde.



Como já afirmei antes, precisamos repensar a repartição tripartite de recursos entre União, estados e Municípios, questão estratégica para garantir uma qualidade mínima à saúde, educação e segurança dos brasileiros.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esses são alguns dados, algumas informações do que venho desenvolvendo em meu mandato parlamentar, sempre com o respaldo de meus eleitores e também desta Casa, na medida em que os debates e deliberações aqui realizados fortalecem a democracia brasileira.

Estamos no penúltimo ano da legislatura. No ano que vem, eleições trarão novos ventos à Câmara e ao Senado Federal. Que sigamos todos, agora e sempre, pela senda do desenvolvimento econômico-social, da solidariedade, da honestidade e do desejo de continuar contribuindo para a edificação de um País mais próspero e, principalmente, mais justo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Convido agora para fazer uso da palavra o meu amigo, Deputado Evair Vieira de Melo, do PV do nosso grande Espírito Santo e também orgulho do Brasil e do Estado do Espírito Santo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira.

Inicialmente, quero parabenizá-lo pelo seu mandato, pela sua retidão, pela sua coerência. E também quero deixar registrado ao Brasil, aos gaúchos e capixabas, a sua liderança quanto ao incentivo para a indústria nacional do vinho.

Nesta semana, foi realizado um belíssimo evento, liderado por V.Exa. aqui, nesta Casa, para que a indústria do vinho possa encontrar um ambiente de



competitividade. Nossos produtores têm qualidade, têm competência, têm dedicação, mas encontrar no Parlamento o respaldo para o bom combate e uma política que produza um ambiente para que a indústria de vinho possa se consolidar cada dia mais é extremamente importante.

Protocolo na próxima semana, aqui, nesta Casa um programa nacional de incentivo à produção de vinho e uvas processadas. Isso é importante, porque vai alinhar, como disse, o evento desta semana a essa ação que celebramos durante este mês.

No dia 27 de setembro, comemoramos o Dia Mundial do Turismo. A água é o maior atrativo turístico do planeta.

O segundo maior atrativo turístico do planeta é uma combinação de gastronomia, história, arquitetura, cultura, tradições e valores. O vinho tem tudo a ver com isso, ainda mais pela Serra Gaúcha, pelas montanhas do Espírito Santo, pelo nosso litoral, pelas nossas águas doces de todo o País. Fica o nosso compromisso com esse segmento extremamente importante do segmento do turismo.

O turismo faz esse avanço, porque ele cria um ambiente de oportunidades com uma premissa básica dos dias atuais, a da sustentabilidade.

O turismo, que tem uma relação boa com os recursos naturais, cria um ambiente na economia e faz distribuição de renda. Aqui nesta Casa, eu sou membro da Comissão de Turismo. Tenho trabalhado muito e confesso que está difícil, porque este País ainda carece de uma política de turismo, do turismo de negócio, turismo de divertimento, de férias, turismo esportivo, para que realmente o País possa criar esse ambiente, e, acima de tudo, turismo com saúde.



Uma boa estrutura turística que permita que as pessoas façam turismo na sua comunidade — turismo não é só viajar para muito longe —, no seu Município, precisa, sim, de investimento, de infraestrutura.

Como o turismo vai se desenvolver no Espírito Santo cada dia mais se as obras do nosso aeroporto têm mais de 10 anos de atraso? Mas agora parece que vão sair.

Os nossos portos é uma vergonha. De navio passou para barca, e, daqui uns dias, nem jangada entra mais no nosso porto. As nossas estradas do Espírito Santo entristecem o Brasil.

Só na BR-101, em 400 km de estrada, em 9 meses, nós estamos com 130 mortes.

A BR-262, que sai da grande Vitória e sobe a montanha por onde moram, uma região bonita, lindíssima, próxima à próspera região de turismo brasileiro, neste momento, deve ter 5, 10, 15, 20 carros parados na beirada da pista, trocando pneu, porque virou mais buraco do que pista.

É essa inteligência, e o meu registro, a minha indignação, porque do dinheiro da rodovia, dinheiro da ferrovia, do porto, do aeroporto, como vou fazer o turismo rural? Sou autor nesta Casa da lei e tenho trabalhado muito para que agroindústria artesanal possa evoluir.

Inclusive, Deputado Mauro Pereira, para o próximo dia 26 de outubro, quero convidar todos os Parlamentares, pois vamos fazer uma grande audiência nesta Casa para debater a agroindústria artesanal, uma aberração que foi feita agora no evento Rock in Rio no Brasil, um dos bons eventos que o Brasil tem. É uma vigilância sobre uma legislação arbitrária, malfeita, maldosa, a legislação da



agroindústria brasileira, que foi feita para privilegiar as grandes corporações, as grandes indústrias. Ela não atende a pequena indústria de vinho do Rio Grande do Sul; ela não atende a indústria de queijo de todo País; ela não atende a indústria de socó, dos embutidos de carne do Espírito Santo; ela não atende a agricultura familiar, ela foi feita para proteger essas corporações que estão destruindo o nosso negócio.

Então, é essa inteligência que quero deixar registrada aqui no compromisso deste Dia do Turismo e pedir que o Brasil possa criar essa inteligência. Para o turismo de negócio, precisamos de congressos, precisamos de feiras cada dia mais. E, no ambiente da comunidade, precisamos do turismo de montanha, do turismo de praia, do turismo de saúde.

Mas, para isso, precisa ter telefone celular, Internet, estrada decente, aeroportos. Agora não dá para fazer turismo com esses preços altos de passagem aérea. Tem alguma coisa errada, porque é impossível, o preço absurdo de passagem aérea e as companhias ainda dizem que estão fechando no vermelho. Então fechem esse negócio, porque é o trem mais inviável do mundo!

Viajar para a Europa, para a América ou outros Continentes é mais barato do que voar no território nacional. Os aeroportos regionais precisam ser consolidados, porque ali se cria um ambiente de negócio e tem que ter estrutura para tal. E, acima de tudo, esse espírito nosso para que possamos, porque turismo não é como a Copa do Mundo nem as Olimpíadas, que foram feitas para roubar.

Hoje o *Bom Dia Brasil* mostrou um hotel no Rio de Janeiro feito com o fundo de pensão para roubar. Isso não é turismo! Isso é covardia, isso é maldade.



Então é dentro desse espírito que quero deixar o meu compromisso aqui com o segmento de turismo no País todo e deixar o nosso sentimento de que nós vamos trabalhar muito, valor lutar muito todos os dias aqui nesta Casa para criar um ambiente de dignidade para que os gaúchos voltem a falar da Serra Gaúcha, do Pantanal dos Pampas Gaúchos, falar das praias do Nordeste, do nosso sertão que permite o turismo de aventura, que permite um turismo cada dia mais integrado com os valores das culturas do nosso povo, da nossa gente. É parar de cultuar um pouco mais as coisas importadas e valorizar a cultura do nordestino, do nosso nortista lá do nosso Amazonas, do nosso Centro-Oeste, a cultura e os valores do povo pomerano, do povo alemão, do povo italiano, do povo suíço que escolheram este País para construírem a sua história de dignidade.

Que o turismo possa ser respeitado, que possamos criar ambiente na economia e, tenho certeza, que muitas e muitas famílias brasileiras serão gratas, porque vão transformar a sua produção, o seu ambiente e o da sua família no espaço de confraternização para receber as pessoas.

Que o turismo seja respeitado e seja dado a este País a dignidade que o turismo precisa e merece.

Obrigado, Deputado Mauro Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Evair Vieira de Melo, do PV, do Espírito Santo.

Parabenizo V.Exa. pelo excelente trabalho, coerência e dedicação a favor do Brasil e do nosso Espírito Santo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, O Dia Mundial do Turismo é comemorado em 27 de setembro, em referência a uma das mais importantes atividades econômicas da atualidade, pertencente ao setor terciário da economia.

Essa data foi oficialmente estabelecida pela Organização Mundial do Turismo — OMT, no ano de 1980, logo após a implementação do seu estatuto.

Com o avanço do processo de globalização, o turismo é uma atividade crescente em todo o mundo. Segundo dados da própria OMT, o fluxo turístico internacional aumentou, entre os anos de 2000 e 2010, em pouco mais de 130 milhões de chegadas anuais para as mais diversas partes do planeta. A estimativa é que esse número cresça, em média, 3,3% a cada ano até 2030, quando deverá superar a marcar de 1,3 bilhão de chegadas anuais. Segundo a OMT, no ano de 2013, o mundo teve mais de 1 bilhão de pessoas classificadas como turistas, dentre os quais, mais da metade 52% deslocou-se em direção à Europa. A Ásia recebeu cerca de 23% dos turista, contudo, a América do Sul teve apenas 2,5% destes turistas.

De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, entidade que reúne os maiores empresários de turismo no mundo, o Brasil está em 6º lugar no ranking de países com a maior capacidade de gerar empregos e arrecadar divisas através do turismo.

O Brasil é uma fonte inesgotável de riquezas e de atrações turísticas, tanto que o turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce economicamente, movimentando cada vez mais recursos financeiros. No entanto, o território nacional



ainda apresenta números tímidos em termos de recebimentos de turistas estrangeiros em face da sua real potencialidade.

O estudo de impacto econômico da cadeia produtiva do turismo no País informou que o turismo gerou em 2014, cerca de 8,9 milhões de empregos diretos e indiretos, e um crescimento de 4,5% em relação ao ano de 2013, quando o segmento foi responsável por 8,5 milhões de postos de trabalho.

De acordo com o estudo, o impacto do turismo na economia do Brasil deverá alcançar 10,3% do PIB (R\$ 700 bilhões) em 2024. Espera-se também que, no mesmo ano, o turismo empregue 10,6 milhões de pessoas no Brasil (9,7% do total).

Um local considerado como destino indutor para o turismo costuma oferecer uma gama variada de práticas, ou atividades específicas; tradições, espiritualidade ou templos religiosos; aspectos e características geográficas, históricas, sociais e arquitetônicas; além de serviços e infraestruturas em geral para o estabelecimento dos grupos turísticos.

Apesar de todo este potencial, mesmo que o Brasil e a América do Sul, de modo geral, sejam uma região que apresenta muitos pontos turísticos, infelizmente, devido a diversos fatores como falta de infraestrutura básica com transporte, logística e acomodações, falta de segurança pública, falta de políticas públicas voltadas para fomentar o desenvolvimento das regiões potencialmente turísticas, alto custo de transporte interno, ausência de conexão entre as rotas turísticas, dentre outros fatores que criam gargalos para o desenvolvimento turístico.

Ciente destas dificuldades e das soluções que estão ao nosso alcance, e como membro da Comissão de Turismo, onde estamos instalando a Subcomissão Permanente do Agroturismo e Turismo Rural, estamos dispostos a continuar



trabalhando na parte que nos cabe, lembrando sempre que a solução para o turismo é um esforço enorme, que requer coordenação entre o Governo Federal, Governos Estaduais, Governos Municipais, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e todas as empresas privadas ligadas ao turismo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Concedo agora mais 1 minuto para o nosso amigo Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Meu amigo Deputado Mauro Pereira, que preside a sessão, quero apenas pedir a V.Exa. e também ao Deputado Evair Vieira de Melo que assume a Presidência agora, que autorize a publicação nos meios de comunicação desta Casa e no programa A Voz do Brasil o pronunciamento que acabamos de fazer na tribuna da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Deputado Hildo Rocha, não só vamos autorizar, como deve a obrigação, os grandes pronunciamentos feitos com estudo, com dedicação, pelo seu currículo, V.Exa. disse que é o seu primeiro mandato de Deputado Federal, mas tenho certeza que tem conhecimento e dedicação e o povo do seu Estado tem, no seu mandato, um mandato de compromisso. Autorizo a publicação.

O certo era publicar amanhã nas capas dos jornais do Brasil inteiro para se saber que nesta Casa tem um homem honrado, dedicado e, acima de tudo, muito preparado para ser gestor das coisas públicas neste País.



Durante o discurso do Sr. Hildo Rocha, o Sr. Mauro Pereira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Evair Vieira de Melo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) – Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Evair Vieira de Melo, colegas Deputados, eu gostaria primeiramente de dizer do Governo Michel Temer. Nós estamos correndo para solucionar os problemas que foram herdados do Governo petista da Presidenta Dilma Rouseff.

O Governo Michel Temer é um Governo que nós podemos dizer que é um Governo do diálogo. O Presidente Michel Temer trabalha das 8 horas da manhã até meia-noite, 1 hora da manhã, sábado, domingo. Ele atende a todos e a maioria dos seus Ministros, é lógico, fazem como ele. Quero aqui parabenizar o Ministro Blairo Maggi e parabenizar os nossos Ministros em geral.

Hoje mesmo tive uma grande audiência agora há pouco com o nosso Ministro Gilberto Kassab. Nós estivemos juntos e levei para uma audiência a Professora Patrícia Pranke, que é PHD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, chefe do laboratório de hematologia e células tronco - Faculdade de Farmácia. Ela veio aqui mostrar o projeto que está sendo desenvolvido lá e, ao mesmo tempo, buscar recursos para implementar e continuar fazendo com que as coisas aconteçam. Foi encaminhado para este Deputado, para mim através da Sra. Maury Randon que é



do Projeto Florescer de Caxias do Sul que falou da importância do trabalho que é feito pela Universidade Federal.

Ontem também, Deputado Evair Vieira de Melo, tivemos uma importante audiência com o Ministro Eliseu Padilha e com as entidades do setor produtivo do nosso Brasil. Nós fomos tratar do preço do aço, fomos tratar sobre o aço importado, sobre o aço que é produzido aqui, mostrando a importância do aço e que ele não tem aumento neste momento. Para que não tenha aumento, tem que ter um controle muito rígido do aço importado. No momento em que o aço importado sobe, automaticamente sobe o nosso aço.

Então, as taxas *antidumping* é uma preocupação muito grande do setor produtivo brasileiro.

Ontem tivemos audiência com o Ministro Eliseu Padilha, com os Srs. Alexandre Bernardes, Vice-Presidente da ANFAVEA; Antonio Megale, Presidente da ANFAVEA; Armando Vale, Presidente do Conselho Administrativo da ELETROS; Aurélio Santana, Diretor-Executivo da ANFAVEA; Carlos Trombini, Presidente do SINDRATAR-SP; Claudio Bier, do SIMERS, do Rio Grande do Sul, do meu Estado; Delile Guerra de Macêdo Junior, Assessor de Relações Governamentais e Institucionais do SINDIPEÇAS e ABPEÇAS; José Veloso, Presidente-Executivo da ABIMAQ; Otto Trost, Vice-Presidente do SINMETAL, a Sra. Patricia Gomes, Gerente de Mercado Externo; a Sra. Vivane Nunes, Gerente-Executiva do SINDRATAR-SP e o Sr. Walter Filippetti, Diretor de Relações Governamentais da ABIMAQ, entre outros.



É isso que temos que fazer. O Governo tem que ouvir, conversar e atender aquelas pessoas, aquelas entidades que estão gerando emprego no nosso Brasil. Isso é muito importante.

Sr. Presidente, eu fico feliz com isso. Sou um entusiasta. Sou uma pessoa que acredita no futuro do meu Brasil. Sou uma pessoa que tem muita fé em Deus. Por quê? Porque sei há nesta Casa centenas de Deputados do bem que querem o melhor para o nosso Brasil.

Houve uma entrevista na Rádio Gaúcha, nesta semana, com o Presidente do grupo das Lojas Renner, que é uma das lojas que mais cresce no Brasil. Lá se governa com administração, com mão de ferro. E ele disse na Rádio que, em 1 ano e meio de governo de Michel Temer, foram feitas mudanças. Saíram de uma queda crescente no Governo Dilma, que parou, e começaram a crescer novamente. A inflação e os juros estavam caindo, os investimentos nacionais e internacionais chegando, e o povo acreditando no Brasil.

Isso é muito importante. E tudo isso foi feito graças ao empenho, à dedicação dos nossos colegas Deputados e Senadores, dos nossos Ministros, e da facilidade de diálogo que nós temos com o Presidente Michel Temer.

Só para que V.Exas. tenham ideia, terça-feira desta semana, eu pedi à Secretária Nara que marcasse uma audiência com o Presidente Michel Temer, pois estávamos aqui com dezenas de Prefeitos do Rio Grande do Sul.

Hoje, quinta-feira, o Presidente Michel Temer recebeu o Sr. Marcio Minuzzi, Prefeito de Caiçara; o Sr. Alfredo de Moura e Silva, Prefeito de Alpestre; o Sr. Cleiton Bonadiman, Prefeito de Seberi; o Sr. Gilson de Carli, Prefeito de Liberato Salzano; o Sr. Valmir Luiz Menegat, Prefeito de Taquaruçu do Sul; o Sr. Luiz Carlos



Panosso, Prefeito de Palmitinho; o Sr. Anderson de Jesus Costa, Prefeito de Pinhal da Serra; o Sr. Clodomar Fermino Soares, Prefeito de Tupanci do Sul; o Sr. Affonso Flávio Angst, Prefeito de Arroio do Sal.

Também estavam presentes secretários e Vereadores, como Deonir Sarmiento, Vereador de Palmitinho; Danilo Francisco Pedon, Vereador de Palmitinho; Arlei Bonafe, Vereador de Palmitinho; Vilmar Gazzana, Vereador de Palmitinho, também o Edvaldo Ribeiro, Vice-Prefeito de Jaboticaba, e Vereadores de Seberi, de Taquaruçu do Sul, de Liberato Salzano, numa comitiva de mais de 25 pessoas.

Este é o Presidente Michel Temer, que recebeu todos esses representantes, deu a palavra, conversou, documentou o momento. Alguns agradeceram as obras realizadas em suas cidades, outros fizeram pedidos. É isso que o Presidente da República precisa fazer!

É esse respeito, é essa consideração que faz com que as pessoas possam dizer que nós podemos sim ter um País melhor. Não existe homem público que governe sozinho, nós temos que governar ouvindo, recebendo críticas.

Eu sou um Parlamentar, Deputado Evair, cujo número do telefone celular é o mesmo há 21 anos. Eu nunca mudei o número, e o divulgo: (54) 99112-0087. Eu recebo sim muitas críticas e recebo muitos elogios. Eu sou uma pessoa que procura trabalhar sério, falo olhando no olho e tenho os meus argumentos diante das minhas atitudes e perante os meus votos.

Então, graças a tudo isso, eu posso andar na rua, olhando no olho das pessoas, e dizer que, trabalhando sério, não faltando com a verdade com as pessoas, automaticamente a verdade prevalece e as coisas acontecem.



Eu quero dizer que nós ainda temos uma missão muito importante para o Brasil. O Brasil está crescendo. Nós temos que deixar o Brasil. Nós temos que ajudar a economia.

Neste exato momento, os Ministros Henrique Meirelles e Dyogo Oliveira, com toda a equipe econômica, estão reunidos com o Presidente Michel Temer, para tentar melhorar o sistema do nosso País.

Eu gostaria de dizer também que, com imensa alegria, nós estivemos no final de semana, no sábado, na Cidade de Bento Gonçalves, no concurso dos melhores vinhos, espumantes e sucos de uva do Brasil, feito por enólogos de diversos lugares do mundo, no qual foram escolhidos os 16 melhores vinhos do Brasil. Nós tivemos diversas cantinas que foram prestigiadas, como a Vinícola Perini, Dom Guerino, Aurora, Salton, a Garibaldi, Nero e outras.

Agora, a imprensa está dando um grande destaque à eleição do espumante da Vinícola Perini, da nossa região de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, com o quinto melhor espumante do mundo num concurso internacional de vinhos e espumantes.

Essas são as coisas boas do Brasil. O Brasil é um país lindo! É um país fantástico! É o maior produtor em diversos segmentos. É o orgulho do mundo!

Nós ouvimos as palavras do Presidente Xi Jinping, da China, do Presidente Putin, da Rússia, agora no encontro que tivemos. Graças ao nosso povo! Graças à nossa gente!

De uma coisa vocês podem ter certeza: a tendência é só melhorar.

Quero parabenizar o Carlos Paviani, do IBRAVIN — Instituto Brasileiro do Vinho, todos os que trabalham no setor vitivinícola, todos os nossos produtores, todos os proprietários de cantinas.



Nós estamos no caminho certo! Vocês estão no caminho certo, produzindo qualidade! Lá na nossa região, não existe produto de má qualidade. Todos são excelentes dentro da sua categoria.

A região da Serra Gaúcha é o local ideal para passear, para tomar um bom vinho, um espumante, um suco de uva. Tem um povo muito hospitaleiro e uma gastronomia da melhor qualidade.

Parabéns a todo o pessoal do setor vitivinícola! Parabéns ao setor produtivo do nosso Brasil! Vamos trabalhar para que as coisas realmente aconteçam.

Era isso, Deputado Evair. Agradeço a V.Exa. este espaço para podermos falar das coisas boas do nosso Brasil e planejar um futuro bem melhor para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Parabéns, Deputado Mauro Pereira, por seu trabalho, por sua dedicação, pela paixão por seu povo gaúcho, principalmente o da Serra Gaúcha.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. STEFANO AGUIAR (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderíamos deixar de comemorar, neste 18 de setembro, o Dia dos Símbolos Nacionais. É a homenagem que se deve, no mais estrito espírito cívico, à Bandeira Nacional, às Armas Nacionais, ao Selo Nacional e ao Hino Nacional.

Como se sabe, tais símbolos representam o País em todo o mundo, e assinalam, com a simples presença, a identidade e soberania da nação brasileira.

Destaca-se, no conjunto, a Bandeira Nacional, o mais conhecido e utilizado para representar o País nas mais variadas ocasiões, especialmente em eventos de



caráter internacional; por causa dela, o verde e o amarelo tornaram-se as cores nacionais.

Igualmente importante e conhecido é o Hino Nacional Brasileiro, que, com sua belíssima melodia e versos inspirados, bem traduzem a grandeza da terra pátria e o amor que lhe devotam seus filhos; não há quem não se emocione ao ouvi-lo cantado com tanto fervor pela multidão, em certames esportivos internacionais ou em momentos de intensa mobilização política. Sua execução é obrigatória no ritual de hasteamento da Bandeira Nacional, seja em solenidades ou eventos oficiais do governo, seja em eventos esportivos ou celebrações cívicas em ambiente escolar.

Mas também carregados de significado o Brasão das Armas Nacionais e o Selo Nacional. O primeiro deve constar de todos os órgãos e instituições públicas do País, nos três Poderes e nas três esferas de governo, inclusive escolas e quartéis; o escudo azul, onde se vê a constelação do Cruzeiro do Sul, repousa sobre a estrela circundada pelos ramos de fumo e café; abaixo, inscreve-se a data da Proclamação da República, data crucial da moderna história do País.

Finalmente, temos o Selo Nacional, utilizado para autenticar atos do governo, bem como os diplomas ou certificados expedidos por escolas oficiais; ali, se reproduz o lábaro e o dístico da Bandeira Nacional, “Ordem e Progresso”, além da menção à República Federativa do Brasil.

Estabelecidos por lei, todos os símbolos nacionais devem ser utilizados como previsto, mantendo a padronização de cores, dimensões e representações.

Em nosso entendimento, Senhor Presidente, o respeito e o reconhecimento a tais símbolos devem ser promovidos e incentivados pelas escolas, como exercício de identificação e amor à Pátria, em todas as circunstâncias. Tal como ocorre em



todos os países do mundo, os símbolos encarnam a história, os valores e os poderes constituídos nacionais; mas também devem ser reverenciados por extensão dos deveres da cidadania e por respeito às instituições democráticas que sustentam o País.

Por todas essas razões, encarecemos a homenagem mais do que devida aos símbolos nacionais, hoje e sempre, até para ampla divulgação e reconhecimento.

Senhor Presidente, solicita a Vossa Excelência que meu pronunciamento seja divulgado pelo órgãos de Comunicação da Casa Legislativa e no Programa Á Voz do Brasil.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente, aconteceu, no Rio de Janeiro, o Fórum da Iniciativa para Pesquisa em Violência Sexual 2017. Na ocasião, especialistas ressaltaram a importância de estabelecer parcerias para enfrentar a violência contra a mulher, destacou matéria veiculada no site da ONU no Brasil.

“A violência contra a mulher é um tema complexo que precisa de soluções complexas. Nenhum ator sozinho conseguirá resolver isso. Precisamos de uma ação conjunta para conseguir acabar com esse problema de saúde pública”, disse Claudia Garcia-Moreno, coordenadora da área de violência contra a mulher no Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa da sede da Organização Mundial de Saúde (OMS).

“Encorajamos todas e todos a usar o Fórum como um espaço para renovar antigas parcerias, fortalecer as já existentes e iniciar novas, para que possamos



seguir na direção de uma sociedade mais justa e igualitária”, afirmou.

Na opinião da especialista, este é um momento sem precedentes para agir, citando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que têm como uma das metas a eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas.

“Temos investimentos em pesquisa sobre violência contra a mulher como nunca antes e, ainda que tenhamos um longo caminho pela frente, temos mais governos agindo para responder a esse problema”, ressaltou.

Na visão da coordenadora da Unidade de Família, Gênero e Curso de Vida da representação da OPAS/OMS no Brasil, Haydée Padilla, o fórum é uma oportunidade para troca de experiências sobre os diferentes trabalhos realizados no mundo para prevenir e combater a violência contra a mulher.

“Uma experiência da Nicarágua, por exemplo, documentou reduções significativas nos níveis de violência de parceiros em apenas uma geração, a partir dos esforços coordenados entre os governos, sociedade civil e doadores. Conhecer esta experiência e outras similares nos encoraja e reafirma que sim, podemos eliminar a violência”, afirmou.

“Aprendemos muito ao compartilharmos com transparência o que não funcionou, uma vez que continuamos buscando as estratégias mais efetivas para melhorar a vida das mulheres, meninas e meninos ao redor do mundo”, completou.

Segundo a reportagem publicada no site da ONU, a Iniciativa da Pesquisa em Violência Sexual (SVRI, na sigla em inglês) promove estudos de qualidade sobre esse tema, particularmente em países de baixa e média renda. O grupo de coordenação da SRVI é co-presidido pela assessora regional da OPAS para violência familiar, Alessandra Guedes.



A violência contra as mulheres é um grande problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos. Segundo dados da OMS, uma em cada três mulheres em todo o mundo sofreu violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida.

Tais agressões afetam a saúde física, mental, sexual e reprodutiva das mulheres, além de aumentar a vulnerabilidade ao HIV.

É fundamental intensificar as discussões e ações para prevenir e enfrentar essa grave questão, que atinge não só as mulheres, mas toda a sociedade, provocando prejuízos sociais e econômicos para o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV e Rádio Câmara. Uma preocupação mundial, que mobiliza governos e a sociedade civil, é o trânsito. Milhares morrem ou ficam feridos todos os anos, e, infelizmente, meu Estado de Goiás ainda está entre os 10 do Brasil que mais matam em acidentes. E o mais preocupante é que, a maioria das vítimas é composta de jovens, que ficam incapacitados para suas atividades por longos períodos ou, até mesmo, definitivamente.

A Semana Nacional do Trânsito, comemorada entre 18 e 25 de setembro, teve como tema deste ano, “Minha escolha faz a diferença no trânsito”, mostra que cabe a cada um de nós perseverar no sentido de abandonar maus hábitos e posturas tidas como negativas, para promover a cidadania e o respeito. As boas atitudes entre condutores e pedestres é que fazem com que possamos ter mais



segurança ao sair de nossas casas e enfrentar ruas e estradas, principalmente nas grandes cidades, as mais afetadas com os problemas do trânsito.

Estamos, também, caminhando para os últimos anos da “Década Mundial de Ações Para a Segurança do Trânsito - 2011/2020”, sem que grandes evoluções tenham sido percebidas no país. Organizações privadas e órgãos públicos que lutam para que a triste realidade de mortes diminua para índices cada vez menores acreditam que, levando-se em conta as causas dos acidentes, a maioria das mortes poderia ser evitada com a simples observância das leis de trânsito e com a adoção da direção defensiva.

Nesta Casa, tenho atuado, como membro da Comissão de Viação e Transportes, em favor de medidas que auxiliem na melhoria de condições de estradas, como a iluminação da BR-040 no Entorno do Distrito Federal, duplicação de outras rodovias, como a GO-070, em Goiás e luto pelo reconhecimento de profissões ligadas a área, como a de despachantes documentalistas e instrutores de trânsito.

Acredito que, com informação e preparo contínuos, educadores e estudantes possam dar os primeiros passos para consolidar a educação para o trânsito como uma forma de debate permanente nas escolas e universidades, e todos os campos da sociedade, para que nós, cidadãos estejamos, sempre e, em primeiro lugar, comprometidos com a valorização da vida.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.

VI - ENCERRAMENTO



O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*
DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, sexta-feira, dia 29 de setembro, às 9 horas.

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 13 minutos.)